

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS – DCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo

**A RECONFIGURAÇÃO DE UMA PERIFERIA DE AMENIDADES:
À PROCURA DA NATUREZA EM ALDEIA (CAMARAGIBE/PE)**



Ailson Barbosa da Silva

Recife, 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS – DCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo

**A RECONFIGURAÇÃO DE UMA PERIFERIA DE AMENIDADES:
À PROCURA DA NATUREZA EM ALDEIA (CAMARAGIBE/PE)**

Orientador: Prof. Dr. Jan Bitoun

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito à obtenção do grau de Doutor em geografia.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ivaldo Marciano França de Lima

Prof. Dra. Livia Izabel Bezerra de Miranda

Prof. Dra. Ana Cristina de Almeida Fernandes

Prof. Dr. Hernani Loebler Campos

Prof. Dr. Bertrand Roger Cozic (suplente interno)

Prof. Dra. Maria Angela de Almeida Souza (suplente externo)

Recife, 2015

Catálogo na fonte
Bibliotecária Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira, CRB-4 1689

S586r Silva, Ailson Barbosa da.
A reconfiguração de uma periferia de amenidades: à procura da natureza em Aldeia (Camaragibe) / Ailson Barbosa da Silva. – Recife: O autor, 2015.
161 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Jan Bitoun.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2015.
Inclui referências e anexos.

1. Geografia. 2. Urbanização. 3. Natureza e civilização. 4. Camaragibe (PE). 5. Recife (PE). I. Bitoun, Jan (Orientador). II. Título.

910 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2015-38)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS - DCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo



AILSON BARBOSA DA SILVA

**A RECONFIGURAÇÃO DE UMA PERIFERIA DE AMENIDADES: À PROCURA DA
NATUREZA EM ALDEIA (CAMARAGIBE/PE).**

Tese aprovada, em 27/03/2015, pela comissão examinadora:

Prof. Dr. Jan Bitoun
(1º examinador – orientador – PPGeo/DCG/UFPE)

Profa. Dra. Ana Cristina de Almeida Fernandes
(2º examinador – PPGeo/DCG/UFPE)

Prof. Dr. Hernani Loebler Campos
(3º examinador – PPGeo/DCG/UFPE)

Profa. Dra. Livia Izabel Bezerra de Miranda
(4º examinador – Arquitetura e Urbanismo/UFCG)

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima
(5º examinador – História/UNEB)

**RECIFE – PE
2015**

AGRADECIMENTOS

A finalização dessa Tese é a concretização de um sonho e a conquista de mais uma etapa vencida. São muitas as pessoas a agradecer e também muitas instituições. Início agradecendo à minha mãe e à minha avó pela educação, pelo apoio e pela torcida de sempre. Agradeço ao meu pai pelo carinho. Agradeço também à minha família pelo respeito e admiração.

Agradeço imensamente ao Professor Jan Bitoun pela orientação e pelos momentos de ensinamento que pude absorver ao longo desses anos trabalhando juntos. Agradeço aos professores do PPGEIO, à Universidade Federal de Pernambuco e às colegas Luciana Souza e Ana Karina Andrade. Grato, ainda, aos professores Hernani Lobler e Livia Miranda, pela excelente contribuição crítica e indicações realizadas na fase de qualificação da pesquisa.

É fundamental agradecer à CAPES pela bolsa de estudo ofertada, sem a qual teria sido impossível concretizar este trabalho.

Agradeço imensamente ao Fórum Socioambiental de Aldeia e aos moradores locais que se dispuseram a contribuir com essa pesquisa, seja alimentando a rede de contatos ou até prestando informações que em muito enriqueceram este trabalho.

Agora agradecendo aos amigos e colaboradores, não posso esquecer-me do Jorge Santos que tanto contribuiu com minhas idas à Aldeia. Um agradecimento especial a Roberto Manoel, pelo companheirismo e carinho. Existem momentos em que precisamos de uma fortaleza e tu tens sido a minha nesses últimos tempos.

Por fim, quero agradecer a essa força sobrenatural que ganha nomes distintos segundo a fé de cada um e que, certamente, esteve sempre por perto me trazendo a paz e a força necessária para chegar até aqui.

RESUMO

O recorte espacial investigado é a localidade de Aldeia (Camaragibe), porção territorial inserida na Grande Região de Aldeia, de destacada importância ambiental para o conjunto da Região Metropolitana do Recife e onde as amenidades ambientais foram desde a década de 60 do século XX fatores de atração de novos moradores. Em Aldeia o fenômeno granjeiro inaugurou uma primeira etapa de reconfiguração do espaço. Produziu-se uma espacialidade híbrida mesclando formas de uso do solo rurais e urbanas. Nos anos 90, as granjas perdem importância produtiva e parte delas foi substituída por empreendimentos imobiliários, sobretudo na forma de condomínios horizontais. Busca-se identificar as motivações que levaram famílias a escolher Aldeia como espaço de moradia principal. Para tal, procedeu-se a realização de um conjunto de entrevistas e aplicação de questionários juntos a moradores locais e outros atores envolvidos no processo de configuração espacial. Além disso, foi necessário realizar observações *in loco* e levantar dados e documentos junto a órgãos oficiais e ao Fórum sócio ambiental de Aldeia, que se mobiliza face às ameaças sobre a qualidade ambiental. Como resultado principal, constatamos que as condições de violência atuaram como fator de repulsão do núcleo metropolitano recifense ao mesmo tempo em que o contato com a natureza, crescentemente transformado em fetiche e argumento de *marketing*, e o desejo de parte das famílias em residir próximo das amenidades naturais, funcionaram como fatores de atração para Aldeia.

Palavras-chave: Aldeia, Camaragibe, Amenidades, Recife, Natureza, Urbanização.

ABSTRACT

The spatial area investigated is the location of *Aldeia* (Camaragibe), territorial portion inserted in *Grande Região de Aldeia*, prominently environmental importance for the whole Metropolitan Area of Recife and where environmental amenities were from the 60s of XX century factors attracting new residents. In the *Aldeia* farmer phenomenon inaugurated the first stage of reconfiguration of space. Produced a hybrid spatiality merging forms of rural land use and urban. In 90 years, the farms lose productive and importance of them were replaced by development, especially in the form of condominiums. Search to identify the motivations that led families to choose *Aldeia* main living space. To this end, we proceeded to carry out a series of interviews and questionnaires together with local residents and other stakeholders in the spatial configuration process. Furthermore, it was necessary to conduct on-site observations and collect data and documents with official bodies and the *Fórum Socioambiental de Aldeia* which is mobilizing against the threats on environmental quality. The main result, we find that the conditions of violence acted as repulsion factor Recife metropolitan core while the contact with nature, increasingly turned into fetish and marketing argument, and the families of the part of the desire to reside near natural amenities, acted as pull factors for *Aldeia*.

Keywords: Aldeia, Camaragibe, Amenities, Recife, Nature, Urbanisation.

RESUMEN

El área espacial investigada es la localidad de Aldeia (Camaragibe), porción territorial inserta en la gran región de Aldeia, de excepcional importancia medioambiental para el área metropolitana de Recife y donde los atractivos ambientales fueron desde los años 60 factor de atracción de nuevos residentes. En Aldeia el fenómeno agrícola inaugura la primera etapa de reconfiguración del espacio. Se producen una espacialidad híbrida con una mezcla de las formas de uso de los suelos rurales y urbanos. En los años 90, las granjas pierden importancia productiva y una parte de ellas fueron reemplazadas por proyectos inmobiliarios, especialmente en la forma de condominios horizontales. Este trabajo busca identificar las motivaciones que llevaron a las familias elegir Aldeia como espacio de residencia principal. Para esto, se procedió a realizar una serie de entrevistas y cuestionarios a residentes locales y otros actores involucrados en el proceso de configuración espacial. Además, fue necesario realizar observaciones *in situ*, recoger datos y documentos con los organismos oficiales y en el Foro Socioambiental de Aldeia, que se movilizan en contra de las amenazas en la calidad ambiental de la región. Como resultado principal, nos encontramos con que las condiciones de violencia actuaron como factor de rechazo del núcleo metropolitano de la ciudad de Recife, mientras que el contacto con la naturaleza se ha convertido en argumento de la comercialización, y el deseo de algunas familias de residir cerca de los atractivos naturales, actuaron como factores de atracción para la región de Aldeia.

Palabras clave: Aldeia, Camaragibe, Amenidades, Recife, Naturaleza, Urbanización.

LISTA DE SIGLAS

ACA – Associação dos Condomínios de Aldeia

APA – Área de Proteção Ambiental

CEASA - Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco

CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco

EPESA - Centrais Elétricas de Pernambuco

FSA – Fórum Socioambiental de Aldeia

GTDN – Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LUOS - Lei de Uso e Ocupação do Solo

OM – Oeste Metropolitano

RM – Região Metropolitana

RMR – Região Metropolitana do Recife

RPA – Região Político Administrativa

SUDENE – Superintendência para Desenvolvimento do Nordeste

ZEPA - Zona Especial de Proteção Ambiental

ZEPE - Zona Especial de Preservação Ecológica

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Paisagem rural de Aldeia, ao fundo trecho da vegetação local.

Figura 2: Localização de Aldeia em relação ao município de Camaragibe e em relação ao conjunto da RMR.

Figura 3: Localização de Camaragibe e em relação ao conjunto da RMR.

Figura 4: Densidade populacional por RPA em Camaragibe.

Figura 5: Território de Aldeia no contexto municipal de Camaragibe

Figura 6: Amenidades naturais localizadas em Aldeia. Riacho Rio Besouro.

Figura 7: Rio Bezouro (Aldeia) e a ocupação do manancial

Figura 8: Preguiça e Tamanduá-mirim. Espécies nativas da Grande Região de Aldeia

Figura 9: Tipologia das cidades latino-americanas (XVI-XXI) de Borsdorf

Figura 10: Trecho em processo de urbanização entre as décadas de 1970-1990. (1) Ortofocarta 7155/86, (2) Ortofocarta 7155/75 e (3) Foto aérea FX18_011 1996.

Figura 11: Adensamento em Aldeia. Condomínios horizontais (acima) e o bairro de Vera Cruz (abaixo).

Figura 12: Evolução da taxa de homicídios Pernambuco 1980-2010

Figura 13: Produção granjeira em Aldeia.

Figura 14: Granja União, Estrada de Aldeia, Km 9

Figura 15: Produção de hortaliças em uma granja em Aldeia

Figura 16: Criação de aves para produção de ovos na Granja Sol Nascente

Figura 17: Ovos produzidos e selecionados – Granja Sol Nascente (Aldeia).

Figura 18: Imobiliárias localizadas em Aldeia

Figura 19: Condomínio Luzanopolis.

Figura 20: Cartograma de domicílios de uso ocasional por setor censitário de Camaragibe – 2010

Figura 21: Cartograma de domicílios de uso ocasional por setor censitário da RMR – 2010

Figura 22: Localização dos condomínios no território de Aldeia

Figura 23: Imagens dos condomínios localizados em Aldeia

Figura 24: Obras do condomínio Raízes de Aldeia

Figura 25: Granja Monte Alegre (Estrada de Aldeia, Km 2)

Figura 26: Entrada do condomínio Três Lagoas, BR 232 (Moreno) e propaganda do empreendimento destacando a possibilidade de “morar no campo ao lado da cidade

Figura 27: Propagandas de condomínios localizados em Aldeia evidenciando valores e elementos naturais

Figura 28: Propaganda do condomínio Terra Viva (Aldeia)

Figura 29: Vegetação local, parte da exuberante vegetação de Aldeia.

Figura 30: Tipo de moradia dos entrevistados

Figura 31: Período de chegada dos entrevistados à Aldeia.

Figura 32: Forma de uso das residências.

Figura 33: Importância dos fatores no processo de escolha de Aldeia.

Figura 34: Percentual de moradores que desejam a implantação de novos condomínios em Aldeia

Figura 35: Congestionamento na Estrada de Aldeia

Figura 36: Centro de serviços localizado no Km 4 da Estrada de Aldeia (PE-27)

Figura 37: Frequência de deslocamentos entre Aldeia e o Recife dentre os moradores locais

Figura 38: Pessoas residentes por setor censitário em Camaragibe, 2010.

Figura 39: Local de trabalho dos entrevistados.

Figura 40: Local de utilização dos serviços de saúde

Figura 41: Local de utilização dos serviços de educação

Figura 42: Local de utilização dos serviços de lazer

Figura 43: Mapa da Grande Região de Aldeia

Figura 44: Logotipo do Fórum Socioambiental de Aldeia. Arquivo: Fórum Socioambiental de Aldeia

Figura 45: Barragem de Botafogo (Araçoiaba)

Figura 46: Ato contra a instalação do presídio em Araçoiaba, 7 de setembro de 2014

Figura 47: Cartaz de divulgação do evento contra a instalação do presídio em Araçoiaba

Figura 48: Folder contrário à criação do Arco Viário Metropolitano

Figura 49: Traçado inicial do projeto Arco Metropolitano do Recife cortando a Região de Aldeia

Figura 50: Termoelétrica localizada na Grande Região de Aldeia

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Incremento populacional por período censitário

Quadro 2: Regiões Político-administrativas de Camaragibe – Área, população e densidade

Quadro 3: Informações sobre rios e suas respectivas bacias localizados em Aldeia.

Quadro 4: Parcelamento do solo para fins de criação de condomínios por município, nome, período de anuência e gleba

Quadro 5: Domicílios Particulares Permanentes não Ocupados - uso ocasional

Quadro 6: Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar, segundo os bairros 2010

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População municipal 2000-2010 e incremento por RPA

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

RESUMEN

LISTA DE SIGLAS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE TABELAS

Apresentação	16
Introdução	19
Marco referencial de pesquisa.....	22
A construção do problema de pesquisa e a problemática de investigação.....	23
Referencial metodológico	28
Instrumentos de pesquisa	30
Procedimentos de pesquisa	31
1 Descrição de Aldeia	35
1.1 O contexto municipal	39
1.2 Caracterização de Aldeia	43
1.3 As amenidades naturais de Aldeia: breve descrição	46
2 Debatendo a literatura: os agentes e processos na produção do espaço urbano.....	52
2.1 Agentes dominantes do espaço urbano	52
2.2 Descentralização urbana	54
2.3 Periurbanização	56
2.4 Das velhas às novas periferias	60
2.5 Escolha da localização residencial.....	68
2.6 Cidade dispersa.....	72
3 Os agentes da produção espacial de Aldeia	77
3.1 Mudança de uso da terra em Aldeia: do rural ao híbrido rural-urbano.....	79
3.2 Da problemática metropolitana à descentralização.....	81
4 Das granjas aos condomínios.....	85
4.1 Do ápice ao declínio do granjismo.....	85
4.1.1 A atualidade do granjismo em Aldeia.....	89
4.2 Os condomínios horizontais no Brasil.....	95
4.3 A lógica imobiliária invade Aldeia: os condomínios horizontais.....	100
4.3.1 O <i>marketing</i> e os condomínios horizontais em Aldeia.....	113
5 Motivações para viver em Aldeia.....	117
6 Nova periferia aldeense.....	131
7 Fórum Socioambiental de Aldeia: das pautas às estratégias.....	139
Referências bibliográficas.....	150

Apresentação

O debate sobre as novas periferias urbanas está na pauta atual da geografia urbana e das ciências humanas. Este tipo de espacialidade congrega contingente populacional de renda média e média/alta, negócios imobiliários e serviços voltados a um contingente populacional que se apresenta, cada vez mais, em fuga das centralidades urbanas. Em muitos casos, as novas periferias contêm, também, as periferias clássicas, onde são encontrados problemas estruturais, ausência do Estado e população pobre.

É neste sentido que para o desenvolvimento da presente trabalho de tese foi selecionada a localidade de Aldeia (Camaragibe), região que sofre uma urbanização recente e que nos oferece a possibilidade de investigação sobre uma região marcada pela de mescla usos rural e urbano, um mix de conteúdo social e um contraste entre espaços residenciais populares e de médio padrão estrutural.

Aldeia foi se constituindo como uma nova periferia de *status* e amenidades sendo, pois, uma opção de localização residencial alternativa para parte das famílias de renda média recifenses. Foi frente à condição problemática do núcleo metropolitano do Recife que ao longo das últimas décadas variadas famílias estabeleceram ali suas moradias de segunda residência e outras tantas converteram as antigas casas de veraneio em moradia principal. Muitas transformações espaciais ocorreram em decorrência desse processo e um variado número de serviços e negócios surgiram na região buscando atender a demanda crescente da população local.

É mediante esta perspectiva que a presente Tese se propôs a promover uma investigação que revelasse a dinâmica de transformação da localidade em questão. Assim, se buscou identificar os atores envolvidos, analisar os processos e os resultados em termos territoriais.

Desta forma, na introdução é apresentado o marco de referência de pesquisa, seus objetivos, hipóteses, categorias de análise, problemáticas e os elementos estruturantes da Tese. Além disso, apresenta as opções metodológicas, os instrumentos e técnicas de pesquisa.

O capítulo 1, por sua vez, realiza uma descrição do objeto de pesquisa – Aldeia/Camaragibe. Assim, busca-se situar Aldeia no contexto metropolitano recifense e no contexto da Grande Região de Aldeia. Também são apresentados o conjunto de características naturais da região, descritas as características do município de Camaragibe e da RPA 5 (Aldeia) e apresentado uma série de informações e imagem que buscam individualizar esta porção espacial selecionada para investigação.

O capítulo 2 traz realiza uma revisão da literatura buscando situar o debate conceitual à luz da literatura. Assim, são trabalhados os seguintes conceitos: agentes produtores do espaço urbano, descentralização urbana, periurbanização, novas periferias e cidade dispersa. Tais conceitos buscam explicar os processos e agentes que se relacionam à conformação de Aldeia.

O capítulo 3 produz uma reflexão a respeito da produção espacial de Aldeia e busca revelar os processos e agentes envolvidos nesta construção. Ainda neste capítulo, o trabalho analisa como as condições sociais da RMR e o agravamento da problemática metropolitana contribuíram para o processo de periurbanização residencial que avançou em direção à Aldeia.

No capítulo 4, por sua vez, o trabalho produz uma reconstituição do que chamamos de primeira Aldeia. Desta forma, analisa o processo de crescimento do fenômeno granjeiro em Aldeia e o processo de redução da importância deste fenômeno. Além disso, revela as circunstâncias atuais do granjismo na região e sua tendência ao desaparecimento.

Ainda no capítulo 4, a Tese realiza uma reflexão a respeito da segunda Aldeia. Este período remonta uma etapa de consolidação de Aldeia como espaço de moradia para famílias de renda média e alta. Desta forma, o trabalho analisa o fenômeno imobiliário que invade Aldeia a partir dos anos 1990.

No Capítulo 5 é apresentada a sistematização dos resultados obtidos através de entrevistas com moradores locais. O objetivo deste capítulo foi identificar as motivações que levaram famílias a escolher Aldeia como espaço de moradia. O que se apresenta como resultado é uma importância fundamental do patrimônio ambiental aldeense no processo de atração de famílias para essa região.

O capítulo 6 caracteriza a localidade de Aldeia como uma nova periferia de status e amenidades. Além disso, apresenta a realidade local como espaço em transformação.

Por fim, o capítulo 7 retoma a discussão sobre a Grande Região de Aldeia, apresenta a experiência de ação do FSA (Fórum Socioambiental de Aldeia) e suas pautas e estratégias atuais.

Introdução

O espaço urbano é resultado da influência de um conjunto ilimitado de agentes e atores que atuam sobre ele construindo, destruindo e reconstruindo. Mas, para além dos agentes clássicos constantes na literatura, é preciso considerar que cada porção espacial possui processos e agentes específicos guardando, pois, peculiaridades que precisam ser compreendidas.

Quando a cidade cresce tende a engolir o entorno que a cerca, muitas vezes áreas rurais, que se transformam em espaço de expansão da cidade. Para estas áreas lançam-se tentáculos da urbanização transformando o uso do solo, a paisagem, as relações sociais e com a natureza, a economia etc. O fato é que o avanço da urbanização em direção às áreas rurais tende a provocar mudanças significativas de formas e usos e que precisam ser estudadas e compreendidas.

O Brasil vivencia um processo de urbanização relativamente recente. É só a partir dos anos 1950, que o país vai conhecer um processo de industrialização mais intenso e quando, pela primeira vez, a população urbana ultrapassa a população rural (SANTOS, 1995). A partir de então as cidades não pararam de crescer. O país reconheceu no seu território a constituição de metrópoles e viu se agravar a problemática estrutural das grandes cidades. A herança do passado agrário-escravocrata teve como resultado a desigualdade social e a falta de investimentos estruturais gerando cidades problemáticas e com infraestrutura precária.

Como consequência da deficiência estrutural das cidades brasileiras, sobretudo em termos de moradia e estrutura para os mais pobres, se assistiu o agravamento da problemática urbana que, em certo momento, provocou a “expulsão” de parte dos negócios e contingentes sociais para fora dos núcleos urbanos. Este processo, também chamado de descentralização urbana (CORREA, 2003), surgiu como alternativa para as

empresas (em busca de mais espaço) e para algumas famílias que podendo pagar e escolher a localização residencial tendeu a procedê-la em direção às porções mais distantes dos grandes centros urbanos onde era possível encontrar melhor qualidade de vida.

Assim, cresceu a tendência de descentralização urbana em direção às bordas, sobretudo em contextos metropolitanos, que apresentavam disfunções e problemas em grande escala. Em muitos casos, o processo de avanço da urbanização em direção às bordas metropolitanas significou transformações em nível econômico, social, demográfico e ambiental. Este processo foi facilitado pelo desenvolvimento dos transportes e comunicação que permitiu a fixação residencial e o deslocamento diário, além de troca de produtos e informações.

No contexto internacional, o processo de urbanização em direção às bordas ganha diferentes nomenclaturas, mas se referem, sempre, a um processo dinâmico e progressivo de expansão e transformação das periferias. Assim, é possível falar de periurbanização (ENTRENA DURÁN, 2003; VALE, 2005; VALE e GERARDI, 2006; SANCHÉZ, 2009) e rurbanização (COELHO, 1999; FREYRE, 1982).

Como resultado do processo de avanço da urbanização em direção às bordas, a literatura contemporânea tem nos oferecido conceitos como “novas periferias” e “cidade dispersa”. Assim, a discussão sobre as novas periferias urbanas busca dar conta da elaboração de espacialidades periféricas bem diferentes das periferias clássicas do Brasil. Já o termo cidade dispersa, dá conta da conformação de tecido urbano que rompe com a clássica forma concentrada e avança, cada vez mais, para diluição do urbano em meio ao rural (INDOVINA, 1998; 2003; 2009; 2010).

Por sua vez, as novas periferias urbanas correspondem à espacialidades de conteúdo social distinto e que se produz buscando atender interesses capitalistas e promover

negócios e produtos destinados a um público economicamente distinto. Desta forma, a sociedade contemporânea assiste à constituição de um conjunto extenso de novas periferias no Brasil marcadas pela presença de negócios imobiliários de alto e médio padrão elaborados estrategicamente para atender às demandas solváveis de habitação.

O movimento de conformação das novas periferias tende a se desenvolver em meio aos espaços rurais produzindo um tipo de espacialidade que mescla formas e usos urbanos e rurais. O fato é que este processo tende a reconfigurar o padrão de cidade clássico, marcado pela concentração e que a literatura denomina de cidade compacta (FONSECA, 2011). Este processo avança na produção de um novo padrão de cidade marcado pela dispersão e fragmentação de seu tecido que a literatura tem denominado de cidade dispersa.

Outra importante questão que merece atenção a partir deste processo é como a cidade se expande desrespeitando os espaços naturais de seu entorno. Assim, é regra que a cidade cresce e se reproduz avançando sobre áreas naturais e, nem sempre, promovendo um ambiente pacífico entre urbanização e natureza. Em geral, em função dos interesses envolvidos na produção da cidade, a natureza tenderá a ser desprezada. Desta forma, se a natureza se converte em um empecilho para a reprodução do capital logo será eliminada. Esta regra perdurou por muito tempo e ainda é prática corriqueira na produção da cidade.

No passado a sociedade se distanciou da natureza, do campo e do universo rural interpretando-os como velho, arcaico e ultrapassado rumando em direção às cidades que eram, então, tidas como modernas e sinônimo de *status*. Foi quando as cidades se saturaram e se converteram em problemas que o universo rural se re-valorizou e a vida próxima à natureza reapareceu como prática.

Os elementos naturais serão aqui denominados como amenidades. Por sua vez, estas correspondem a um conjunto de atributos positivos que atraem mercado consumidor para determinados produtos e localizações. Em função de sua existência certas porções do espaço tendem a se valorizar em relação a outras. O mercado imobiliário brasileiro, percebendo este movimento da sociedade e a tendência de reencontro (homem-natureza) em nível internacional, antecipou-se. Por meio de estratégias de *marketing* promoveu novos conceitos de moradia, dentre eles os condomínios horizontais, recheados de positivities ligadas à natureza.

Marco referencial de pesquisa

O que aqui denominamos de marco referencial da pesquisa refere-se aos elementos balizadores que justificam o percurso trilhado para elaboração do presente trabalho. Tais elementos representam, em verdade, uma síntese daquilo que foi, inicialmente, apresentado como projeto de Tese. Assim, serão aqui explicitados elementos como objeto, objetivos, problemas e procedimentos metodológicos adotados.

De início cabe definir o objeto de trabalho. Para melhor delimitar a área de estudo procedeu-se a escolha de Aldeia (RPA 5 de Camaragibe), uma região marcada por um processo específico de urbanização que guarda singularidades de forma, processo e conteúdo. Assim, a opção por Aldeia se deu, em verdade, pela possibilidade de continuação das investigações iniciadas em Silva (2011).

Como objetivo geral o presente trabalho propõe:

- *Analisar a importância dos aspectos rural/ambiental no processo de atração de famílias de classe média para Aldeia, e as consequências deste processo em termos territoriais e ambientais.*

E como objetivos específicos:

- *Identificar, a partir do discurso dos “novos” moradores da região (granjeiros, chacareiros e condôminos), quais aspectos aparecem como justificativas para o processo de escolha de Aldeia como espaço de moradia.*
- *Analisar como o Estado e o mercado produzem um discurso ecológico para Aldeia e em que medida estes discursos reforçam o processo de atração negócios e população para a localidade.*
- *Investigar as ameaças decorrentes do processo de urbanização para o patrimônio ambiental de Aldeia.*

A construção do problema de pesquisa e a problemática de investigação

A questão fundamental da pesquisa é buscar respostas a uma problemática previamente determinada. A construção de um problema se constitui em etapa importante do processo de pesquisa, pois é a partir da identificação de um problema que se pode determinar respostas preliminares e procedimentos de pesquisa que permitam revelar a realidade. Desta forma, o problema se constitui em inquietações da mente humana que se propõe a compreender questões postas pela realidade (LAVILLE & DIONE, 1999). É possível encontrar outros conceitos para o problema. Neste sentido, Gil (1999, p.49) propõe que o problema “é qualquer questão não resolvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento”. Kerlinger (1980, p.35), por sua vez, propõe o problema como “uma questão que mostra uma situação necessitada de discussão, investigação, decisão ou solução”. Enquanto isso Silva (2001) simplifica o problema como uma questão que precisa ser resolvida e em torno do qual vai girar a pesquisa científica.

Desta forma, algumas problemáticas surgiram em Silva (2011) e que se tornaram problemas instigantes para continuidade da investigação a respeito de Aldeia. Uma inquietação fundamental e que surgiu como motor dessa pesquisa diz respeito aos fatores que tem provocado o processo de desconcentração urbana em direção à parte Oeste da RMR, mais exatamente para a localidade de Aldeia. O processo em questão diz respeito às transformações espaciais que vem ocorrendo há alguns anos na RMR por meio do qual as periferias foram sendo ocupadas e tomadas como espaço de refúgio e prestígio.

O primeiro momento da formação espacial aldeense se refere à fase de finalização das atividades dos antigos engenhos, quando as antigas terras foram sendo loteadas e transformadas em pequenas unidades rurais recebendo o nome de granjas. Este processo remonta a primeira metade do século XX. Apesar de o granjismo ser uma atividade ainda presente na região de Aldeia, desde meados dos anos 90 do século XX vem perdendo forças e muitas dessas unidades foram deixando para trás o seu perfil produtivo. Por muito tempo o granjismo foi uma importante atividade econômica para aldeia. Se ele teve seu auge, ao longo da segunda metade do século XX, hoje vivencia uma redução de sua importância como resultado das transformações econômicas, tecnológicas e estruturais em nível local e regional. Desta forma, lançamos como questionamento

Como se comporta o granjismo frente à dinâmica de urbanização que adentra a região de Aldeia? E qual a realidade atual do granjismo?

Já nos anos 1980, Aldeia se converte num território urbano, a partir da municipalização de Camaragibe, abrindo-se, pois, à penetração de uma dinâmica imobiliária com a criação dos condomínios horizontais fechados. Assim, pouco a pouco, as antigas

chácaras e granjas foram sendo substituídas pelos novos empreendimentos imobiliários que mudaram a paisagem, a forma de uso do solo e as relações sociais. A este respeito é possível questionar:

Quais atores atuam no processo de formação espacial de Aldeia?

Quais mudanças em termos espaciais são percebidas na região ao longo das últimas décadas?

Desde a segunda metade do século XX, Aldeia se constituía como um espaço de reserva da expansão urbana recifense e já abrigava moradias de segunda residência e negócios de produção e lazer. Ao longo dos últimos anos a região vem se transformando em espaço de moradia principal de variadas famílias – tanto nas granjas e chácaras quanto nos condomínios – e vem recebendo diferentes negócios de serviços voltados a atender a crescente demanda local. É importante destacar que uma série de novos condomínios horizontais substituíram parte das antigas atividades rurais e, somados às atividades de serviços que se instalaram na região, se constituem em elementos dinamizadores do processo de transformação espacial, econômica e social da região em estudo (SILVA, 2011).

Partimos do princípio de que uma série de variáveis atuou promovendo a “expulsão” de indivíduos do núcleo para a borda metropolitana e, logo, a fixação de população em Aldeia. Desta forma, o elevado adensamento do núcleo metropolitano e os crescentes problemas em termos sociais e estruturais estimularam o sentimento de saída do centro para a borda. Ao mesmo tempo a baixa densidade aldeense, as qualidades ambientais, a ausência da problemática urbana e a política de *marketing* dos novos produtos imobiliários de Aldeia, atuaram promovendo externalidades positivas para essa região que se converteu num novo vetor residencial a Oeste da RMR. Logo, problemas

recifenses somados às “soluções” de Aldeia transformaram a região num espaço de atração de novos moradores. Assim, os discursos anunciavam as vantagens de viver nessa área que agregava produtos imobiliários recheados de representações simbólicas e que colocavam a natureza como antônimo da problemática urbana. Logo, questionamos:

Quais fatores “expulsaram” famílias do núcleo para as bordas da aglomeração metropolitana? E quais fatores produziram um efeito de atração para o conjunto da região?

Os discursos elaborados para Aldeia buscaram valorizar o patrimônio natural da localidade e um modo de vida que emergia com intensidade em nível internacional. Assim, para Aldeia se elaborou um discurso ecológico que evidenciava as qualidades ambientais e as possibilidades de experiências próximas à natureza, coisa que o núcleo urbano metropolitano já não poderia ofertar. Este discurso foi empreendido pelo Estado - promovendo zoneamentos e legislações ambientais que colocaram Aldeia em rota de preservação - e pelos promotores imobiliários que se prevaleceram das amenidades naturais locais convertendo-as em raridade. Neste sentido, é importante reconhecer os interesses que envolvem os discursos que se voltaram a promover a região de Aldeia como espaço de preservação ambiental. Desta forma, questionamos:

Em que medida as amenidades naturais atuaram como elemento de atração para os novos aldeenses? Como as amenidades naturais aparecem no discurso dos agentes em questão? E quais efeitos do processo de urbanização atuam como ameaça para o conjunto da região de Aldeia?

As questões relacionadas à problemática ambiental ultrapassam o território de Aldeia (Camaragibe) articulando atores e pautas que se propõem a refletir sobre as questões atuais da Grande Região de Aldeia. Assim, esse conjunto de atores tem se articulado em torno de uma organização social na escala da Grande Aldeia pautando problemas relacionados, sobretudo, às questões ambientais e motivados pela pauta da preservação da natureza e contra o avanço do processo de urbanização que surge como ameaça para o conjunto da região.

É fundamental reconhecer que Aldeia se constitui como uma nova periferia para onde tem se deslocado variadas famílias de renda média e média alta num movimento de fuga da centralidade urbana metropolitana. Este movimento é resultado, como já elencado, de problemas estruturais e sociais, das inovações espaciais que surgem no conjunto da região - tais como novos produtos imobiliários e serviços - e do poder de atração exercido pela natureza frente à saturação da vida urbana contemporânea. Neste sentido, é que reconhecemos Aldeia como um espaço propício para analisar estas novas periferias que, ora surge como solução e ora como problema. Logo, o espaço aldeense nos possibilita pensar o processo de urbanização de curto prazo, as novas periferias, a relação sociedade-natureza e as ameaças da urbanização, a apropriação da natureza pelo mercado e sua transformação em mercadoria e, por fim, os resultados espaciais do conjunto de processos acima elencados em termos territoriais, econômicos e sociais. Assim, o processo que ocorre em Aldeia configura a região como uma porção da cidade dispersa a Oeste da RM ao mesmo tempo em que realiza a constituição de uma nova periferia, de amenidades, prestígio e *status*, surgindo como um problema que merece investigações.

Mediante os problemas acima apresentados a tese adota como hipótese principal:

A presença de um patrimônio natural em Aldeia vem atraindo desde os anos 1960, inúmeras famílias de renda média para a

localidade. A emergência de ideais rurbanos e o fetiche do contato com a natureza promoveu a invasão de Aldeia por famílias que estabeleceram ali granjas e chácaras como segunda residência e posteriormente se converteram em moradias principais. Já nos anos 1990, Aldeia passa a receber a instalação dos primeiros condomínios horizontais levando para a região inúmeras famílias num movimento de fuga da crescente problemática urbana metropolitana.

E como hipóteses secundárias:

1. A valorização do rural/ambiental é decorrente do esgotamento do modo de vida urbano. Logo, ideais rurbanos e naturalistas surgem fortemente como discurso e como prática ao longo do século XX levando famílias a se deslocar das centralidades urbanas para suas bordas. O caso de Aldeia é bastante representativo deste processo, já que a presença de atributos rurais/naturais atraiu inúmeras famílias para a localidade em busca de novas experiências.
2. A elaboração do discurso ecológico relacionado à Aldeia é resultado da ação de dois agentes importantes: o Estado e o mercado. O Estado produzindo uma legislação que associa a localidade a um grande ambiente natural reforça a presença de amenidades ambientais. Tais amenidades passam a ser exploradas midiaticamente pelo mercado que as utilizam como atributos de valorização do espaço atraindo, pois, um novo contingente populacional para a localidade. Neste sentido, o mercado utiliza-se do *marketing* imobiliário para reforçar um novo estilo de morar associado ao contato com a natureza e aos aspectos rurais.
3. O processo de urbanização – mediante a criação de novos empreendimentos imobiliários, o adensamento populacional e a reprodução de práticas urbanas no conjunto do território de Aldeia – surge como ameaça para o futuro ambiental de Aldeia. Logo, a sociedade local tem desenvolvido estratégias de defesa e preservação do patrimônio natural da Grande Região de Aldeia promovendo um discurso de enfrentamento da urbanização e seus efeitos.

Referencial metodológico

A preocupação com o método e rigor científico é antiga. É ele que garante, pois, a validade e confiabilidade dos resultados da pesquisa científica. Descartes *apud* Laville e Dione (1999, p11) afirma quanto ao método:

O método são regras precisas e fáceis, a partir da observação exata das quais se terá certeza de nunca tomar um erro por uma verdade, e, sem aí desperdiçar inutilmente as forças da sua mente, mas ampliando seu saber por meio de um contínuo progresso, chegar ao conhecimento verdadeiro de tudo do que se é capaz.

Desta forma, o método orienta a pesquisa, direciona os procedimentos para, então, se produzir conhecimento. Evidentemente, limitados pela capacidade do pesquisador e pelas limitações da pesquisa.

Para Gil *apud* Silva (2001) a investigação científica exige um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” para que se chegue aos resultados pretendidos. Esses procedimentos são, pois, o método científico. Neste sentido, método científico “é o conjunto de processos ou operações mentais que se deve empregar na investigação, é a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa (SILVA, 2001, p.25).

É, portanto, por meio do método que o pesquisador realiza a interpretação do mundo real.

A propósito o método adotado para esta Tese é o método dialético que é preferencialmente empregado em pesquisas qualitativas (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993 *apud* SILVA, 2001). Para Silva (2001) este método fundamenta-se nas contradições. É, portanto, “um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade”. Assim, os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, político, econômico, etc. É preciso, pois, considerar os fatos como parte de um todo maior, que se influencia mutuamente e em diferentes ordens e escalas.

Como afirma Silva (2001) a pesquisa científica não prescinde de um roteiro rígido e previsível. Em tempos de caos da ciência, o ideal seria utilizar-se de métodos e não exclusivamente de um, como receita. Com essa opção seria possível testar possibilidades de análises e, logo, resultados para os problemas apresentados na pesquisa.

Apesar de assumir o método dialético reconhecemos que o trabalho é permeado pelo método fenomenológico, o qual busca descrever as experiências como são e coloca o sujeito/ator como parte importante do processo de elaboração do conhecimento. O método fenomenológico é também empregado em pesquisas qualitativas (SILVA, 2001).

Instrumentos de pesquisa

Para realização do presente trabalho optamos pelo levantamento de documentos oficiais, trabalhos científicos, propagandas publicitárias e entrevistas e questionários. Cada um desses instrumentos buscou identificar diferentes perspectivas de discurso para responder aos problemas e objetivos da pesquisa.

Optou-se pela realização de um conjunto de entrevistas com moradores locais e outros agentes envolvidos no processo de produção espacial de Aldeia. Desta forma foram realizadas:

- 06 entrevistas com moradores locais
- 02 entrevistas com representantes da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de Camaragibe
- 01 entrevista com representante do setor imobiliário
- 02 entrevistas com representantes do Fórum Socioambiental de Aldeia

Também foi realizada a aplicação de 57 questionários através da plataforma *Survio.com* (que segue em anexo) na internet junto a moradores da localidade. Para complementação da pesquisa foi necessário recorrer a documentos que permitiram contextualizar melhor as condições que favoreceram e influenciaram o processo de ocupação de Aldeia.

O conjunto de entrevistas e questionários possibilitaram responder aos objetivos geral e específico 1, apontando os elementos que influenciaram no processo de atração de novos moradores para esta região e como o processo que se desenvolve em Aldeia tem reconfigurado o território aldeense. Para compreender as transformações espaciais foram analisadas imagens aéreas, ortofocartas e imagens de satélite. Além de contar com o conjunto de depoimentos que apontaram para as mudanças que ocorrem na região ao longo do tempo.

Para responder ao objetivo específico dois um conjunto de documentos oficiais¹ foram selecionados e analisados buscando identificar as perspectivas do Estado em relação à localidade de Aldeia e uma série de propagandas publicitárias foram analisadas a fim de identificar como as qualidades naturais de Aldeia são apropriadas como elemento de valorização espacial para a região.

Por fim, para atender ao objetivo específico três foram empreendidas entrevistas com moradores, ambientalistas e o poder público local, além de ter sido identificado, a partir da experiência do Fórum Socioambiental de Aldeia, as pautas que envolvem as ameaças da urbanização para o futuro ambiental de Aldeia.

Procedimentos de pesquisa

¹ Plano Diretor, Lei de Uso e Ocupação do Solo de Camaragibe, Caracterização Municipal de Camaragibe.

Descritos os métodos científicos adotados para essa pesquisa e os respectivos instrumentos cabe-nos, agora, revelar os procedimentos metodológicos que permitiram elucidar os problemas e avançar na construção da presente Tese.

Em princípio assumimos a abordagem progressiva-regressiva que permite um movimento entre passado e presente e vice-versa de forma que a visita ao passado “faz nascer algo novo” (LEFEBVRE, 1999).

Para compreender a realidade atual de Aldeia foi preciso reconstituir o processo histórico que tem rebatimentos na forma de uso do solo e nas transformações espaciais. Para produzir uma análise do presente foi preciso olhar para o passado. Assim, o tempo se colocou como dimensão importante no processo de explicação do processo de construção da espacialidade aldeense.

É este movimento de visita ao passado que descortina as fases e perspectivas de produção espacial de Aldeia. Se num primeiro momento as perspectivas sobre Aldeia se relacionam à apropriação do espaço para lazer e produção, num segundo momento Aldeia vai sendo tomada por uma lógica imobiliária residencial que se apropria das amenidades naturais vendendo-as como raridades exclusivas da região.

Neste processo o discurso ganha uma dimensão fundamental. É através dele que Aldeia se constrói como alternativa à problemática urbana recifense e se torna pólo de atração de investimentos imobiliários e de novos contingentes populacionais urbanos num movimento de fuga do centro para a periferia metropolitana. Assim, assiste-se como resultado da reunião de distintos interesses, ações e perspectivas a conformação de uma espacialidade periférica marcada pela presença de negócios imobiliários de médio e alto padrão, além de um conteúdo social marcado por famílias de média e alta renda.

É preciso reconhecer, pois, o espaço como uma categoria histórica resultante do trabalho social elaborado ao longo do tempo. Assim, tempo e espaço tornam-se categorias fundamentais no processo da pesquisa aqui realizada.

Para a realização da presente tese optou-se por proceder um estudo de caso que para Brune ET Al apud Christofolli (2000, p.65) “[...] reúne informações tão numerosas e tão detalhadas quanto possível com vistas a apreender a totalidade de uma situação”. Já para Gil (1999) o estudo de caso é caracterizado pelo estudo “profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu reconhecimento amplo e detalhado”. Assim, o presente estudo de caso privilegia questões que buscam explicar o processo de formação e transformação de Aldeia, sobretudo os discursos dos diversos agentes envolvidos.

Yin (2010) considera que o estudo de caso

[...] conta com muitas das mesmas técnicas que a pesquisa histórica, mas adiciona duas fontes de evidências geralmente não incluídas no repertório do historiador: observação direta dos eventos sendo estudado e entrevistas das pessoas envolvidas nos eventos (2010, p.32).

O autor ainda acrescenta, quanto aos estudos de caso, que estes se voltam a investigar um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real. Apesar da opção pelo estudo de caso é possível produzir generalizações na medida em que o processo de descentralização, periurbanização, ocupação das periferias, produção de novas periferias etc., tal como se desenvolve em Aldeia, se reproduz em outros contextos metropolitanos em nível nacional e internacional. Logo, para este trabalho optou-se pelo uso da técnica de entrevistas permitindo identificar particularidades nas generalizações, tal como generalizar nas particularidades.

A tese foi assim construída a partir de um conjunto de etapas apresentadas no projeto de pesquisa e que foi sendo ajustada sob as necessidades do processo. A primeira etapa

consistiu no levantamento e seleção de documentos e informações relacionadas ao objeto de investigação, além de consultas junto à Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco – Condepe/Fidem e à Prefeitura de Camaragibe. A análise desse material permitiu reconstituir, ainda que parcialmente, o processo de reconfiguração espacial que vem ocorrendo na região ao longo dos últimos anos.

Na segunda etapa da pesquisa procedeu-se a identificação de atores e a realização de entrevistas semi-estruturadas. A realização das primeiras entrevistas e a identificação de um conjunto de limitações sua para realização reorientou a estratégia de pesquisa que passou a contar com a aplicação de questionários a partir da plataforma *Survio.com* na internet. Assim, um conjunto de atores foi mobilizado, sobretudo a partir de uma rede de contatos, facilitada a partir do FSA (Fórum Socioambiental de Aldeia) e da ACA.

A análise dos resultados buscou identificar especificidades nos discursos, mas a amplitude de motivações e justificativas foi tão imensa que se preferiu utilizar da transcrição de entrevistas para caracterizar generalizações ou especificidades identificadas. O caso aldeense requereu a realização de um trabalho exploratório exigindo a observação *in loco* dos fatos estudados, tal como o contato direto com atores que nos permitiram adentrar o cotidiano da região, tal como de suas vidas. Foi necessário, ainda, proceder com a elaboração de um acervo fotográfico que nos permitiu caracterizar os fatos e fenômenos aqui destacados.

Cabe registrar, aqui, as freqüentes visitas às reuniões do FSA ao longo dos últimos seis anos. Tais visitas permitiram estabelecer uma rede de contatos em Aldeia oportunizando interar-me das agendas, pautas de lutas e problemáticas que permeiam o cotidiano daquela região. Ainda, recorreu-se à leitura exaustiva de livros, artigos, dissertações e teses a fim de elaborar uma base teórica capaz de responder às questões apresentadas.

1. Descrição de Aldeia

Bucólica. Essa é a palavra que melhor pode definir a região Aldeia. Segundo o *Dicionário Unificado de Língua Portuguesa* o termo *bucólico* é um adjetivo relativo à vida no campo e dos pastores, campestre, rude, simples, puro, gracioso. Assim, as características agregadas na noção do referido termo parecem, perfeitamente, se referir ao objeto selecionado para desenvolvimento da presente Tese.

Ainda que a localidade já não apresente somente características rurais, ou campestres, já que hoje a região apresenta muitas influências e elementos urbanos, Aldeia permanece sendo um espaço de alternativo ao urbano metropolitano recifense e considerada, ainda, espaço rural ou interiorano.

Figura 1: Paisagem rural de Aldeia, ao fundo trecho da vegetação local.



Foto: Ailson Barbosa, 2015.

De princípio assume-se aqui a tarefa de descrever a localidade de Aldeia. É preciso, esclarecer a escala de investigação trabalhada. Isto porque, ao tratar de Aldeia é possível

pensá-la em múltiplas escalas: como bairro, como região ou como unidade regional municipal. Foi esta última a escala escolhida para o desenvolvimento deste trabalho. Contudo, buscaremos ainda analisar o caso em estudo no contexto da Grande Região de Aldeia que corresponde a uma porção espacial que extrapola os limites territoriais de Camaragibe.

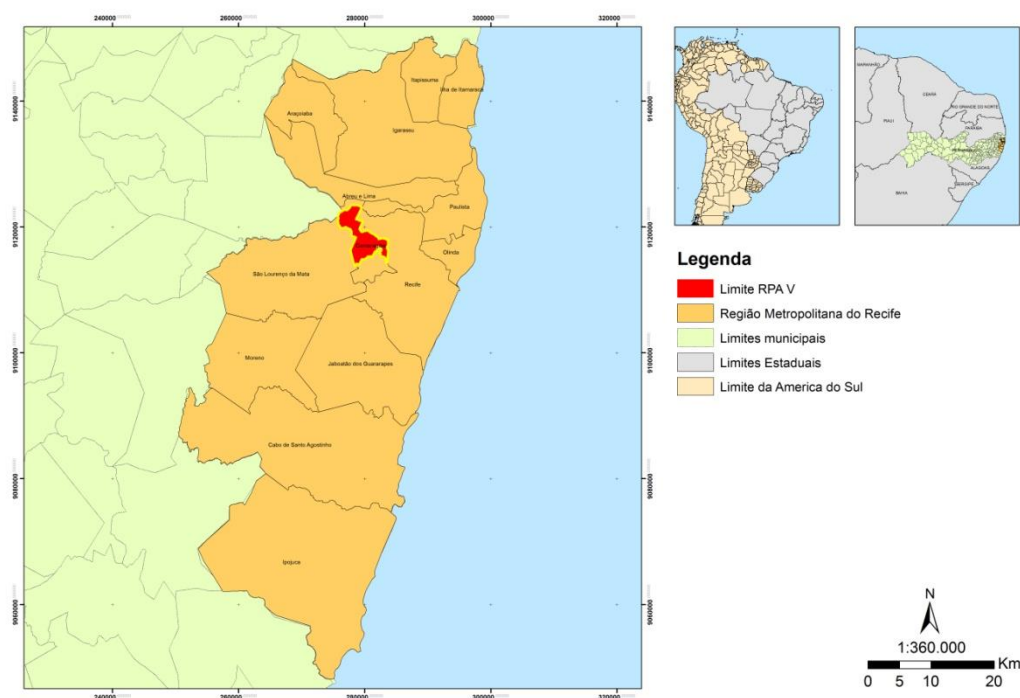
A Grande Região de Aldeia compreende a totalidade dos municípios de São Lourenço, Paudalho, Araçoiaba e Camaragibe e parcialmente do Recife, Paulista e Abreu e Lima (Agenda 21 da Região de Aldeia). Com exceção de Paudalho, os demais municípios que compõe a Grande Região de Aldeia encontram-se inseridos na Região Metropolitana do Recife.

O conjunto desta região apresenta características e problemas específicos. A região apresenta um tecido urbano disperso e a presença marcante de um patrimônio natural - com a presença de resquícios de mata atlântica, corpos hídricos e fauna - que lhe conferem grande valor ambiental². Este patrimônio vivencia grandes ameaças à sua preservação como será demonstrado neste trabalho.

Contudo foi a localidade de Aldeia (RPA 5 de Camaragibe), como parte desta grande região, o objeto selecionado para esta trabalho, reflete as qualidades e problemas que se manifestam na Grande Aldeia, mas apresenta especificidades de forma e processo e que merecem ser estudadas. Logo, se propõe aqui a dar continuidade às investigações iniciadas em Silva (2011) e que provocou novos questionamentos dando origem ao projeto de pesquisa que originou a presente Tese.

² A este respeito ver, dentre outros, Plano de Manejo da APA Aldeia-Beberibe (2012) e a dissertação de Cristina Lygia D'araujo Souza (2010) intitulada "O impacto da ocupação humana sobre os recursos hídricos no ecossistema Aldeia, Camaragibe-PE.

Figura 2: Localização de Aldeia em relação ao município de Camaragibe e em relação ao conjunto da RMR.



Situada na parte norte do município de Camaragibe e a oeste do Recife, a principal forma de acesso à região a partir do Recife, é pela PE-27 (Estrada de Aldeia) sendo também a principal estrada local.

A região em estudo é resultado decomposição de terras dos antigos engenhos Timbi e Camaragibe e sua formação espacial é consequência da influência de variados agentes e interesses. Nos últimos anos o processo de espraiamento da urbanização vem gerando uma mistura de usos da terra – contemplando usos rurais e urbanos - e provocando novas problemáticas e uma trama que merece ser compreendida.

Caminhar pelos caminhos de terra de Aldeia permite descobrir uma região que vai muito além daquela paisagem que se acostumou perceber ao longo da Estrada de Aldeia. Quando ficam para trás os altos muros dos condomínios e a face das chácaras e

comércios situados ao longo da Estrada, é que se revela uma Aldeia de aparência predominantemente rural com áreas agrícolas, pastos, animais e muita vegetação.

O patrimônio natural aldeense se converteu em valiosa raridade e serviu como fator de atração populacional. Esta atração se deu em função da busca da experiência de um modo de vida em contato com a natureza que se tornou sinônimo de qualidade de vida.

O “rural” de Aldeia se transformou na possibilidade de negação ao urbano metropolitano tornando-se um convite a quem buscava um espaço alternativo e de fuga à crescente problemática recifense.

Pode-se dividir a história de Aldeia em diferentes fases. Para este trabalho preferiu-se sistematizá-la em duas etapas distintas: a primeira e a segunda Aldeia. O que aqui denominamos de primeira Aldeia refere-se a uma fase em que a região foi tomada por granjas e chácaras, principalmente. Esta etapa remonta as primeiras décadas da segunda metade do século XX e vai a meados dos anos 1990. Esse período correspondeu a uma temporalidade com características bem específicas. É nesta fase que Aldeia se constitui num importante espaço de segunda residência e quando se avoluma a produção de granjas e chácaras na região. O período em questão, também, remonta uma fase em que as belezas naturais da região se constituía num elemento convidativo a viver a experiência da vida rural aldeense. Um antigo morador da região revelou:

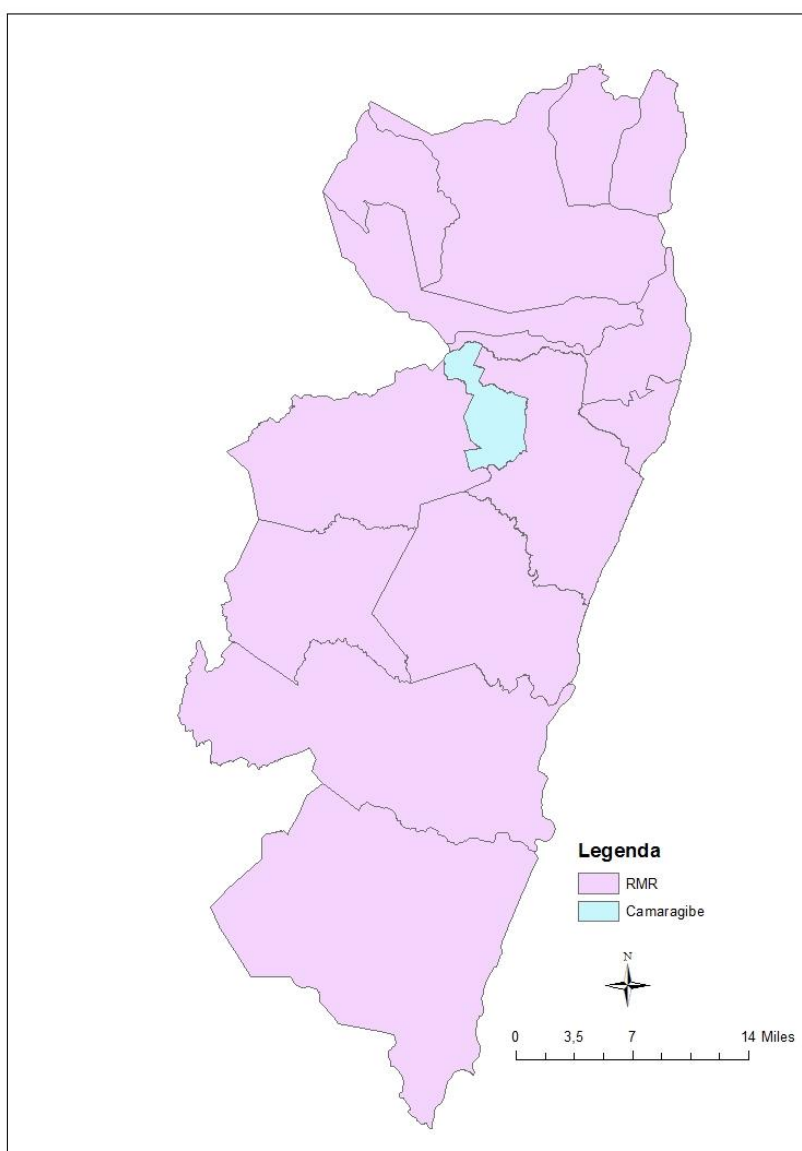
“na época em que eu cheguei à Aldeia existiam muitos animais na região, era lindo receber pássaros no quintal, a gente jogava sementes e eles vinham se alimentar. Sou de uma época em que vinham poucos carros para Aldeia, a gente ficava na estrada contando o número de carros que se dirigiam para cá. Era comum encontrar preguiças atravessando a estrada, era um evento, os carros paravam e as pessoas sentavam-se para contemplar a natureza viva”.

Por sua vez, a segunda Aldeia se refere a um período mais recente, remontando o pós anos 1990, quando uma lógica imobiliária adentra definitivamente a região e modifica a forma de uso da terra passando do rural para um híbrido rural-urbano. É mediante este processo que Aldeia se torna importante *front* de expansão da RMR (Região Metropolitana do Recife) produzindo variados negócios imobiliários e inaugurando um novo processo espacial que se voltou a explorar a paisagem e os elementos ambientais como fatores de valorização espacial do lugar. Tal condição, porém, não se inicia nos anos 1990, mas é a partir deste período que esta lógica se torna mais evidente.

2.1 O contexto municipal

O município de Camaragibe está localizado a Oeste do Recife, capital do estado de Pernambuco e possui um território de 55km² de extensão. O território municipal faz fronteira a leste com o Recife, a norte com Paulista, a oeste com Paudalho e São Lourenço da Mata, e a sul com São Lourenço como ilustrado na figura 3. O território camaragibense pertencia ao município de São Lourenço da Mata até 1982, quando foi desmembrado daquele município ocorrendo, pois, a sua emancipação através da Lei estadual 8.591/1982.

Figura 3: Localização de Camaragibe e em relação ao conjunto da RMR.



A evolução demográfica do município de Camaragibe está relacionada tanto ao processo migratório em direção ao Recife, quanto ao processo de parcelamento de terras. Desta forma, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 1980 a população camaragibense era de 66.992 habitantes. Em 1991, a população municipal quase dobrou chegando a um contingente de 99.407 pessoas, apresentando um crescimento de mais de 32%. As décadas posteriores apresentaram um crescimento constante. Em 2000, a população já havia duplicado (128.702) em relação

aos anos 1980, mas, posteriormente, apresentou uma desaceleração do crescimento, também, em função dos limites impostos pela topografia municipal.

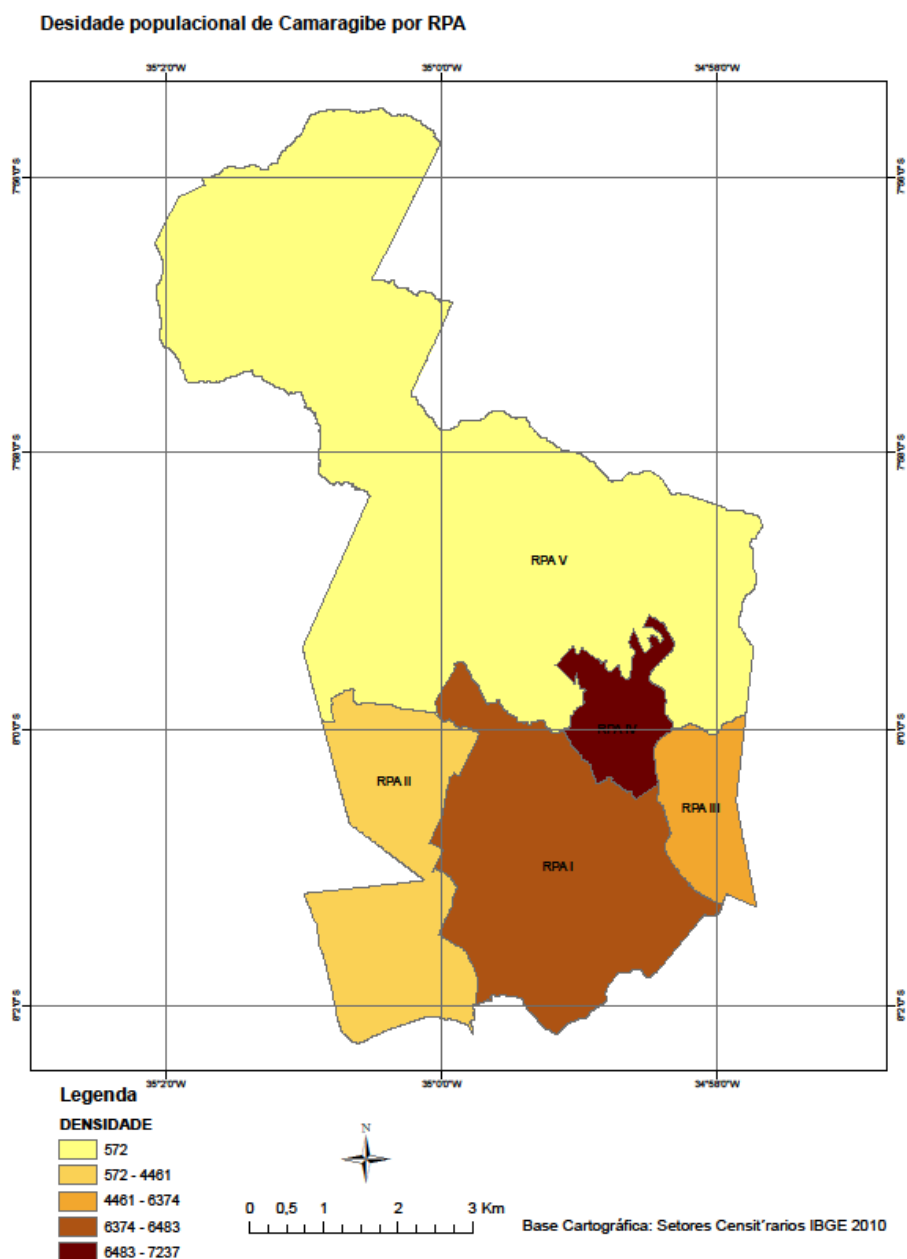
Apresentando uma divisão regional com cinco RPAs (Regiões Político-administrativas) e um conjunto de 29 bairros, o município de Camaragibe possui uma população desigualmente distribuída pelo território. O município apresenta uma densidade populacional de 2821,93 habitantes por quilometro (IBGE, 2010). Contudo, é na RPA 5 que está localizada a menor concentração de população e maior área apresentando, logo a menor densidade populacional (572 habitantes/km²). Enquanto isso, a RPA 1 apresenta o maior adensamento do município (7.237 hab/km²).

Quadro 1: Incremento populacional por período censitário

2000	Taxa de crescimento 2000-2010	2010
	(a.a)	
128.702	1,2	144.466

Fonte: Censos Demográficos 2000 e 2010

Figura 4: Densidade populacional por RPA em Camaragibe.



Entre os anos de 2000 e 2010, o município de Camaragibe apresentou um crescimento na ordem de 15.764 habitantes (IBGE) apresentando um taxa de crescimento percentual ao ano na ordem de 1,2% e um incremento percentual de 12,24% para o período. Em relação à estimativa feita para 2014, o incremento populacional foi na ordem de 24.138

peessoas, contudo, Camaragibe continua ocupando a sexta posição em termos populacionais dentre os municípios que compõem a RMR.

Tabela 1: População municipal 2000-2010 e incremento por RPA.

Região Político-administrativa	População de Camaragibe, 2000	População de Camaragibe, 2010	Incremento percentual 2000-2010
01	59.359	65.575	10,4
02	24.812	29.493	18,8
03	15.838	15.838	0
04	13.014	14.837	14
05	15.679	17.166	9,48
Total municipal	128.702	144.466	12,24

Fonte: IBGE.

Como observado na tabela 1, Aldeia cresceu menos que o município (9,48%), sendo, junto à RPA 3, as que menos crescem no âmbito local. Além da desigual distribuição populacional, Camaragibe apresenta características topográficas marcadas majoritariamente por encostas e topos arredondados. Tal condição tem produzido variados pontos de áreas de risco expondo, sobretudo, a população mais pobre.

1.2 Caracterização de Aldeia

O que aqui se denomina como Aldeia corresponde à RPA 5 do município de Camaragibe e compreende os bairros de Aldeia, Borralho, Vera Cruz e Oitenta. Esse conjunto de bairros possui uma área total de 30,02Km², correspondendo a 56,7% do território municipal de Camaragibe e possui, juntos uma população de 17.166 habitantes

(IBGE, 2010). Comparada à população de 2000, o incremento populacional em 2010 foi na ordem de 9,48% chegando, pois, a uma densidade populacional de 572hab/Km² a menor dentre as RPAs do município como pode ser observado no quadro 2.

O crescimento populacional em Aldeia é resultado da atração populacional motivada pelos novos empreendimentos habitacionais elaborados ao longo das últimas décadas na região, enquanto outra parte é resultado do poder de atração para o emprego exercido pelos empreendimentos rurais e imobiliários (na forma de condomínios horizontais).

Quadro 2: Regiões Político-administrativas de Camaragibe – Área, população e densidade

Região Político-administrativa	População de Camaragibe, 2010	Área (km2)	Densidade (População/km2)
01	65.575	10,34	7.237
02	29.493	6,61	4.461
03	15.838	2,50	6.374
04	14.837	2,05	6.483
05	17.166	30,02	572

Fonte: IBGE – Censo 2010. Organização: Ailson Barbosa da Silva.

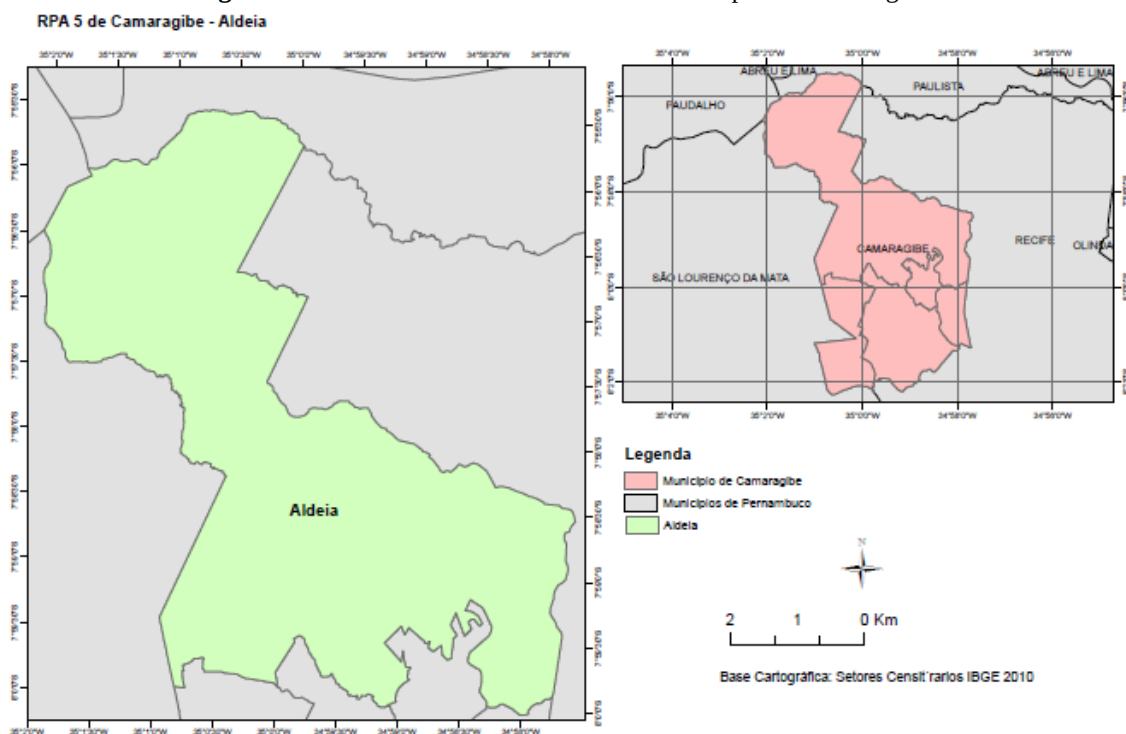
É preciso considerar a existência de uma dinâmica demográfica própria da região de Aldeia em que granjas, chácaras e mesmo condomínios eram moradias de segunda residência. Ao longo dos últimos anos muitas dessas unidades se transformaram em moradias principais o que justifica, também, o crescimento populacional da região.

Em função da legislação ambiental e das características específicas do lugar o processo de urbanização em Aldeia tem se desenvolvido de forma bastante restrita, fato que impede a intensificação da ocupação do território. Assim, a disponibilidade de terras³

³ A maior dentre as RPAs de Camaragibe

somada à reduzida população local faz com que a Aldeia seja a RPA com menor densidade populacional de Camaragibe.

Figura 5: Território de Aldeia no contexto municipal de Camaragibe.



Esta sub-região municipal é marcada pela presença de um importante patrimônio ambiental que dá unidade regional e tornou-se marca do lugar. Tais amenidades ambientais influenciaram, fortemente, no estabelecimento de Aldeia como eixo residencial de *status*. Por sua vez, a presença de moradores com renda média e média alta, somado aos novos negócios na forma de granjas, chácaras e condomínios, tornou a região pólo de atração de mão-de-obra e novos negócios comerciais. Os negócios para classe média passaram a demandar, crescentemente, prestadores de serviços e estes estabeleceram uma rede de atração de mão-de-obra alimentada, principalmente, por ex-agricultores vindos da RMR e da Zona da Mata pernambucana (SILVA, 2011).

Do ponto de vista econômico verifica-se a ampliação da oferta de serviços – sobretudo o de comércio de materiais de construção que se volta a atender a demanda crescente produção imobiliária na região – com a criação de escolas, restaurantes, hotéis, comércios, cafés, corretora de imóveis, salões de serviços estéticos etc.

O conjunto de aspectos naturais de Aldeia são um atrativo a parte da região. Marcada pela presença de resquícios de Mata Atlântica, Aldeia está inserida num território sobre o qual incidem diferentes legislações de preservação ambiental. Em nível estadual a região está inserida na APA Aldeia-Beberibe, instituída através da Lei Estadual 34.692 de 17 de março de 2010. O Plano Diretor municipal prevê a região como uma Macrozona de Proteção Ambiental estabelecendo que o conjunto deste território:

Corresponde às áreas que apresentam características ambientais de importância para a proteção ambiental, representando um rico patrimônio que deve ser valorizado e conservado para as gerações presentes e futuras. (Plano Diretor de Camaragibe, Lei 341/2007)

Já a LUOS (Lei de Uso e Ocupação do Solo) do município define a região como ZEPA (Zona Especial de Proteção Ambiental) e estabelece:

Caracteriza-se como espaço urbano de interesse ambiental e paisagístico necessário à preservação das condições de amenização do ambiente urbano, de conformidade com a Lei Estadual de Proteção dos Mananciais nº 9860 de 12/08/86.

1.3 As amenidades naturais de Aldeia: breve descrição

Aldeia possui um tipo climático Tropical quente e úmido, com um regime de chuvas de outono/inverno apresentando uma média anual de precipitação de 1968 mm. A temperatura média é de 26°, porém apresenta uma sensação térmica mais amena devido

a posição geográfica que favorece a penetração de correntes de vento e a sua altitude média, acima de 100m. Destacando-se como a primeira elevação a Oeste da RMR, logo após a planície do Recife, o clima de Aldeia também se favorece pela “expressiva quantidade de vegetação local de médio e grande porte e boa permeabilidade do solo o que pode proporcionar uma maior umidade relativa do ar” (CAMARAGIBE, 2006, p.99).

As características climáticas de Aldeia favoreceram, de sobremaneira, o processo de ocupação da região visto que estimulou a expansão de certas práticas agrícolas e a criação de moradias de lazer que buscavam, sobretudo, o clima ameno e diferenciado em relação aquele encontrado no núcleo metropolitano recifense.

Figura 6: Amenidades naturais localizadas em Aldeia. Riacho Rio Besouro.



Foto: Ailson Barbosa, 2015.

Possuindo uma vegetação do tipo subperenifólia e uma floresta densa e latifoliada, Aldeia se caracteriza pela presença de árvores de grande porte sendo estas resquícios de

mata atlântica. Esse tipo de vegetação ocorre em “áreas descontínuas de grotões, áreas de vales com encostas muito íngremes quase sempre correspondente a nascentes de rios, estes espaços, em sua grande maioria estão incluídas nas áreas de mananciais protegidas pela Lei 9860/87 e com grande importância para a recarga dos aquíferos” (CAMARAGIBE, 2006, p.99).

As áreas remanescentes de floresta Atlântica distribuídas sobre as chãs e ao sul onde está localizada a ZEPE (Zona Especial de Preservação Ecológica) compreendendo a Mata do Flamengo e outras pequenas áreas particulares. São encontradas, também, áreas de vegetação arbustiva de médio e pequeno porte, sob a forma de capoeira, além de pomares e plantações de milho e flores (Diagnóstico da RPA 5- Prefeitura de Camaragibe, 2006).

Os muitos indicativos da prática de produção de flores em Aldeia não foram confirmados durante a realização dessa pesquisa. Contudo, a não identificação dos espaços de produção desse elemento não nega, pois, a possibilidade de ocorrência dessa cultura na região. Vale destacar que dados da Condepe/Fidem indicam a existência de produção de cana-de-açúcar, banana e coco-da-baia no território camaragibense.

Na região são observados parcelamentos do solo destinados à populações de menor poder aquisitivo (nos bairros de Vera Cruz e Oitenta) assim como destinados à população de renda média. Observa-se, pois, a fragmentação vegetal nas ocupações populares em função da necessidade de abertura de lotes residenciais. Já nos loteamentos ocupados pelas famílias de mais alta renda, sobretudo nos condomínios horizontais, além da derrubada de vegetação “ocorre a introdução de espécies exóticas à flora local, como eucalipto e pinheiros, representando uma descaracterização paisagística e um risco às espécies locais” (CAMARAGIBE, 2006, p.100).

Neste sentido, a vegetação de Aldeia “apresenta diferentes graus de conservação, contudo, guardam uma imensa riqueza de recursos de flora e uma diversidade faunística, que caracterizam a região como um ambiente de amenidades ambientais” (CAMARAGIBE, 2006, p.100).

Quanto aos aspectos geomorfológicos Aldeia situa-se num ambiente de morros, pertencente ao grupo barreiras, porém destaca-se, diferentemente do restante do conjunto municipal, por apresentar uma morfologia do tipo chãs/tabuleiros. A região apresenta, ainda, altimetria acima de 100m, tendo suas bordas recortadas por vales dissecados.

Já em relação aos recursos hídricos, Aldeia possui um importante conjunto de rios e riachos com grande importância para o contexto municipal e metropolitano. A região ainda abarca áreas dos mananciais dos rios Paratibe e Beberibe, além da nascente do Rio Besouro que faz parte da bacia do rio Capibaribe, tal como no quadro 3.

Quadro 3: Informações sobre rios e suas respectivas bacias localizados em Aldeia.

Bacia	Tipo	Bairro
Rio Capibaribe		
Rio Camaragibe	Rio	Toda RPA 5
Riacho Coronel	Riacho	Borralho
Córrego do Burro Velho	Riacho	Tabatinga
Córregos das Araras	Riacho	Tabatinga
Córrego Claras Lopes	Riacho	Borralho
Córrego das Areias	Riacho	Aldeia dos Camarás
Rio Paratibe		
Rio da Mina	Rio	Aldeia dos Camarás
Rio Beberibe		
Rio das Pacas	Rio	Aldeia dos Camarás e Vera Cruz
Rio Araçá	Rio	Aldeia dos Camarás

Fonte: Prefeitura de Camaragibe, 2007.

Desta forma, Aldeia apresenta um “conjunto de rios, riachos e espelhos d’água de expressivo valor para o abastecimento de todo o conjunto sistêmico que compõe os recursos hídricos municipais e seus rebatimentos na RMR” (CAMARAGIBE, 2007, p.100). É importante destacar o fato de muitos corpos hídricos presentes na região estar situados no limite de propriedades particulares ou sofrer conseqüências do processo de adensamento populacional.

Figura 7: Rio Bezouro (Aldeia) e a ocupação do manancial



Foto: Ailson Barbosa, 2015.

É importante assinalar para a presença de uma fauna diversificada conferindo um charme especial ao conjunto da região (PERNAMBUCO, 2012). Contudo, o amplo processo de urbanização e fragmentação da flora (em função do modelo de processo imobiliário que vem se desenvolvendo na região) tem reduzido o contingente faunístico local e produzido conseqüências que já podem ser percebidas, tais como a redução de espécies típicas da localidade.

Figura 8: Preguiça e Tamanduá-mirim. Espécies nativas da Grande Região de Aldeia.



Foto extraída do Plano de Manejo da APA Aldeia-Beberibe, 2012.

A soma de fatores como presença de vegetação e fauna, corpos hídricos, altimetria, clima ameno e relevo conferiram à Aldeia uma posição de destaque no contexto metropolitano atraindo investidores e novos moradores, sobretudo vindos do núcleo metropolitano recifense, num movimento de fuga da problemática metropolitana e em busca da tranquilidade e da qualidade de vida que os referidos aspectos naturais poderiam oferecer.

2. Debatendo a literatura: os agentes e processos na produção do espaço urbano

O que é o espaço urbano? Quem produz e como produz? Como a cidade se transforma? Por que as bordas urbanas ganham novas formas e conteúdos? Essas são questões que o presente capítulo busca responder.

O espaço urbano corresponde ao que tradicionalmente temos compreendido como cidade, mas vai muito além do espaço construído. O espaço urbano é, pois, resultado de muitos processos empreendidos por diferentes agentes que possuem distintas perspectivas sobre ele. Neste sentido, há quem mantenha sobre o espaço urbano uma perspectiva residencial ou produtiva, há quem deseje viver, lucrar, destruí-lo e reconstruí-lo. As perspectivas são tantas que, em certo momento, passam a haver conflitos de interesses tornando-o palco de uma disputa política e ideológica.

Desta forma, os agentes produtores da cidade somada à escolha individual e coletiva modificaram a forma de produção da cidade, de expansão da urbanização, de mudança na forma de uso do solo e sobre seus resultados em termos espaciais.

2.1 Agentes dominantes do espaço urbano

Compreende-se como espaço urbano o conjunto de diferentes usos da terra dentre os quais aqueles de reserva da expansão, o centro da cidade, as áreas industriais, de serviços, comércio e gestão, além das áreas residenciais populares ou mais abastadas. Pode-se pensar, também, o espaço urbano contendo práticas agrícolas, tal como foi discutido, dentre outros autores, por Ferreira (2009).

Nesta perspectiva, o espaço urbano vai sendo conformado por diferentes agentes que possuem distintos interesses sobre ele. Logo, o seu processo de elaboração vai definindo áreas estratégicas onde serão construídos e ofertados os equipamentos, serviços e infra-

estrutura de melhor qualidade. Também, neste processo, será definido as regiões de menor interesse para o capital e áreas de reserva de expansão. Assim, as áreas de pouco interesse para o mercado serão destinadas – ou reservadas – para a população de menor poder aquisitivo que adquirirá lotes de terras através de planos de pagamento oferecido pelos próprios proprietários ou, ainda, através de ocupações urbanas organizadas pelos movimentos sociais. Algumas vezes as ocupações podem ocorrer de forma não organizada.

Em geral, as áreas rejeitadas pelo capital imobiliário corresponderão às regiões marcadas pela presença de acidentes geográficos ou de condições ambientais desfavoráveis à reprodução capitalista tais condições se convertem em impedimento para valorização espacial do lugar.

Assim, essas regiões rejeitadas pelos promotores imobiliários serão, pouco a pouco, tomadas por famílias pobres que produzirão aquilo que a literatura denominou de periferia. Logo, se formam as periferias pobres marcadas pelos problemas ambientais, sociais e pela ausência do Estado.

Por sua vez, as áreas de reserva da expansão urbana correspondem, em geral, às áreas de amenidades⁴ naturais, que, logo, tornam-se atrativas para o capital imobiliário. Tais áreas localizam-se nos limites do espaço urbano, muitas vezes definidas como terras rurais permanecendo em repouso até que o jogo da expansão urbana direcione para ela as suas regras. Neste momento, haverá, pois, a conversão de terra rural em terra urbana e finalmente a entrada de uma lógica urbana que modificará as formas de uso do solo e as relações sociais.

⁴ Como amenidades compreendemos “os diversos aspectos atraentes dos diferentes espaços, em particular das cidades, que desempenham papéis importantes nos processos de tomada de decisão locacional (residencial ou comercial) dos indivíduos nesses mesmos espaços. Elas podem produzir tanto efeitos positivos quanto negativos e influenciam na forma da cidade ao atrair ou repelir as pessoas, gerando movimentos urbanos” (MELLO, 2006, p.10). Já Hermann e Haddad (2005, p.238) definem que as amenidades são “um conjunto de características específicas de uma localidade com contribuição positiva ou negativa para a satisfação dos indivíduos. As amenidades não estão restritas a características naturais, como áreas verdes, praias, clima etc. Também estão incluídos na definição os bens (ou males) gerados pelo próprio homem, tais como trânsito, poluição, oferta de entretenimento, segurança etc”.

Mediante este processo torna-se mais evidente os agentes produtores do espaço urbano e suas estratégias.

Capel (1976), Bahiana (1980) e Correa (1995) sinalizam para o seguinte conjunto de agentes que atuam na produção do espaço urbano: a) Proprietários dos meios de produção, sobretudo os industriais; b) Proprietários fundiários; c) Promotores imobiliários; d) Estado; e) Grupos sociais excluídos. A participação desses agentes, exceto o último grupo, envolve diretamente interesses econômicos sobre a produção do espaço urbano.

É importante destacar que a estrutura do Estado é, geralmente, dominada por representantes desses agentes. Financiando campanhas eleitorais tendem a exigir decisões políticas que atendam aos seus próprios interesses. Desta forma, a ação desses agentes determina as direções, a velocidade e a intensidade de produção do espaço urbano.

O jogo urbano acaba sendo reforçado pelas escolhas dos agentes consumidores que atuam selecionando e privilegiando determinadas porções espaciais em detrimento de outras.

2.2 Descentralização urbana

Para Correa (1989) a descentralização corresponde a um processo espacial sendo, pois, “uma expressão empregada por geógrafos para tentar dar conta do que ocorre no espaço ao longo do tempo”. O processo de descentralização espacial pode ser compreendido, pois, como o deslocamento das áreas centrais para as áreas não centrais por parte de atividades e pessoas.

Em se tratando da cidade capitalista um conjunto de fatores pode influenciar na realização do presente processo. Logo, o encarecimento do preço das terras em áreas

centrais, a elevação dos alugueis, a dificuldade de expansão (sobretudo quando tratamos das indústrias), a emergência de ideais (modo de vida) e as deseconomias e problemas gerados em função da concentração urbana são fatores que reforçam a saída das áreas centrais em direção às bordas das cidades.

Colby (apud CORREA, 1989) aponta para um conjunto de fatores que provocam o movimento de descentralização. Ainda que ele trate de um contexto internacional sua proposição é válida para analisar o caso brasileiro. Assim, a descentralização, para Colby, é verificada quando existem ou são criados atrativos nas áreas não centrais tais como:

- Terras não ocupadas a baixos preços e impostos
- Infraestrutura implantada
- Facilidades de transportes
- Qualidades atrativas do sítio
- Possibilidade de controle do uso da terra
- Amenidades

As condições propostas por Colby são gerais e podem responder aos inúmeros casos de descentralização em variadas partes do mundo. Assim, as deseconomias relacionadas à urbanização somadas às qualidades encontradas nas áreas não centrais funcionam como convite à descentralização. É importante destacar que não são apenas as residências que realizam este movimento em direção às bordas, mas, também, as atividades produtivas, muitas vezes em busca de espaço, infraestrutura e benefícios fiscais.

O que denomina-se descentralização ganha termos diversos a partir da obra de diferentes autores. Logo, fala-se de suburbanização, periferação, espraiamento urbano, invasão da periferia etc. Preferimos, contudo, adotar o termo descentralização, tal como empregado por Correa (1989).

Segundo Dupuy (1975) o processo de suburbanização nos Estados Unidos se inicia na segunda metade do século XIX e os primeiros subúrbios se constituíam, em geral, como localidades de famílias mais ricas. Por sua vez, a aquisição do carro particular por parte de um número maior de famílias favoreceu a extensão do espaço urbano e modificou de forma contundente as relações e a realidade dos espaços, até então, reservados ao universo rural (GEORGE, 1983; PALEN, 1975).

Já no Brasil desde a segunda metade do século XX assiste-se a um processo de avanço em direção às bordas urbanas, sobretudo em função do processo de saturação das cidades e da emergência de novos paradigmas e valores que colocaram a proximidade com a natureza como elemento de atração. Além disso, o processo de descentralização residencial foi reforçado quando o progresso dos transportes chegou de forma mais efetiva ao conjunto da sociedade brasileira (DUPUY, 1995; EGLER, 2001; BEAUJEU-GARNIER, 1997).

Os problemas das áreas centrais, o preço da terra na periferia, a disponibilidade de solo, as qualidades ambientais e a ação dos agentes modeladores do espaço tenderam a valorizar e promover novas infraestruturas tornando as periferias, sobretudo as novas periferias de amenidades, mais convidativas que os centros urbanos.

Assim, a descentralização urbana é um movimento do centro para a periferia estimulado pela busca de qualidade de vida. Este movimento, quando ocorre em direção aos espaços rurais, modificando as formas de uso da terra e suas estruturas, recebe o nome de periurbanização.

2.3 Periurbanização

Para Vale (2005, p.17) “O processo de ocupação periférica da cidade recebe diversas denominações, como suburbanização, periurbanização, rururbanização, sendo que a

diferenciação entre esses termos, quando existe, é bem sutil”. Assim, temos adotado o termo periurbanização para descrever o processo de ocupação das áreas rurais por atividades e populações vindas do urbano.

Para Ojima e Hogan (2008, p.7) “O termo periurbanização surge, principalmente no cenário internacional, para explicitar algumas mudanças estruturais nos arranjos produtivos e locacionais dentro do espaço urbano de algumas regiões do mundo”. E acrescentam:

Se refere à expansão da mancha urbana em direção às suas periferias, mas de uma forma muito diferente do complexo conceito de periferização da população utilizado pela literatura brasileira, sobretudo, a partir da década de 1970. Um dos problemas fundamentais levantados pela discussão da periurbanização é a dificuldade cada vez maior de se identificar, a partir dos critérios tradicionais, categorias analíticas como “rural” e “urbano”.

Para Sánchez (2009) a periurbanização ocorre, principalmente, por parte dos arranjos produtivos, sobretudo a indústria, enquanto que no contexto latino-americano ela é marcada principalmente por características residenciais. Logo, o termo periurbanização residencial é aqui destacado para diferenciá-la daquilo que a literatura buscou descrever para os casos europeus e norte americano. Para o caso brasileiro se tem destacado os processos relacionados à periurbanização residencial ainda que este não seja um fenômeno exclusivo.

Asensio (2001) considera que a periurbanização corresponde a invasão do espaço rural por gente do mundo urbano apoiando-se em uma série de elementos que se configuram como condições propícias para o deslocamento de pessoas e negócios em direção aos espaços rurais. Assim, ele elenca os seguintes fatores que contribuem para este processo:

- A problemática urbana: congestionamento, contaminação, insegurança, marginalidade, escassez de moradias, encarecimento do solo etc.
- Construção e melhoria de infraestrutura
- Uso do carro particular
- Nova imagem do rural
- Valores ecológicos
- Promoção de políticas públicas
- Implantação de equipamentos e serviços públicos
- Oferta de solo
- Implantação de serviços de lazer
- Elevação do nível de renda

Logo, a problemática urbana apresenta-se como um dos fatores fundamentais do processo que tem levado famílias a se deslocar, cada vez mais, em direção às bordas das cidades produzindo a chamada periurbanização residencial.

O aumento da criminalidade, a sensação de insegurança, a elevação do preço do terra nas áreas centrais e a escassez de solo, somado aos problemas sociais e estruturais do núcleo das aglomerações tem produzido uma necessidade de fuga – sobretudo dentre as famílias de maior acesso à renda - para localizações mais distantes das tradicionais e problemáticas centralidades urbanas. Neste contexto que surgem as “novas periferias”.

Rurbanização: uma solução proposta por Freyre

Para Freyre (1982, p.57) o conceito de rurbanização pode ser interpretado como “Um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina, como formas e conteúdos

de uma só vivência regional (...) valores e estilos de vida rurais e valores e estilos de vida urbanos. Daí o neologismo: rurano”. E acrescenta

Trata-se de uma rejeição à mística absoluta de urbanização, por um lado, e, por outro, ao sonho lírico de alguns de se conservarem populações inteiras dentro de formas arcaicamente rurais de vida. Numerosas populações poderiam viver com vida mista: juntando a urbanismos, ruralismos como que desidratados sem deixarem de corresponder ao apego que parece haver na maioria dos seres humanos a contatos com a natureza. Com a terra. Com águas de rios, com árvores, plantas e até matas.

Fica evidente, pois, como já apresentado, que o processo de rurbanização corresponde a um termo brasileiro para designar aquilo que a literatura internacional convencionou denominar de periurbanização. Neste sentido, o conceito de rurbanização faz referência a um processo que busca por um lado incentivar a permanência de populações rurais em seus espaços de origem, e, por outro, estimular o reencontro de populações urbanas com aspectos do mundo rural.

Desde os anos 1980, verifica-se um processo de rurbanização de parte da classe média brasileira, assim como em outros países, buscando explorar as qualidades da vida nos subúrbios. É neste sentido que Freyre (1982, p.70) afirma “Cresce a tendência para valorizar-se esse tipo de residente de subúrbio que, mais que um simples suburbano seja um pequeno mas efetivo e criativo rurano”.

Para Freyre, nos anos 1950, na Alemanha se iniciava um processo evidente de urbanização e nos Estados Unidos, dos anos 1970, a população suburbana chegava a quase 80 milhões de habitantes com uma forte tendência de crescimento (FREYRE, 1982). Para o autor, havia naquele período um grande contingente populacional pretendendo residir em subúrbios americanos. É interessante verificar que o movimento de urbanização americano era resultado de uma repulsa da classe média à residência e à

condição urbana. “Na verdade, como suburbana de um novo tipo, representa decidida opção pela residência rurbana ou não-urbana (Idem, p.72)”.

Freyre ainda defendia a necessidade de rurbanização no Brasil. Para o autor, a política de rurbanização poderia ser uma saída para os problemas da urbanização excessiva. Neste sentido, defendia um “novo tipo de residência que é o neo-suburbano ou rurbano que dá ao residente a impressão de estar vivendo e convivendo num laboratório social, com os problemas emergentes mais susceptíveis de serem resolvidos que os de residência puramente urbana” (FREYRE, 1982, p.72).

Dentre os atrativos da vida nos subúrbios o autor destacava as possibilidades de experiências singulares, sobretudo, por parte dos cidadãos. Assim, afirmava não existir

entre seus atrativos, o lúdico e o recreativo, de pôr ao alcance da gente civilizada, em seus cotidianos domésticos, contatos, outrora, excepcionais, com a natureza:árvores e plantas, ao redor das próprias casas; cultivo de legumes e de frutas em quintais domésticos; toda uma soma de quebras de distâncias entre viveres cotidianos e aventuras rústicas ou agrestes, outrora difíceis para quem fosse urbano em vez de rurbano no seu dia-a-dia (FREYRE, 1982, 70).

Freyre reforçava, pois, as virtudes da vida rurbana propondo uma ampliação dos clubes de lazer em áreas rurbanas do Brasil e a necessidade de que estes fossem acessíveis aos grupos populares fato que, segundo ele, vinha acontecendo crescentemente nos Estados Unidos. Para o autor, era necessário que fosse estendidos à população mais pobre do Brasil os benefícios de uma rurbanização de modos de vida (Idem,71) fato que pouco se efetivou.

2.4 Das velhas às novas periferias

Referimo-nos às Novas Periferias Metropolitanas para nomear os processos de reprodução contemporânea da metrópole em toda sua complexidade, com ênfase na

expansão urbana, nos espaços de interface entre construído e o não construído, entre as áreas de ocupação densa e as áreas de preservação, entre os espaços consolidados e aqueles em processo de transformação. Além disso, queremos também enfatizar os processos políticos daí decorrentes, em especial aqueles que busquem romper com as tentativas de identificação mimética com o centro – estilos de vida, padrões de consumo, valores culturais -, e apontem para a virtual construção de Novas Periferias autônomas e solidárias (COSTA, 2006).

O debate a respeito das novas periferias urbanas (SPÓSITO, 2004) ou novas periferias metropolitanas (COSTA Et Al, 2006) se constitui num tema importante e significativo para a geografia contemporânea. Isto porque, estas áreas tem se transformado com grande intensidade ganhando novos usos, funções e significados, além de novos conteúdos sociais (SPÓSITO, 2004).

Assim, há uma necessidade de atualização teórica a respeito do tema por parte das ciências sociais, no sentido de avançar mais na compreensão da periferias não segundo os velhos paradigmas, mas como espaços que, cada vez mais, são marcadas por complexidades de formas, usos e conteúdos.

Para tratar das novas periferias – resultado de processos de periurbanização, rurbanização e descentralização urbana - é primordial discutir e diferenciá-las das periferias tradicionais, onde o poder público se faz tradicionalmente ausente, mas onde a população mais pobre vive e se reproduz.

Se por um lado as periferias tradicionais representaram distância física dos centros e expressão de grande desigualdade social (MOURA, 1996), hoje se pode pensar as periferias contendo, também, novas centralidades e a presença de negócios de/e grupos sociais economicamente distintos (RITTER & FIRKOWSKI, 2009).

Para Maricato (1995) a década de 1940 foi assumida pela sociedade brasileira como momento de avanço em direção à modernidade e superação do tradicional mundo

agrário, representativo daquela realidade arcaica. Décadas depois, contudo, o que se viu como resultado foi a elaboração de uma imagem da cidade, sobretudo das periferias, marcada pela “violência, poluição, criança desamparada, tráfego caótico, entre outros inúmeros males” (Idem, p.29).

Os acontecimentos elaborados ao longo das décadas seguintes, e hoje ainda, são reveladores de que a urbanização e o crescimento de desigualdade resultou numa inédita e gigantesca concentração espacial da pobreza (MOURA, 1996).

Para Santos (1986, p.2)

A sociedade brasileira em peso embriagou-se, desde os tempos da abolição e da velha república, com as idealizações sobre progresso e modernização. A salvação parecia estar nas cidades, onde o futuro já havia chegado. Então era só vir para elas e desfrutar de fantasias como emprego pleno, assistência social providenciada pelo Estado, lazer, novas oportunidades para os filhos... Não aconteceu nada disso, é claro, e, aos poucos, os sonhos viraram pesadelos.

Neste sentido, Matos (2006, p.61) afirma que “a componente mais decisiva a explicar a expansão das periferias urbanas no país passa a ser a migração”. Este movimento de atração, sobretudo para as grandes cidades, muitas das quais embriões de regiões metropolitanas, resultou em aglomerações gigantescas e muitas das quais demograficamente excessivas.

As cidades foram recebendo novos contingentes populacionais que ora fugiam dos problemas da crise agrária brasileira, ora eram atraídos pelo advento da urbano-industrialização que vendiam falsos sonhos de prosperidade.

Tomadas como espaço de modernidade e “salvação” as cidades tornaram-se, pois, um problema. As massas humanas que rumaram em direção aos grandes centros urbanos brasileiros, principalmente para as regiões metropolitanas, encontraram, verdadeiros espaços insalubres, de exclusão e precariedade.

Aos mais pobres não coube outra opção senão ocupar os morros, terrenos alagadiços ou aquele de pouco interesse para os agentes da produção da cidade. Para permanecer nesses espaços, em muitos casos, foi necessário enfrentar a ordem.

A permanência na cidade não se deu de forma sempre pacífica e aceitável. É importante lembrar que desde a primeira parte do século XX várias cidades brasileiras empreenderam programas higienistas, buscando expulsar de áreas estratégicas para o mercado, a população mais pobre, e em muitos casos ex-escravos, sinônimo de epidemias e problemas (MATOS, 2006).

Moura (1996, p. 19) afirma que

No Brasil, o crescimento acelerado de algumas capitais fez com que, na década de 70, começassem a se tornar evidentes as Regiões Metropolitanas, com seus volumes crescentes de demandas e tensões sociais. Paralelamente a essas Regiões Metropolitanas, inúmeras outras aglomerações urbanas – resultado da expansão da ocupação de mais de um município, formando continuidade – consolidaram-se em todo o país, tanto em redor de capitais estaduais como em redor de cidades de médio porte.

Para absorver os mais pobres um conjunto de periferias se desenvolveu, sobretudo no entorno das grandes e médias cidades, sendo elas destino de parte das famílias social e economicamente excluídas. É no bojo da negação à terra que surgiam inúmeros movimentos sociais no Brasil, em função da luta pelo direito à cidade e por melhorias em termos de infraestrutura.

A produção das periferias pobres, fruto da incapacidade de atendimento das demandas estruturais por parte do Estado, tal como da inexistência e/ou ineficiência das políticas urbanas, gerou, problemas em diversas ordens, dentre elas a ambiental (MATOS, 2006).

Os rebatimentos da problemática ambiental afetaram os ecossistemas diversos gerando situações insustentáveis. Por fim, foram e continuam sendo os mais pobres quem mais sofre com as conseqüências dos problemas relacionados ao meio ambiente.

No debate a respeito das periferias pobres, é importante não esquecer os elevados custos com transportes para os trabalhadores mais pobres gerados pelo deslocamento diário casa-trabalho (KOWARICK, 2000). Esta condição afeta exclusivamente os trabalhadores assalariados que precisam destinar parte de suas rendas para a mobilidade intra-urbana. Some-se a este fato a precariedade de serviços públicos como saúde, saneamento e educação (SANTOS, 1981).

A ineficiência das políticas públicas para população mais pobre, o conseqüente processo de periferização e o aprofundamento das condições de pobreza também acarretou outro grave problema: a violência urbana. Para Ermínia de Maricato (1995, p.42) “A novidade trazida pelo aprofundamento da pobreza nos anos 80, foi a explosão da violência urbana, que apresenta números e dimensão até então inéditos”. Assim, se de um lado as famílias pobres precisaram aprender a conviver com as problemáticas estruturais, ambientais, econômicas e de violência, por outro as famílias de média e alta renda passaram a adotar diversas estratégias de distanciamento desta realidade.

O escapismo dos problemas urbanos surgiu como opção para quem poderia pagar. Assim, a fim de garantir uma pseudo-segurança adotaram-se estratégias como segurança privada, cercas elétricas, controle de acesso, câmeras 24 horas, ronda privada, muros altos etc. Mas nem tudo se resumia à violência. Existiam outros problemas enfrentados pelas grandes aglomerações (mobilidade urbana, poluição, ineficácia do Estado, luta de classes etc.) que tornavam cada vez menos atrativa a vida nas cidades.

Logo, “novas periferias” foram se desenvolvendo como estratégia de acumulação de capital por parte de alguns agentes e como alternativa de afugentamento por parte de

algumas famílias. Além disso, o mercado imobiliário, frente ao esgotamento de terras em muitas cidades e à emergência de novos paradigmas residenciais incorporou uma tendência que já vinha se desenvolvendo em outros países: a ocupação dos subúrbios associado à amenidades naturais que se contrapõem à realidade caótica dos grandes centros. Assim, essas novas periferias surgem nas últimas décadas relacionando o distanciamento da cidade como aspecto de qualidade de vida, *status* e segurança.

Com isto, supera-se, pois, a velha lógica centro *versus* periferia avançando para o reconhecimento da periferia como destino das novas estratégias de mercado.

Novas periferias

O termo “novas periferias” busca dar conta de novas espacialidades que surgem no contexto das cidades contemporâneas como resultado do avanço da urbanização para áreas de interface rural-urbana. Desta forma, as novas periferias contrariam o clássico sentido de periferia negativizada pela pobreza e dão um novo sentido aos espaços periféricos que se reproduzem como resultado das estratégias empreendidas pelo mercado.

Para destacá-las das tradicionais periferias problemáticas, amplamente debatida pela literatura brasileira, essas espacialidades ganham, pois, adjetivos como *status* e *amenidades*.

Egler (2001, p.15) assinala que “o processo de expansão dos espaços periféricos começou cedo nos países anglosaxões, onde a classe média já estava migrando rumo aos primeiros *subúrbios* no início do século XX”. Segundo o autor, o objetivo desse movimento rumo à periferia era procurar melhor qualidade de vida fora das grandes cidades, que apresentariam disfunções que afetariam o cotidiano da população, tais como: congestão viária, criminalidade, poluição, preço elevado dos aluguéis etc.

Discutindo o caso europeu, Asensio (2001) destaca que o movimento das famílias para aos subúrbios vem acontecendo, principalmente, entre famílias com filhos menores, jovens casais e entre famílias de mais alta renda que buscam manter-se em contato com a natureza ou ter acesso a moradia própria.

No Brasil as novas periferias correspondem a espaços para onde se dirigem as famílias de média e alta renda num movimento de afugentamento das problemáticas urbanas. Nessas áreas é possível encontrar qualidades ambientais que os núcleos urbanos já não oferecem. Para o caso brasileiro é preciso diferenciar o processo de periferização – com a produção de periferias clássicas, problemáticas e ocupada pelos mais pobres – do processo de descentralização urbana e periurbanização residencial (que correspondem mais à produção de novas periferias destinadas à população de renda média e média alta).

Em muitos casos, moradias de segunda residência acabam por se converter em moradia principal das famílias que encontram nas áreas periféricas a tranquilidade e a qualidade de vida que a cidade já não oferece.

Para Spósito (2004) o processo de produção de novas periferias no Brasil decorreu de um conjunto de três fatores principais:

- i) influência dos princípios do urbanismo progressista, fortemente apoiado nas ideias de Le Corbusier, teve papel fundamental na ampliação territorial das cidades, durante o século XX. A leitura da Carta de Atenas possibilita a apreensão dos princípios que sustentavam essa proposta. A ideia de diminuição da densidade dos assentamentos urbanos, por meio da convivência, nas cidades, entre áreas construídas e áreas verdes foi um vetor da extensão urbana.
- ii) Os interesses fundiários e imobiliários são, sem dúvida, os motores principais da extensão da cidade. A lógica de produção do espaço urbano tem sido orientada pela implantação de novos loteamentos e pelo contínuo lançamento de novos produtos imobiliários de forma a se atingir novos consumidores e/ou se estimular novas demandas àqueles que já haviam consumido esses produtos imobiliários anteriormente.
- iii) Por último, é preciso lembrar que a tendência à contínua expansão territorial urbana, verificada no século XX, constitui expressão das

possibilidades técnicas que a invenção da geladeira e do transporte automotivo propiciaram. Se o trem e o bonde tiveram grande importância na origem do padrão de suburbanização que se originou na segunda metade do século XIX, a difusão do uso do automóvel foi fundamental para o aparecimento de novas formas de habitat urbano que geraram novas práticas socioespaciais, a partir da década de 1920 nos Estados Unidos, e logo depois da 2ª Guerra Mundial na Europa.

Desta forma, o processo que se estabelece nacionalmente é resultado de um ideal que se buscou contrapor a dispersão em relação à aglomeração e os novos produtos imobiliários como opção aos estoques envelhecidos. Soma-se, pois, o desenvolvimento de tecnologias, de transporte, comunicação e os novos valores rurais e ecológicos, que possibilitou a criação de novas centralidades na periferia.

Segundo Lago (2006) existe, hoje, uma forte tendência de mudança no padrão do espaço metropolitano brasileiro. Isto tem produzido uma nova configuração urbana rompendo-se, pois, com o velho modelo centro *versus* periferia. O processo de elaboração das novas periferias, para onde tenderam a se deslocar investimentos e famílias de maior poder renda, acompanhou, pois, a emergência de novos ideais e paradigmas da sociedade contemporânea. Foi quando a cidade passou a enfrentar uma realidade problemática e de deseconomias que as periferias passaram a ser tomadas como espaço de prestígio (BHERING & MONTE-MÓR, 2005). Para Bhering e Montemór (Idem) nos últimos 20 anos as cidades vem crescendo, principalmente, em direção às suas periferias produzindo um novo tipo de periferia valorizada.

Em verdade, estes espaços passam a receber demandas e contingentes populacionais urbanos, servindo, pois, como espaço alternativo ou de fuga, como temos preferido chamar.

A produção das novas periferias é resultado de um processo relativamente recente no Brasil de transformação na forma dos tecidos urbanos metropolitanos. Neste sentido, o

tecido urbano corresponde não somente ao ambiente construído da cidade, mas também o conjunto de manifestações representado pelos equipamentos e instalações relacionadas a este (Lefebvre, 1970). “Nessa concepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano” (LEFEBVRE, 1999, p.17).

É interessante atentar para o fato de que muitas dessas novas periferias são espaços preteritamente rurais e que mais e mais ganham funções e conteúdos urbanos. Em alguns casos são, também, áreas de reserva da expansão ou de preservação. No jogo da urbanização esses espaços buscam manter seus aspectos de ruralidade como forma de agregar valor midiático e mercadológico para os novos negócios. Tal estratégia fica mais evidente quando os produtos urbanos ali produzidos ganham valorização extra em função dos elementos rurais e naturais existentes.

É importante compreender as novas periferias como espaço alternativo para camadas de médio e alto poder de renda. Tais espaços buscam reproduzir na periferia aquilo que o espaço urbano oferece de melhor. Há, pois, ao mesmo tempo, um processo de negação da cidade e de reprodução da mesma. Neste bojo, criam-se vetores residenciais de alto padrão onde se reproduz simulacros da cidade na forma de condomínios fechados (CALDEIRA, 2000) verdadeiras fortalezas nas quais grupos economicamente abastados manterão um distanciamento dos problemas da cidade real.

2.5 Escolha da localização residencial

O ponto de partida para essa seção diz respeito aos fatores que levam as famílias a escolherem determinadas localizações para morar. Frente aos processos de periurbanização residencial, já discutidos anteriormente, e à produção de novas periferias – como estratégia de reprodução capitalistas por parte dos agentes produtores

do espaço urbano – torna-se fundamental compreender como a literatura explica os processos de escolha da localização da moradia por parte dos indivíduos.

Von Thunen destaca-se pela contribuição clássica de sistematização da organização espacial das terras agrícolas para representar as possibilidades de consumo de terras e sua relação com a produção e distribuição. Partindo de Thunen, autores neoclássicos deram-se ao trabalho de recuperar a teoria Thuneniana e elaborar uma “síntese neoclássica urbana” tornando-se o principal modelo de referência sobre a temática.

Para os autores neoclássicos o processo de escolha da localização residencial ocorre segundo os mesmos mecanismos da teoria do consumidor, ou seja, as escolhas individuais podem ser traduzidas em graus de satisfação. Para eles, as escolhas são representadas por um conjunto de combinações que eles denominaram de “cestas de consumo” e que se realiza em função de uma busca racional de contentamento de seus interesses.

Neste sentido, Abramo (2001) afirma que

O método da escolha da localização dos indivíduos, utilizados pelos neoclássicos, foi o mesmo que o da teoria do consumidor: estabelecer, por construção racional, um “universo” onde tudo o que concerne ao objeto de escolha dos indivíduos quanto a bens e serviços e, portanto, quanto à localização residencial seria traduzido em “graus” de satisfação que esses bens possam lhes proporcionar.

Logo, o processo de escolha de onde morar será construído a partir de uma combinação de fatores que podem ser traduzidas pela seguinte fração $U = U(z, q, t)$, onde z corresponde ao conjunto de bens compostos; q representa o espaço (tamanho) da moradia; enquanto t será a distância em relação ao centro da cidade.

Desta forma, “Nas representações da escolha residencial todos os bens que não pertencem uma dimensão residencial propriamente dita estão agrupados em um único bem qualificado de *composto*” (ABRAMO, 2001, p.22). Já os outros bens restringem-se a dois tipos: consumo de espaço e distância domiciliar do centro de serviços.

Como local de produção de bens e oferta de serviços, o centro constitui-se no referencial principal da síntese neoclássica. “Assim, a escolha de uma localização residencial significa, acima de tudo, uma escolha da distância e do deslocamento cotidiano entre o local de trabalho (CDB), de um lado, e a residência, do outro” (ABRAMO, 2001, p.23).

Alonso (1964) propõe que um indivíduo preferirá, sempre, consumir mais espaço, sendo que esta condição estará condicionada à distância da área central das cidades. Logo, para consumir o bem espaço tenderá a se distanciar cada vez mais do CDB poderá encontrar oferta de solo disponível, além de preços do solo mais acessíveis ainda que exija um maior aporte de recursos para o deslocamento cotidiano. Desta forma, quanto mais próximo da área central as famílias tenderão a consumir, conseqüentemente, menos espaço desprendendo, pois, menos recursos financeiros.

O indivíduo racional preferirá permanecer próximo ao CDB, dado que nele estão localizados os bens e a oferta de empregos. Logo,

ele vai preferir morar o mais perto possível do centro da cidade, ou seja, desde que o indivíduo privilegie as comodidades de acesso a esses bens [empregos, serviços e outros produtos], sua satisfação será tanto mais importante quanto mais próximo do centro ele estiver. É o mesmo que dizer que o aumento da distância entre o local de residência e o centro da cidade tenderá a produzir uma utilidade negativa ou descontentamento (insatisfação) (ABRAMO, p.25).

Porém, em meio à crise urbana contemporânea o distanciamento das localidades centrais surge como uma alternativa para muitos grupos sociais. Ainda que seja mais oneroso viver longe dos centros, esta distância se converte em satisfação e qualidade de vida. São, portanto, exemplos do que Abramo denomina de “bens compostos”.

Para que seja compensado o distanciamento da área central será necessário encontrar qualidades que justifiquem, pois, a decisão de residir em pontos mais distantes. Para tal, a possibilidade de um maior consumo de espaço surge como um elemento chave. Frente à crescente diminuição do tamanho das moradias centrais, viver em uma residência espaçosa representa um ganho significativo para algumas famílias. Assim, possuir uma casa com quintal (que permite viver experiências singulares que os prédios não possibilitam) e com muitos cômodos eleva o grau de satisfação dos indivíduos levando-os a decidir pela localização mais distante.

Se por um lado o aumento da distância pode ser compensado pelo consumo de espaço, por outro gerará custos adicionais em termos de deslocamentos diários. Assim, para compensar esta condição de elevação do custo com transporte entre a moradia (distante do CDB) e a área central da cidade, Alonso utiliza-se da ideia de bens compostos. Ou seja, “se os indivíduos quiserem conservar o mesmo nível de utilidade quando a distância aumenta, então terão de consumir mais bens compostos” (ABRAMO, 2001, 27).

Para Abramo (Idem, p.28) “o indivíduo vai consumir tanto mais bens compostos quanto mais se afasta do centro de negócios”. Assim, na atualidade, os bens compostos podem ser traduzidos como qualidades ambientais, exclusividade, status, segurança e vantagens locacionais.

Contudo, o processo de escolha residencial não ocorre de forma simples, afinal nem todas as famílias dispõem de recursos para optar livremente pela localização da moradia. O desejo de consumo dos indivíduos será restringido, portanto, por fatores exógenos, ou seja, pela capacidade de pagamento e seus limites de rendimento (ABRAMO, 2001). Mesmo dentre as famílias com maior acesso à renda será necessário buscar uma localização de equilíbrio de forma que o deslocamento diário não represente, pois, custos adicionais ao total da renda familiar. Enfim, a “liberdade de escolha não passa, efetivamente, de uma ilusão” (Idem, 63) visto que a renda fundiária e a tecnologia de transportes influenciam decisivamente no processo de escolha da localização da moradia.

Numa perspectiva heterodoxa as famílias também podem escolher a localização residencial em função das externalidades de vizinhança (ABRAMO, 1998), ou seja, o consumo de espaço dá lugar à presença de indivíduos com perfis econômicos idênticos e que podem elaborar uma unidade homogênea de famílias com o mesmo padrão de renda (ABRAMO, 2001).

Neste sentido, a escolha da localização residencial “trata-se de uma representação do espaço que leva em consideração a escolha dos outros na formulação de sua própria decisão de localização” (Idem, 61). Quando os indivíduos decidem se localizar em função da presença de outros pares, de forma a garantir um padrão sócio-espacial interno, efetiva-se a chamada convenção urbana.

2.6 Cidade dispersa

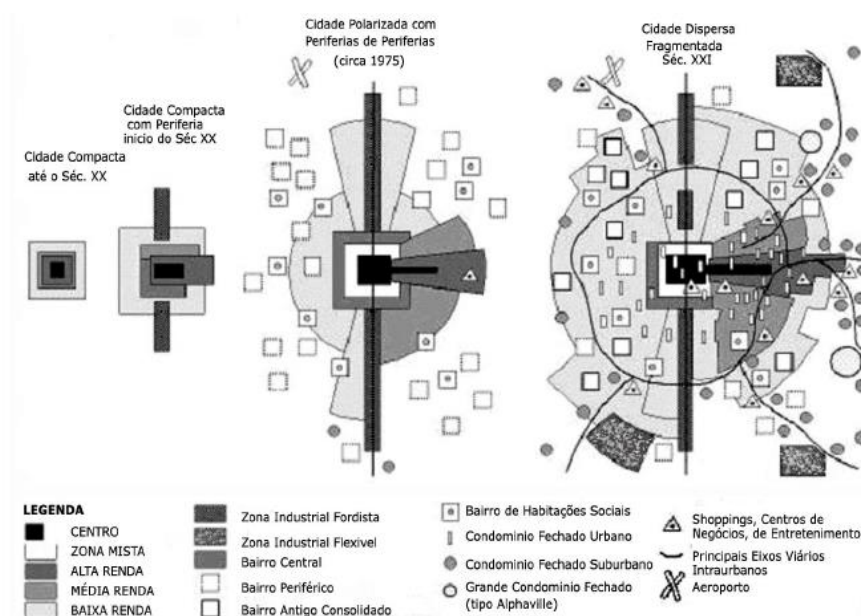
A articulação de condições técnicas, políticas e culturais somado às transformações territoriais das cidades vem possibilitando a diluição do urbano em meio ao espaço rural

e esta tendência avança, cada vez mais, no sentido da conformação daquilo que temos denominado de cidade dispersa.

Este modelo de cidade consiste num padrão espacial que foge ao modelo clássico de cidade concentrada e estabelece um novo padrão marcado pela dispersão dos objetos urbanos, inclusive em meio ao território rural. Neste sentido, Limonad (2006, p.34) baseada numa proposição de Bosford (2003) apresenta um esquema explicativo do processo de transformação dos padrões espaciais das cidades entre os séculos XX (cidade compacta) e século XXI (cidade dispersa/fragmentada). Assim, enquanto a cidade compacta se apresentava mediante uma bem definida oposição entre centro e periferia, na cidade dispersa essa oposição se mostra menos clara.

Este novo padrão de cidade – marca da metrópole do século XXI – se apresenta mediante um confuso arranjo espacial multicentral, multinuclear e multifuncional (FONSECA, 2011).

Figura 9: Tipologia das cidades latino-americanas (XVI-XXI) de Borsdorf



Extraído de Ester Limonad (2006).

As grandes metrópoles e as grandes cidades mundiais, já não se apresentam segundo as características da chamada cidade compacta. É cada vez mais comum processar-se

movimentos de descentralização espacial (CORREA, 1989) que joga os tentáculos da urbanização sobre a região das cidades. Neste sentido, é possível afirmar que o período atual vivencia um processo que vem exercendo influência, também, sobre os espaços rurais próximos.

Para Entrena Duran (2003, p.71) “estamos passando a um novo modelo de expansão e de regulação de muitas urbes, que está mais em consonância com as atuais tendências a uma cidade sem limites, muito dificilmente separável do rural, cada vez mais por ela assimilada”.

Indovina (2009) afirma que a cidade difusa se produz quando uma determinada e ampla porção do território urbanizado oferece grande abundância e variedade de funções, caracterizando-se por uma ampla dotação de serviços embora espalhados pelo território.

Já Dematteis (1998, p.4) considera que a cidade dispersa apresenta como característica “tecidos mistos residenciais e produtivos derivados tanto de dinâmicas endógenas, quanto da descentralização metropolitana de amplo raio”. Enquanto isso, Indovina (2009) afirma que a cidade dispersa tem como característica fundamental a baixa densidade e descontinuidade territorial.

Por sua vez, a literatura revisada revelou um debate bastante intenso entre os autores que defendem o padrão de dispersão da cidade como solução aos problemas urbanos contemporâneos. Por outro lado, há os que assumem a dispersão como problema a ser combatido. Assim, está longe de existir um consenso teórico sobre o tema (PEREIRA, 2004).

Fonseca (2011) afirma que os americanos destacam-se como aqueles que mais defendem um modelo de cidade dispersa. Para a ela, a defesa empreendida pelos americanos segue uma lógica de formação de um modelo de cidade já bastante difundido naquele país, desde os anos 1930. Dentre os argumentos utilizados para

defesa deste modelo, Fonseca aponta: o fato de que o adensamento das cidades pode exacerbar os diversos problemas que tenta resolver, assim a dispersão surge como solução no discurso de vários autores.

Em outra direção a autora apresenta os argumentos utilizados pelos defensores da cidade compacta. Fonseca (idem) destaca o fato de tais defensores terem origem na Europa, região que só conhece esse novo padrão de cidade (mediante a dispersão urbana) após os anos 1970. Dentre os argumentos que utilizam para atacar o modelo de cidade dispersa a autora destaca:

- A baixa densidade provoca perda de urbanidade
- Altos custos tanto individuais, quanto para a sociedade, já que a dispersão provoca a necessidade de implantação de rede de transportes de pessoas, energias e matéria. Tudo isso aumenta o uso dos meios de locomoção que tendem a produzir congestionamentos.
- Aumento do uso do carro particular e, em consequência, a poluição sonora, do ar, acidentes e perda de tempo com deslocamento.
- Custos governamentais para implantação de infraestrutura, muitas vezes subutilizadas.

Desta forma, os europeus tendem a defender o modelo de cidade compacta como um padrão mais sustentável de desenvolvimento urbano, já que a cidade dispersa produz custos elevados tanto para governos e famílias, quanto para as empresas e o meio natural (FONSECA, 2011). Assim, dentre os que defendem a manutenção de um padrão de cidade compacta se colocam a apontar os custos elevados não apenas em termos financeiros, mas também em termos ambientais (INDOVINA, 1998; 2009; 2010) como aspectos negativos da cidade dispersa.

Barbosa (2005, p.3) argumenta que

Se, por um lado, temos os defensores da cidade compacta que implica minimizar a extensão das superfícies

urbanizadas mediante uma política de localização e de urbanização planejada, por outro, temos defensores da cidade menos densa que privilegia a ocupação do território horizontal, cujo desenvolvimento poderá ser planejado (ex: *urban sprawl* ou urbanização dispersa) ou desordenado, estando este último, associado ao fenômeno da urbanização difusa.

Para Entrena Duran (2003, p.77) dentre os problemas que podem ser efetivados mediante a produção da cidade dispersa estão: os choques de usos entre o solo rural e urbano, transformações na paisagem e os impactos ambientais, a necessidade de dotar de serviços públicos apropriados aos novos usos, o aumento do custo de infraestrutura, dificuldades de gestão do território, assim como a difusão da ideia de que a cidade dispersa surge como sinônimo de qualidade de vida e bem estar.

Em função desse quadro surgem problemas ambientais como: aumento excessivo de veículos privados, diminuição da qualidade do ar, enorme aumento do consumo energético, poluição sonora, perda do caráter multifuncional da cidade ou destruição de muitos das tradicionais paisagens agrárias próximas às urbes. Ainda assim, o autor discute os aspectos positivos da dispersão urbana dentre os quais ele assinala: a melhoria de vida e de habitabilidade das moradias, a recuperação de áreas rurais ou a utilização delas que não tinha um uso específico.

Fica claro que os argumentos utilizados pelos defensores centram-se na preocupação econômica, ambiental e social; enquanto aqueles que defendem a cidade dispersa estão mais preocupados com a possibilidade do planejamento e da associação da dispersão com a qualidade de vida. O caso brasileiro vem oferecendo uma série de exemplos que permitem pensar as transformações contemporâneas no padrão das cidades. Logo, as páginas a seguir tratarão de refletir a respeito do caso de Aldeia que é resultado do processo de descentralização e periurbanização residencial, das escolhas coletivas de realocação residencial, de transformação das novas periferias e de reconfiguração da cidade.

3. Os agentes da produção espacial de Aldeia

Em função da desativação dos antigos engenhos Timbi e Camaragibe⁵, as terras onde estavam localizados os antigos empreendimentos foram loteadas e vendidas a um conjunto de investidores que promoveram a substituição da monocultura da cana por outras atividades agrícolas e até mesmo urbanas.

A partir dos anos 1940, a estrutura viária implantada na região – a Estrada de Aldeia foi construída pelo Exército brasileiro – favoreceu um processo de valorização e ocupação do lugar. Inúmeras famílias recifenses adquiriram lotes de terras onde estabeleceram casas de veraneio na forma de chácaras de lazer. Outras, por sua vez, criaram unidades granjeiras tendo sua produção para consumo próprio ou distribuição em nível local.

Os clubes de campo também possuem uma importante relação com o processo de formação espacial de Aldeia. Estes equipamentos funcionavam como espaços de lazer para a classe média recifense. Dois clubes se destacam nesse contexto: Alvorada e Sete Casuarinas. Tendo sido criados como clubes de campo, posteriormente se transformaram em espaços de moradia.

Se de um lado os proprietários dos antigos engenhos tiveram seu papel no processo de parcelamento do solo, do outro o Estado atuou fortemente facilitando a ligação entre Aldeia e o Recife. É fato que a abertura da Estrada de Aldeia não se realizou em função do processo de facilitação da mobilidade entre Recife e Aldeia, mas em função da instalação de um regimento de armas no município de Carpina.

⁵ Segundo Rodrigues o Engenho Camaragibe funcionou até 1875, quando da morte de seu proprietário. Assim, suas terras foram vendidas dando lugar à instalação da Fábrica de Tecidos Camaragibe.

A abertura da estrada, assim, intensificou o processo de ocupação das bordas da PE-27 e acelerou o processo de abertura de vias locais. Além disso, é fato que a facilidade em termos de mobilidade, através do acesso ao carro particular, contribuiu, decisivamente, para ampliação do processo de fixação na localidade.

As granjas, chácaras e clubes de campo que se instalaram na região de Aldeia ao longo da segunda metade do século XX representaram um importante elemento da produção espacial da região. Granjeiros e chacareiros foram elaborando uma dinâmica própria de produção espacial do lugar. Assim, Aldeia foi sendo reafirmada como espaço rural, frente ao largo processo de produção agrícola que se efetivou com as unidades produtivas instaladas na localidade.

Os clubes de campo, por sua vez, muitos dos quais voltados a atender a demanda de famílias recifenses, também permitiram a penetração de uma dinâmica urbana na região permitindo uma “descoberta do paraíso aldeense”.

É fundamental registrar a importância de outro conjunto de atores no processo de configuração espacial de Aldeia: os caseiros. Como já discutido em Silva (2011) esses trabalhadores desempenharam importante papel na consolidação de Aldeia como espaço de produção e de lazer.

Muitos proprietários de granjas e chácaras não podendo ou não querendo residir no local, contratavam empregados, muitos dos quais ex-agricultores, que atuavam na manutenção de suas propriedades ao longo da semana. Silva (2011) reconstituiu, ainda que parcialmente, a trajetória de vida desses trabalhadores. Muitos dos quais com origem, principalmente, na Zona da Mata pernambucana, adquiriram lotes de terras em Vera Cruz promovendo a expansão da periferia pobre que se contrasta com a periferia de amenidades das famílias mais abastadas da região.

O que se percebe é que para além da influência de agentes modeladores clássicos do espaço urbano (proprietários de terras, o Estado e promotores imobiliários), no processo de produção espacial de Aldeia, existiu a contribuição de granjeiros, chacareiros, condôminos e caseiros que desempenharam, e ainda desempenham, um importante papel na elaboração de discursos, nas significações e afetividade com a região.

3.1 Mudança de uso da terra em Aldeia: do rural ao híbrido rural-urbano

Criado nos anos 1980, o município de Camaragibe nasce como totalmente urbano. A opção política por estabelecer o conjunto do território municipal como urbano contribuiu para penetração de uma lógica urbana até Aldeia que matinha tradição e características rurais.

É preciso destacar que no Brasil a definição do zoneamento do solo cabe à instância municipal. É ela que estabelece, muitas vezes influenciada por interesses de agentes, quais áreas serão destinadas ao uso urbano e rurais, estes últimos, em muitos casos, servindo como espaço de reserva da expansão futura.

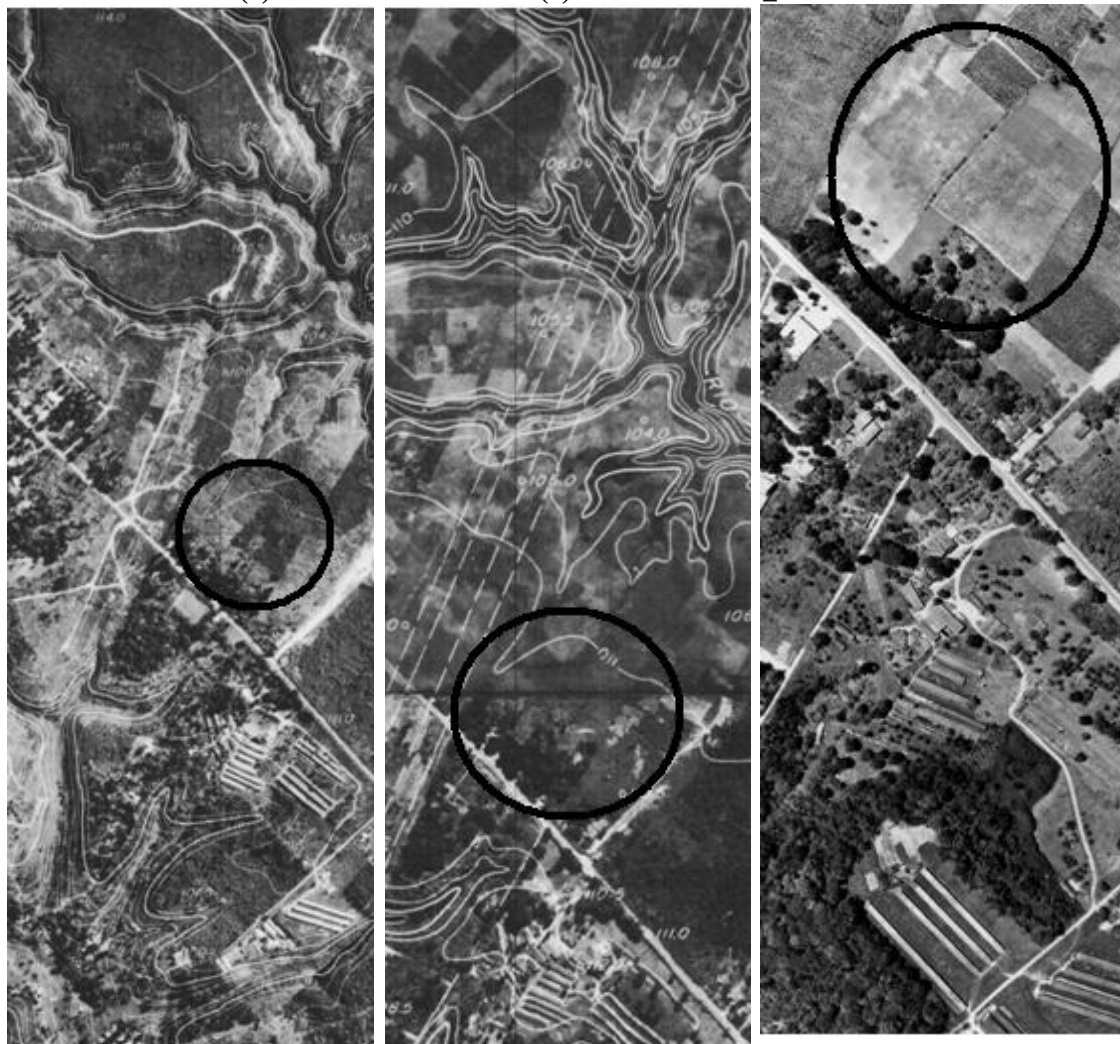
Assim, em condições de saturação da terra urbana ou mesmo por estratégia dos agentes dominantes, haverá a necessidade expansão do zoneamento urbano que avançará na direção dos espaços rurais subsequentes provocando uma mudança na lógica de uso da terra.

No último quartel do século XX, Aldeia foi sendo invadida por uma lógica urbana e por um contingente populacional, sobretudo vindo do Recife, que passou a ocupar os novos produtos imobiliários produzidos na região.

Desta forma, a emancipação de Camaragibe e sua definição como totalmente urbano possibilitou um uso mais efetivo de seu território e, logo, uma crescente transformação

na forma de uso do solo. Assim, a terra rural foi sendo transformada em terra urbana, o que não pressupõe a total urbanização do território, mas a conformação de um híbrido rural-urbano. Logo, terras antes ocupadas por atividades rurais receberam, a partir da década de 1980, a invasão de uma lógica urbana como ilustrado nas figuras 9 e 10.

Figura 10: Trecho em processo de urbanização entre as décadas de 1970-1990. (1) Ortofocarta 7155/86, (2) Ortofocarta 7155/75 e (3) Foto aérea FX18_011 1996.

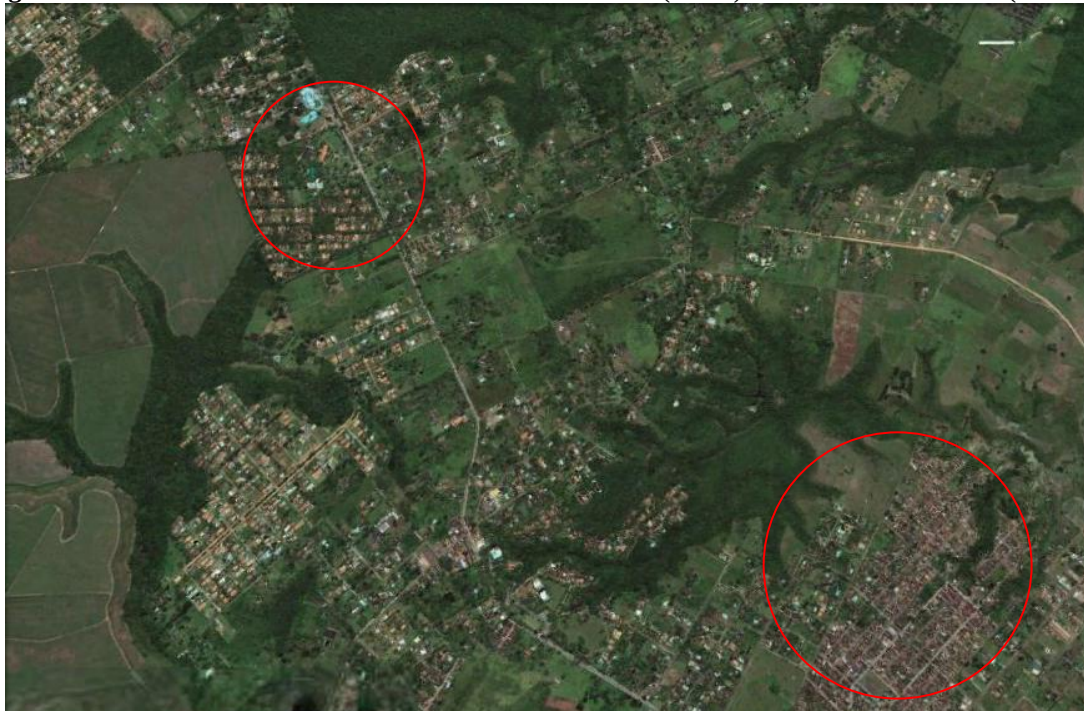


Fonte: Ortofotocartas adquiridas junto à FIDEM. Foto aérea cedida pelo Observatório das Metrópoles-PE.

Ainda hoje, Aldeia guarda resquícios de um estilo de vida que predominou fortemente no passado da região e uma paisagem que remete aquela realidade. Logo, é comum encontrar pela localidade a prática de passeio a cavalo, as pequenas plantações nos quintais, a criação de animais, fauna e flora exuberante. Some-se um tempo que passa mais lento, próprio do universo rural, guiado pelos elementos naturais que ainda se

fazem presentes na região. Este conjunto de elementos contribuiu, decisivamente, para a atração de grupos sociais abastados que, agora, passam a valorizar os aspectos rurais e a possibilidade de viver em contato com a natureza.

Figura 11: Adensamento em Aldeia. Condomínios horizontais (acima) e o bairro de Vera Cruz (abaixo).



Fonte: Google Maps, 2015.

Os novos valores atribuídos ao rural e à natureza em nível internacional ganha reflexos no caso aldeense. Logo, é verificada uma ascendente elevação do preço do solo ao longo das últimas décadas, estando relacionada ao aumento da demanda por terra para produção de novos empreendimentos ao longo dos últimos anos e à crescente tendência de produção de moradias nas periferias de amenidades destinadas à classe média.

3.2 Da problemática metropolitana à descentralização

Ao longo da segunda metade do século XX o Recife vivenciou uma tendência de formação da aglomeração metropolitana. Este processo já era visível em períodos anteriores, mas ganha força a partir da segunda metade daquele século. Tal como outras

14 aglomerações metropolitanas no Brasil, a institucionalização ocorreu no anos 1970, através da Lei Federal 14/1973.

O caso da expansão demográfica metropolitana, a partir dos anos 1970, é influenciada pelo processo migratório em direção à RMR. Não havendo a possibilidade de fixação no núcleo metropolitano, os municípios limítrofes surgiram como opção de destino para o conjunto de migrantes.

Parte dessa migração deu origem às periferias pobres ou “zonas urbanas opacas” (SANTOS, 2008)⁶ que, posteriormente, se converteram em espaços insalubres e problemáticas.

A expansão desordenada da periferia, o inchaço populacional e a negligência do Estado promoveu o surgimento de problemas sociais e estruturais e converteu a, outrora solução metropolitana, em deseconomia e desvantagem. O sonho do emprego da RMR e da vida moderna se transformou em problema. Os bairros periféricos passaram a compor a paisagem metropolitana. Ao preconceito econômico e racial se somaram a pobreza, a violência, a criminalidade, o desemprego, a fome, a ausência do Estado, as péssimas condições de moradia, os problemas ambientais etc.

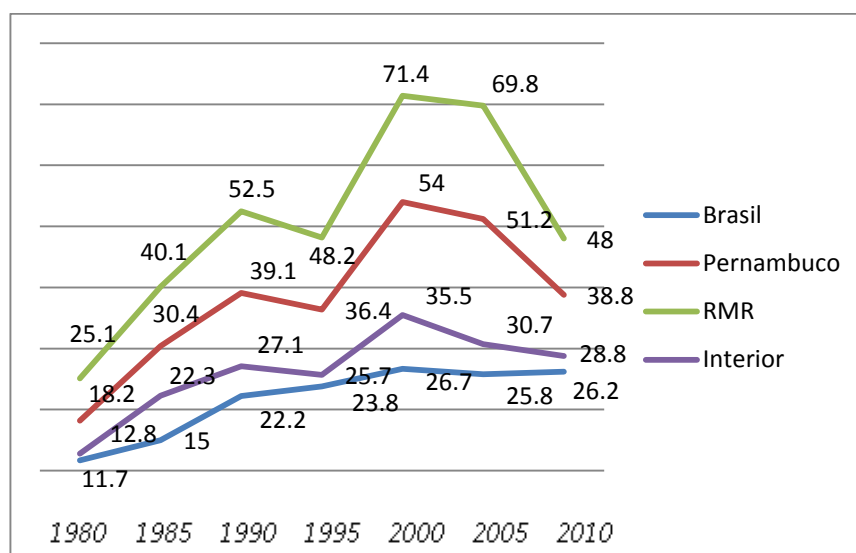
É no contexto da expansão metropolitana que a problemática da violência se acelera. Nos anos 1990, o aumento dos índices de violência urbana na RMR, somado à precária atuação do Estado na segurança pública e a formação de *gangs* urbanas produziram uma sensação de medo e insegurança dentre as famílias.

Em 1990, Pernambuco era o estado brasileiro que apresentava uma das maiores taxas de homicídios (por 100 mil habitantes) do país perdendo somente para estados como São Paulo e Rio de Janeiro. Entre 1994 e 2001, o acelerado crescimento das taxas de homicídios (7,7% aa.) na RMR crescia muito acima da média nacional (WAISELFISZ,

⁶ Santos (2008) trata como zonas opacas as áreas onde vive e se reproduz a população pobre. Estas áreas se contrapõem ao que o autor denomina de zona luminosas ocupadas por populações de maior poder de renda.

2012) e até mesmo do estado, como ilustra a figura 12. Às famílias recifenses não restava outra opção a não ser adotar estratégias de defesa da violência que assolava a RMR.

Figura 12: Evolução da taxa de homicídios Pernambuco 1980-2010



Fonte: Waiselfisz, 2012

Como mostra Waiselfiz (2012) maior parte dos homicídios em Pernambuco estava concentrado na capital e na RMR. Do ponto de vista dos problemas enfrentados pela aglomeração metropolitana outras questões precisam ser assinaladas para caracterizar o quadro de saturação do cotidiano da aglomeração. Assim, os congestionamentos crescentes, a poluição sonora e visual, a desigualdade social e a ineficiência do Estado – somados à violência e o medo - alimentaram um sentimento de fuga que se direcionou para às bordas, locais tradicionalmente livres destes problemas.

A alternativa para enfrentar a problemática urbana, sobretudo por parte dos grupos de mais alta renda, foi adotar tecnologias e estratégias de segurança privada que proporcionavam um distanciamento daqueles problemas. Para algumas famílias, escolher uma nova localização residencial apareceu como opção.

O movimento em direção à borda metropolitana se realizou em função de duas questões fundamentais: 1) a fuga dos problemas que assolavam a RMR; 2) a oferta de produtos imobiliários e a criação de um paradigma ambiental relacionado à moradia e ao rural que ganhava força no Brasil. Desta forma, se por um lado a violência espantava parte das famílias, por outro Aldeia atraía pelo conjunto de amenidades e inovações imobiliárias que passavam a ser ofertadas.

A presença de amenidades naturais em Aldeia atraiu consumidores havidos pelas qualidades ambientais da região. A presença da flora, da fauna, o clima, o relevo e os corpos hídricos se converteram em externalidades positivas e lhe conferiram um valor simbólico de grande importância para as famílias permitindo experimentar uma resignificação dos valores atribuídos ao rural. Além disso, os condomínios horizontais de Aldeia ofereciam a possibilidade de viver em um espaço seguro e exclusivo, de localização de prestígio e status residencial.

4. Das granjas aos condomínios

Os processos de constituição das novas periferias são tão amplos e diversos que qualquer tentativa de generalização pode soar leviana. O caso aldeense guarda singularidades específicas da região, sobretudo em relação ao fenômeno granjeiro, que desempenhou papel importante no processo de configuração espacial daquilo que temos chamado de primeira Aldeia.

A produção rural desenvolvida a partir das granjas provocou rebatimentos no uso do solo atraindo um contingente de trabalhadores em função das oportunidades de trabalho nessas unidades produtivas. Quando o granjismo perdeu importância muitas unidades granjeiras foram substituídas por outros usos, tais como lazer e moradia. Mais recentemente, os condomínios aldeenses se constituem em elementos da paisagem local consolidando, pois, a região como espaço residencial de *status*, atraindo um conteúdo social de renda média e média alta.

4.1 Do ápice ao ocaso do granjismo

O fenômeno granjeiro ou granjismo foi identificado na região de Aldeia em meados do século XX. Yara Marinho da Costa estudou esse fenômeno nos anos 1960, qualificando-o como tipicamente local.

O granjismo corresponde a um neologismo elaborado para dar conta de um processo de formação de uma tipologia imobiliária marcada pela implantação de unidades produtivas e segunda residência no entorno da RMR. Esse processo remonta a meados do século XX com forte presença nos municípios limítrofes à capital recifense.

Figura 13: Produção granjeira em Aldeia.



Foto: Ailson Barbosa, 2015.

Segundo Miranda (2008) o termo granja está associado à ideia de pequenas unidades rurais produtivas de uso avícola e/ou hortifruticultora com dimensões que variam de 1,0 ha a 20,0 ha, fruto do loteamento rural. Além da atividade agrícola, as granjas estão associadas atualmente ao uso de lazer e de primeira e segunda residência. “Muitas vezes localizadas dentro do perímetro urbano, as granjas deixam de ser um lote rural, porém conservam a toponímia. Denominam-se como granja o que comumente se designaria como chácaras, por seu uso e proximidade do centro urbano” (Idem, p.267).

O fenômeno granjeiro aldeense se desenvolveu em um período em que o crescimento do núcleo urbano recifense demandava um centro de produção alimentar próximo. Nos anos 1950, foi criado, através do decreto nº 40.554 de 14 de dezembro de 1956, o GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste). Este grupo foi encarregado de apresentar um novo projeto para reorientar o desenvolvimento socioeconômico da Região.

Como proposta deste grupo foi elaborado um relatório denominado “*Uma Política de Desenvolvimento Econômico do Nordeste*”, que apresentava ideias relacionadas à

questão da terra. A proposta mais interessante, quanto à pequena produção rural, foi a de reorientar a produção agrícola na faixa úmida da Região Nordeste, visando a produção de gêneros alimentícios para abastecer o mercado interno. Nesta direção, a estrutura fundiária da Zona da Mata deveria ser modificada para viabilizar a expansão da pequena produção, no sentido de formar um “cinturão verde” em torno das cidades que se industrializavam (SUDENE, 1978, p.89). Desta forma, a formação de um cinturão verde no entorno do Recife, capaz de atender às necessidades alimentares da população local, impulsionou o fenômeno granjeiro na região.

Para algumas famílias possuir um lote de terras em Aldeia correspondia a uma condição de *status* social e um investimento (COSTA, 1960), já para outras a aquisição de terras para pequena produção rural se constituía numa alternativa de sobrevivência ou de reprodução da tradição agrícola familiar.

As granjas que se estabelecem em municípios mais distantes do Recife concorreram, sobretudo, com a atividade de monocultura canavieira. Para Costa (1960) se o granjismo não veio solucionar a problemática elaborada pela monocultura ao menos possibilitou conservar o “*status quo*”. Diversos proprietários de engenhos, frente ao esgotamento de suas atividades, viram-se obrigados a desfazer-se de suas terras. “Não podendo ou não querendo recuperá-lo [os proprietários de terras] preferiram lotear [os engenhos] ou auferir a renda resultante que é bastante considerável” (COSTA, p.74).

Uma característica importante do fenômeno granjeiro diz respeito à sua localização que predominava na Zona da Mata pernambucana, sobretudo pós anos 1940. Para Costa (p.75) “Quanto à zona de incidência das granjas, podemos ver que se estende seguindo em linhas gerais as auto-estradas ou formando manchas nas suas proximidades, com maior ou menor intensidade, dependendo de diversos aspectos especiais”. É interessante

perceber o caso de Aldeia como exemplar representativo da influência da abertura da PE-27 na formação do fenômeno granjeiro da região.

O granjismo parece ter sofrido uma forte influência urbana, tanto em termos de lógica quanto de estrutura. Para Costa (1960) sendo não um fenômeno rural, pois sua estrutura é eminentemente da cidade, as granjas se alimentaram de uma lógica tradicionalmente urbana. Neste sentido, a autora destaca haver na região de Aldeia, já no fim dos anos 1950, a presença de inúmeras granjas onde podia ser percebida a presença de casas de luxo que, para a autora, se voltavam a substituir o modelo de casas senhoriais dos engenhos açucareiros e avançavam mais no sentido de reproduzir o casario americano e europeu.

As granjas se constituíam em moradias de segunda residência das famílias recifenses, para onde se dirigiam nos finais de semana em busca de lazer e descanso. Sendo, pois, um embrião da nova periferia aldeense.

As casas de luxo que se refere a autora continuam existindo, mas hoje já não representa um imobiliário tão moderno e sofisticado quanto aqueles que tem sido produzidos em outras partes RMR. A este respeito ver, por exemplo, Villaça (2001) ao tratar do movimento de expansão das áreas residenciais de alto padrão no Recife e Barbosa (2014) sobre o processo recente de produção imobiliária na Praia do Paiva (PE).

Se por um lado as casas apresentavam grande ostentação em termos de estrutura (muitas das quais com piscinas), por outro reproduziam os costumes da cidade. Logo, a garagem era item obrigatório nas granjas, sobretudo porque o automóvel particular representava a única alternativa para as visitas nos finais de semana. Costa (1960) destaca que a Estrada repleta de granjas “cujos tamanhos são tão variáveis, mas é talvez onde se encontram as mais ricas e luxuosas vivendas de campo” (p.77).

Quanto ao sítio, Costa relata que alguns fatores dificultaram o processo de expansão do granjismo. Segundo a autora “Na zona correspondente a *Camarajibe* e até Limoeiro o vale do Capibaribe e seus principais afluentes servem como obstáculo natural à expansão granjeira, sendo aí predominante a monocultura canavieira secular” (1960, p.76).

Além de Camaragibe⁷, Costa (1960) identificou um processo de expansão granjeira para municípios como São Lourenço, Paudalho, Carpina e Limoeiro. Contudo, preconizava a autora, pode “em futuro próximo haver uma transformação do eixo de escolha” das novas localizações do granjismo. É interessante perceber que há, em verdade, um crescente desinteresse pela atividade granjeira e uma alteração na estrutura do granjismo contemporâneo.

Para Costa (1960) a atividade granjeira apresentava limites para distribuição o que se constituía em barreira para sua expansão. Assim, afirmava a autora, o granjeiro “na maioria, não consegue vender diretamente os produtos e surgem então os intermediários, possuidores de transporte para levar às feiras, mercados e ambulantes, no Recife, as frutas, legumes e aves, etc.”.

4.1.1 A atualidade do granjismo em Aldeia

A realidade atual do granjismo aldeense apresentam dois processos distintos: o decréscimo da atividade granjeira e a transformação do uso das unidades (granjas) que passaram a desempenhar atividades residenciais e de lazer.

O conceito de “granjeiro” se deturpou e passou a designar-se como moradores de granjas ainda que estes não desempenhem qualquer tipo de atividade produtiva. Por sua vez, as granjas não correspondem, hoje, predominantemente, à unidades de produção rural, sendo muito poucas aquelas que ainda produzem algum gênero agrícola.

⁷ Que ainda era distrito do município de São Lourenço da Mata nos anos 1960.

Figura 14: Granja União, Estrada de Aldeia, Km 9



Foto: Ailson Barbosa, 2015.

Segundo um relato de uma ex-granjeira:

na granja, atualmente não temos produzido nada. Anos atrás, tínhamos algumas vaquinhas e fazíamos queijo, coalhada, doce de leite, para consumo próprio. Chegamos a vender um pouco, em pequena escala, apenas o excesso do que produzíamos. Já criamos coelhos, cabras e cavalos, mas desistimos de tudo por conta da figura de empregado, que é um complicador, só dá despesa e aborrecimentos. Também tentamos plantações (inhame, macaxeira, verduras etc.) sem bons resultados. Hoje, aqui, só temos algumas galinhas, duas ovelhas e os cães de guarda, além de usufruirmos dos frutos das fruteiras que temos (banana, fruta-pão, jenipapo, cajá, goiaba, caju etc.).

As poucas granjas que se mantêm produzindo representam uma resistência do granjismo da região. Dentre as granjas produtivas identificadas percebeu-se um discurso comum aos produtores. O declínio da produção granjeira se relaciona, segundo eles, aos elevados custos com encargos trabalhistas que encarecem a produção e reduz o lucro final. Dentre os que se mantêm produzindo ou contam com pequeno grupo de empregados ou produzem com ajuda familiar.

A dificuldade de distribuição da produção se constituía num problema nos anos 1960 e continua a se repetir na atualidade.

O acesso à tecnologia se constitui, também, num empecilho para manutenção da produção. Além de caros, os equipamentos mais modernos oneram os ganhos finais dos pequenos produtores. Assim, a dificuldade de incorporação de mão-de-obra qualificada surge, também, como uma dificuldade apresentada pelos produtores. Dentre os granjeiros locais apenas um afirmou contar com o apoio de um agrônomo – em verdade seu filho – que realiza um acompanhamento técnico de sua produção.

Enfrentar a concorrência dos grandes produtores detentores de grande aparato tecnológico tornou-se um desafio para os granjeiros locais. A questão tecnológica se insere no debate sobre a mecanização da produção rural. A este respeito autores como Carneiro (1998), Abromovay (2003) e Rosa e Ferreira (2006) falam de novo rural no Brasil para dar conta desta realidade que se faz presente em diversas partes do país e que se reflete na pequena produção de Aldeia.

Um granjeiro relatou receber anualmente inúmeros estudantes⁸ para realização de estágios em sua propriedade, sendo que ao final “os estagiários não voltam” para trabalhar, sobretudo porque sua unidade produtiva não tem capacidade de absorção dessa mão-de-obra qualificada, tal como a maior parte das granjas locais. A fala de outro entrevistado também denuncia as difíceis condições do granjismo na atualidade: *“Sem incentivo [governamental] é impossível manter-se produzindo”*.

Os custos elevados e a indisponibilidade de suprimentos em nível local é outro fator que complica a realização da produção granjeira em Aldeia. Segundo um granjeiro, os insumos necessários são adquiridos no sul e sudeste do país, o que termina por encarecer o custo final da produção.

⁸ Sobretudo da Universidade Federal Rural de Pernambuco que oferta cursos ligados à produção rural.

O elevado custo com implantação de tecnologia e a dificuldade de acesso aos financiamentos bancários deixa os granjeiros em condição desigual frente aos produtores de outras regiões. Para garantir a manutenção das atividades granjeiras, em alguns casos, se tem recorrido à diversificação da produção.

Há granjas que se mantêm produzindo, mais em função de uma tradição familiar do que pela lucratividade do negócio. Um granjeiro relatou conhecer muitas experiências de granjas em Aldeia que fecharam as portas em função da falta de interesse por parte dos descendentes de granjeiros tradicionais da região. Segundo ele, muitos filhos de ex-granjeiros não querem manter-se realizando o trabalho rural, preferem, pois, estudar e trabalhar em atividades urbanas.

Contudo, dentre as granjas produtivas foram identificadas unidades que podem ser divididas em dois grupos distintos: i) produtoras de frutas e hortaliças; ii) produtores de ovos. No primeiro caso, a Granja Setuol destaca-se como a principal produtora de hortaliças da região, servindo, sobretudo aos mercados locais aldeenses que se destinam ao público de renda média e alta. Assim, produz e distribui produtos como rúcola, o alface, a couve-flor, cebolinho e outros gêneros.

No grupo dos produtores de ovos se destaca a Granja Sol Nascente que atende a supermercados, restaurantes e outros estabelecimentos da RMR concorrendo com produtores de outras regiões do estado e mesmo de fora de Pernambuco.

Figura 15: Produção de hortaliças em uma granja em Aldeia.



Foto: Ailson Barbosa, 2014.

Aos que se mantêm produzindo e dispõem de capital adquirir tecnologias se constitui numa alternativa. Isto elimina o uso de trabalho humano, reduz os encargos trabalhistas e aumenta a lucratividade da produção.

A pressão por parte de empreendedores imobiliários é grande. Muitas granjas sofrem rotineiramente pressão por parte desses agentes desejando, pois, transformar o território dessas granjas em condomínios horizontais e outros tipos de negócios. Manter as granjas funcionando frente às ofertas oferecidas é uma tarefa difícil.

Figura 16: Criação de aves para produção de ovos na Granja Sol Nascente.

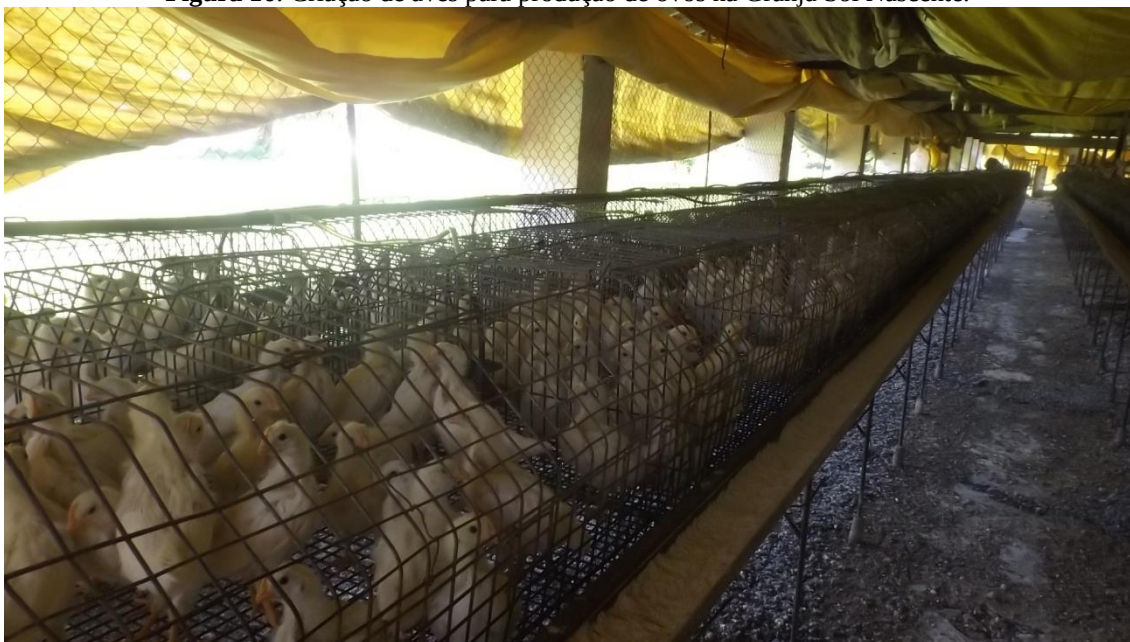


Foto: Ailson Barbosa, 2014.

Figura 17: Ovos produzidos e selecionados – Granja Sol Nascente (Aldeia).



Foto: Ailson Barbosa, 2014.

O fenômeno granjeiro aldeense possui forte ligação com a migração japonesa para o Recife. Duas dessas unidades produtivas (Granja Sol Nascente e a Granja Setuol) são exemplos da tradição. Muitas das granjas ligadas a este processo perderam força, sobretudo quando da instalação da CEASA no Recife.

A maior parte das granjas aldeenses hoje são, em verdade, unidades residenciais de primeira ou de segunda residência. Para ali famílias se dirigem nos finais de semana em busca de vivenciar uma ruralidade nostálgica que se perdeu ao longo do tempo. É preciso destacar o uso de algumas granjas para uso como primeira residência.

Neste sentido, uma moradora relatou com entusiasmo a possibilidade de viver em uma casa espaçosa e em contato direto com a natureza.

Se por um lado o uso de primeira residência já é forte em Aldeia, o uso de segunda moradia não deixou de existir. Inúmeras granjas e chácaras continuam sendo, em realidade, moradias de fim de semana da população recifense, ainda que esta condição represente uma realidade cada vez menos representativa.

4.2 Os condomínios horizontais no Brasil

Uma ampla produção acadêmica tem se proposto a refletir sobre os condomínios horizontais no Brasil. Esta forma de morar é inaugurada no país nos anos 1970 e não são uma invenção nacional, mas um mimetismo dos subúrbios americanos (CALDEIRA, 2000). Se no Brasil os condomínios só passam a ser produzida na década de 1970, já se tinha exemplares em outras partes do mundo em décadas anteriores.

A formação de espaços residenciais fechados remonta o século XIX com a privatização das ruas de San Luis (Missouri) nos Estados Unidos e a criação de subúrbios fechados em Nova York (BLAKELY E SNYDER, 1997). Na América Latina Svampa (2001) destaca a existência dos primeiros *barrios cerrados* na Venezuela nos anos 1920 e dos espaços residenciais fechados em Buenos Aires, nos anos 1930.

Bosford (2003) destaca a criação dessa tipologia habitacional no Chile após o golpe militar de 1973. Para o caso brasileiro é importante ver trabalhos de Carlos (1994) e

Caldeira (2000) que estudam os primórdios e a evolução dos condomínios fechados no país.

O processo de provisão habitacional de alto padrão é marcado por diferentes intensidades, temporalidades e direções. Foi o mercado imobiliário brasileiro, ao copiar esta tipologia habitacional, que modificou a lógica de produção da cidade e transformou a forma de morar dos mais ricos.

O primeiro condomínio cercado por muros surge em São Paulo nos anos 1970 apresentando como principais inovações o fato de ser murado e oferecer serviços de segurança privada. Segundo Caldeira (2000, p.261)

Na época, o crime não era a principal preocupação da cidade, e a prática de controlar a circulação era na verdade temida por vários grupos: 1973 era o auge da ditadura militar e para muitos qualquer investigação de identidade era vista como ameaçadora. Esse fato indica que o enclausuramento foi uma estratégia imobiliária e de *marketing* que se tornou dominante nas décadas seguintes: hoje, os procedimentos de segurança são requisito em todos os tipos de prédios que aspirem a ter prestígio.

Desta forma, São Paulo inaugurou uma tendência de produção habitacional (marcada por isolamento, segurança e exclusividade) para famílias de maior poder aquisitivo. O modelo elaborado ali ganhou exemplares em diversas partes do Brasil, ainda que apresentassem diferenças em termos estruturais (SOUZA, 2000). Contudo, além de pioneira nesta tipologia habitacional, São Paulo também inaugura uma nova forma de ocupação das periferias elaborando uma tendência de descentralização e periurbanização residencial para as elites. Assim, os condomínios reforçaram o processo de suburbanização da metrópole paulistana e de outras cidades brasileiras.

Os condomínios horizontais brasileiros evoluíram em termos estruturais, por pura estratégia de mercado. Neste sentido, tenderam a ampliar a oferta de serviços e infraestrutura interna como tática para concentrar a vida dentro dos limites dos

empreendimentos. Assim, hoje são encontrados exemplares que ofertam desde espaços de lazer e segurança privada até aqueles que contam com uma oferta mais ampla e complexa de serviços. Esta é uma tentativa de reproduzir a positividade da cidade dentro dos limites dos condomínios.

O conteúdo social que ocupa os tradicionais condomínios horizontais – mais luxuosos – pouco mudou ao longo do tempo: permanece, predominantemente, destinado às famílias de média e alta renda. A homogeneidade interna é uma marca fundamental desses empreendimentos e são utilizados como uma estratégia de valorização dos mesmos.

Os condomínios vendem, pois, a possibilidade de encontro entre iguais e a negação daquilo (violência, problemática urbana etc.) e daqueles (pobres, pedintes, sem teto) que não convém aos seus moradores. Logo, o enclausuramento (promovido pelos aparatos de segurança e separação) garante um isolamento em relação aos indesejáveis e uma convenção urbana⁹ (ABRAMO, 2007) entre os iguais.

Esses empreendimentos se tornaram um produto de prestígio para o mercado consumidor, em função dos parâmetros de exclusividade, *status* e segurança. O mercado atuou fortemente no sentido de reforçar, com o auxílio do *marketing*, as positivities da vida em condomínios fechados ao mesmo tempo em que apresentava os aspectos negativos relacionados à cidade tradicional. Desta forma, se criou um “novo conceito de moradia” (CALDEIRA, 2000) estimulando o consumo destas inovações espaciais.

Os condomínios inauguram uma nova forma de viver a cidade, um simulacro de cidade em verdade. Nestes espaços, a cidade é um mundo perfeito - tudo funciona bem - e a violência urbana não se aproxima. Some-se a isso a estrutura interna (lazer, serviços etc.) e a condição de *status* e exclusividade relacionados, pois, à moradia. Neste sentido

⁹ A convenção se refere a um movimento de famílias de mais alta renda que escolhem localizações onde encontram outras famílias de padrão de renda idêntico. Este movimento tende a rejeitar famílias “diferentes” produzindo, pois, uma homogeneidade espacial interna. Para Abramo (2007) a convenção urbana corresponde ao ajuntamento de grupos familiares com as mesmas características de padrão de renda onde e a presença destas tendem a valorizar o setor residencial gerando uma lucratividade mútua para as famílias.

Caldeira afirma “a moradia e o *status* social são obviamente associados e em várias sociedades a residência é uma forma de as pessoas se afirmarem publicamente” (2000, p.264).

Se para as famílias, os condomínios representam um espaço de refúgio e negação dos problemas da cidade real, para os agentes produtores da cidade tornaram-se meio de reprodução do capital. Ao inaugurar este “novo conceito de moradia” o mercado cria uma demanda que ele mesmo se encarregou de suprir ao mesmo tempo em que os condomínios induziram a rotatividade de consumo residencial ainda que a moradia seja um bem com tempo de troca mais longo.

Os novos condomínios são elaborados visando, sempre, manter-se como nova opção em relação aos estoques já existentes. Para se manter como opção é necessário promover um envelhecimento fictício (ABRAMO, 2001) dos imóveis já habitados e um estímulo à demanda pelo consumo dos produtos mais jovens.

Na esteira do envelhecimento fictício os elementos urbanos se tornam arcaicos, enquanto que o contato com a natureza ganha sentido de *status* e modernidade. Neste sentido, os condomínios horizontais, que se localizam cada vez mais nas periferias de amenidades, ganham valor mercadológico em função da presença de qualidades ambientais recendo apelos ecologizados construídos pelo marketing.

Caldeira (2000, p.258) afirma que os condomínios são “a versão residencial de uma nova forma de segregação nas cidades contemporâneas” privilegiando a separação, o isolamento e o distanciamento como elementos que valorizam o espaço e a residência.

Se para alguns os condomínios são a representação da segregação sócio-espacial, para outros seria a expressão da auto-segregação (SOUZA, 2000). Nesse sentido, o autor afirma que um conjunto de condições ambientais, econômicas e sociais atua no processo

de reconfiguração do espaço urbano, mas o crime e a violência são fatores que influenciam fortemente o processo de enclausuramento. Logo,

A criminalidade e a insegurança parecem confundir-se com a imagem da cidade “tradicional”, e o seu agravamento, a partir da década passada, tem feito dessa problemática um fator de estímulo à auto-segregação cada vez mais poderoso. (SOUZA, 2000, p.199).

Nesse sentido, Spósito e Góes (2013) analisam a ocorrência deste fenômeno para o caso de cidades médias no Brasil, mas que pode ser percebido em espaços urbanos de outras dimensões.

Em contraponto à cidade tradicional surge um simulacro de cidade, ou melhor, as cidades de enclaves, marcadas pelas estratégias de segurança privada e os artefatos de separação entre o público e o privado. Para Souza (Idem) a exclusividade espacial elaborada pelos altos muros e aparatos de segurança privada dos condomínios (verticais e horizontais) são a expressão maior da auto-segregação espacial das elites. E continua

O desejo de apartar-se, deixando de fora do seu território tudo o que for feio ou perigoso, configura, evidentemente, um escapismo, e ainda por cima um escapismo hipócrita: afinal, os que têm condições de se auto-segregar não prescindem, enquanto patrões, daqueles que eles desejam excluir de seu cotidiano e de sua paisagem na qualidade de vizinhos, mas que são necessários na qualidade de porteiros, empregadas domésticas etc. e, na cidade existem fora dos muros do condomínio, na qualidade de trabalhadores em geral.

Para Caldeira (2000, p.259) “O uso de meios literais de separação é complementado por uma elaboração simbólica que transforma enclausuramento, isolamento, restrição e vigilância em símbolos de *status*” e acrescenta “Os anúncios [dos condomínios] apresentam a imagem de ilhas para as quais se pode retornar todos os dias para escapar da cidade e para encontrar um mundo exclusivo de prazer entre iguais” (p.265).

Por fim, cabe destacar o papel que esse tipo de produto imobiliário vem desempenhando na transformação das periferias urbanas, sobretudo no contexto das grandes aglomerações metropolitanas. Logo, produtos imobiliários somados à amenidades naturais se convertem elevado grau de em satisfação (ABRAMO, 2001) e em sinônimo de segurança, prestígio, status e exclusividade.

4.3 A lógica imobiliária invade Aldeia: os condomínios horizontais

Desde os anos 1990, a porção Oeste da RMR vivencia um processo de instalação de condomínios horizontais (SILVA, 2011) com grande destaque para a região de Aldeia. Esta região, marcada tradicionalmente pela presença de características ambientais positivas e pela disponibilidade de terras, tem sido palco de um tipo particular de periurbanização residencial das famílias de média e alta renda.

Os condomínios localizados em Aldeia apresentam características comuns, ainda que possuam grandes diferenças entre si e entre aqueles localizados em outras cidades brasileiras. Souza (2000) afirma a este respeito:

Aldeia, no município de Camaragibe, apresenta hoje diversos condomínios muitos dos quais servindo de residência principal para família de classe média. Tais “condomínios” apresentam dispositivos de segurança (muro, vigia) e vários dispõem de piscina, sauna etc; seja como for, não são no entanto, nem de longe tão complexos e sofisticados como os equivalentes de São Paulo e do Rio de Janeiro, nem mesmo considerando a situação de vinte anos atrás. Ao que parece, as amenidades naturais (mesoclima mais agradável) e o menor stress em comparação ao núcleo do Recife (pois trata-se de uma franja urbana-rural) têm sido os fatores preponderantes na ocupação de Aldeia pela classe média, que assim surge como opção aos bairros mais típicos da elite recifense como Casa Forte e Boa Viagem.

Souza tem razão ao produzir esta afirmativa, já que os condomínios localizados em Aldeia apresentam infraestrutura simples, ainda que os mais recentes, em função da concorrência entre si, venham ampliando a complexidade estrutural. Contudo, se mantém distante da tipologia dos empreendimentos localizados em outras metrópoles brasileiras e mesmo dentre os mais recentes Alphavilles em processo de instalação em municípios da RMR. Além disso, é preciso concordar com Souza quando afirma que Aldeia surge como opção ao quadro de saturação metropolitana.

Em busca de promover um sentimento de segurança os empreendimentos apresentam diferentes recursos: guaritas, câmeras, segurança motorizada, controle de acesso, ronda 24 horas e outros artefatos a fim de garantir a segurança de seus moradores. Todo este aparato é colocado a fim de garantir uma condição de exclusividade dos equipamentos e recursos internos. É importante destacar que nem todos os condomínios apresentam esse conjunto de artefatos de segurança. Assim, este aparato é mais exclusivo dentre os empreendimentos mais caros e luxuosos.

Em geral os condomínios aldeenses possuem serviços de manutenção da área comum – realizados por empregados direto dos empreendimentos – e regras de convivência. Os serviços residenciais privados são realizados de forma particular por trabalhadores do próprio condomínio ou por pessoas do entorno, sem ligação formal de trabalho (SILVA, 2011).

Os condomínios inauguram a entrada de uma lógica imobiliária lançada para região pelos tentáculos da urbanização metropolitana. Se antes, com as granjas, o processo de compra e venda das unidades se dava, quase que exclusivamente, de forma direta entre comprador e vendedor, com os condomínios horizontais o comércio imobiliário passa a contar com a operação de agentes especializados na venda de imóveis. Este fato é comprovado pelo número de empresas imobiliárias presentes na Estrada de Aldeia e que

se propõem a comercializar os condomínios localizados na região. Como ilustrado na imagem 20, e analisado por Silva (2011) existe um movimento crescente de criação de imobiliárias na região que se voltam à comercialização dos empreendimentos condominiais locais.

Figura 18: Imobiliárias localizadas em Aldeia.



Foto: Ailson Barbosa, 2015.

A oferta de moradia condominial surge como uma alternativa, sobretudo quando o núcleo recifense se converte em deseconomia relacionada à violência, poluição e infraestrutura precária. Os condomínios se transformaram, assim, em espaço onde era possível reencontrar “paz, tranquilidade e um paraíso natural” para viver.

Em Aldeia, os condomínios representaram a possibilidade de reprodução da cidade, ou melhor, a cidade e suas qualidades. Rumar para Aldeia significou encontrar as qualidades do espaço urbano no “universo rural”. É interessante chamar atenção para o fato de empreendedores criarem um discurso rural para Aldeia, em verdade, buscando explorar as características ambientais ali existentes.

Figura 19: Condomínio Luzanopolis.



Foto: Ailson Barbosa, 2014.

Os empreendimentos elaborados em Aldeia são em verdade os primeiros exemplares da produção de condominial horizontal da RMR. Segundo dados disponibilizados pela Condepe/Fidem, e apresentado no quadro 4, o município de Camaragibe que estréia o primeiro condomínio horizontal oficialmente legalizado na RMR¹⁰. Contudo, vale destacar que nem todas as autorizações de criação de condomínio se converteram em efetivos empreendimentos.

¹⁰ O condomínio Ilhamares de Igarassu não se concretizou.

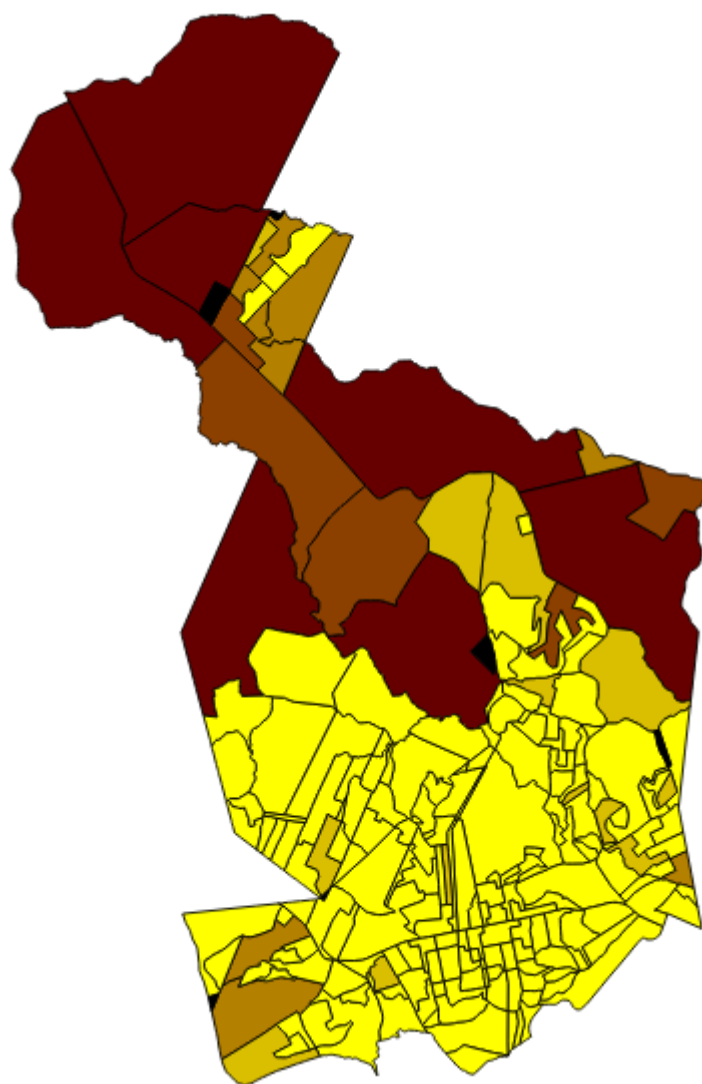
Quadro 4: Parcelamento do solo para fins de criação de condomínios por município, nome, período de anuência e gleba

Município	Nome do parcelamento	Ano de anuência	Área total Gleba
Igarassu	Ilharamares de Igarassu	1980	9,7828
Camaragibe	Estância Rica Flora	1981	17,6280
Paulista	Marinas do Pontal	1981	1,6320
Jaboatão	Conjunto Residencial Curado	1992	1,9000
Recife	Privê Três Marias	1998	8,6800
Camaragibe	Torquato Castro	2000	6,3132
Camaragibe	Country do Vale Verde	2001	4,0000
Camaragibe	Conjunto Residencial Bela Vista	2001	1,6690
Camaragibe	Vale de Aldeia	2001	4,0896
Camaragibe	Flor do Araçá	2002	18,3865
Camaragibe	Residencial Camaragibe	2002	0,7963
Camaragibe	Divinópolis	2003	14,1800
Igarassu	Tropical Village	2003	14,0100
Camaragibe	Vila Bela D'aldeia	2004	10,0000
Jaboatão	Vila Três Lagoas	2005	99,5400
Camaragibe	Flor da Mata	2006	6,0810
Moreno	Brisas do Vale	2006	15,4580
Camaragibe	Quatro Estações	2007	3,0000
Camaragibe	Maria Eduarda	2007	3,4220
Itapissuma	Quinta da Bella Vista	2007	10,9358
Camaragibe	Jardins Tivoli	2008	60,2001
Camaragibe	Conjunto Região Metropolitana	2008	1,000
Jaboatão	Club da Barra	2008	4,1150
Camaragibe	Santa Helena	2009	12,4660
Camaragibe	Privê Paraíso	2009	3,3331
Abreu e Lima	Conjunto Dom Helder Câmara	2010	2,0804
Camaragibe	Luar de Aldeia	2010	20,0448
Igarassu	Jardim Village	2010	15,3625
Moreno	Sete Lagos	2010	25,7641
Moreno	Alameda do Ipês	2010	27,1797
Camaragibe	Recanto do Vale	2011	4,2998

Fonte: CONDEPE/FIDEM, 2012. Organizado por Ailson Barbosa.

Como discutido por Andrade (2006) no início do século XX se instalou uma forte tendência de uso condominial como moradia principal em Aldeia. Ainda que muitos condomínios mantivessem o perfil de moradias de segunda residência, naquele período os corretores de imóveis já identificavam um forte movimento de transformação dessas unidades residenciais em moradias principais (ANDRADE, 2006). Contudo, é preciso reconhecer que ainda é forte o uso local para segunda residência, tanto nos condomínios quanto nas granjas e chácaras, tal como pode ser observado nos dados do IBGE (2010) e ilustrado na figura 20.

Figura 20: Cartograma de domicílios de uso ocasional por setor censitário de Camaragibe - 2010

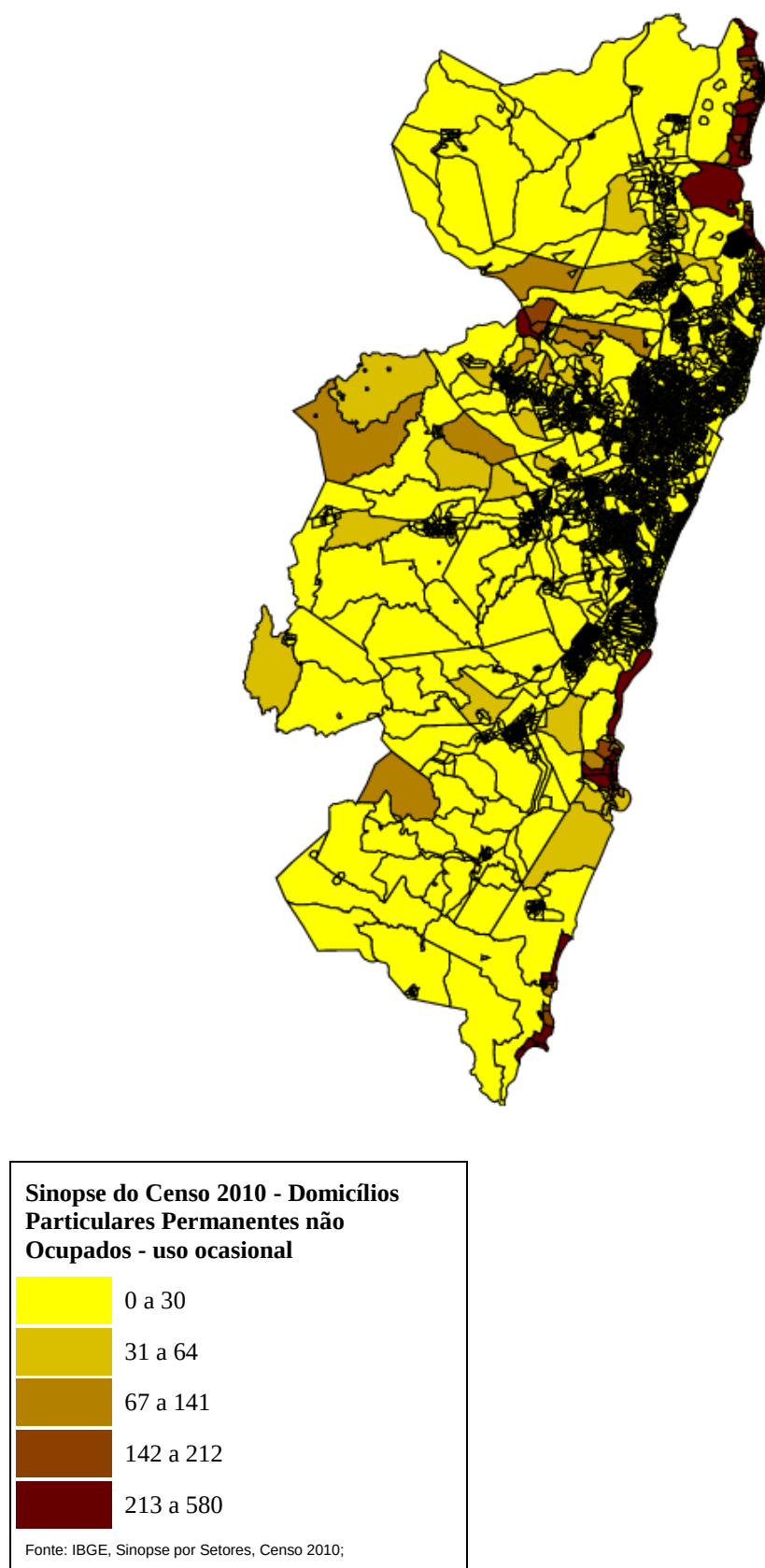


**Sinopse do Censo 2010 - Domicílios
Particulares Permanentes não
Ocupados - uso ocasional**

	0 a 4
	5 a 9
	10 a 18
	19 a 28
	32 a 349

Fonte: IBGE, Sinopse por Setores, Censo 2010;

Figura 21: Cartograma de domicílios de uso ocasional por setor censitário da RMR – 2010.



Segundo dados do IBGE (2010) Aldeia possuía 3.856 residências de uso ocasional, como ilustrado pelo quadro 5. Não foi possível estabelecer um comparativo em relação aos dados do Censo anterior, já que o Censo 2000 não trabalhou com essa categoria. Mas, a tendência de transformação de segunda em primeira residência é reforçada pelo visível aumento populacional, pelos relatos de moradores e pelo aumento da oferta de infraestrutura e serviços.

Quadro 5: Domicílios Particulares Permanentes não Ocupados - uso ocasional

Vera Cruz	75
Aldeia dos Camarás	3597
Oitenta	41
Borralho	143
Total	3856

Fonte: IBGE, Sinopse por Setores, Censo 2010;

Importante ainda é perceber que Aldeia se destaca no conjunto da RMR, como mostra a figura 21, juntamente com Itamaracá, Cabo e Ipojuca, como áreas de concentração de segunda residência. Porém, Ipojuca se destaca como área de concentração do imobiliário turístico com grande volume de investimentos internacionais como discutido por Cavalcanti e Leal (2010).

Quanto à localização a maior parte dos condomínios aldeenses estão situados nas proximidades da Estrada de Aldeia, como pode ser observado no mapa a seguir (figura 23). Tal condição se converte em item de valorização dos empreendimentos sendo bastante evidenciada nas estratégias de venda. Desta forma, a estrada se tornou argumento midiático e rota de deslocamento entre Aldeia e o núcleo metropolitano.

Figura 22: Localização dos condomínios no território de Aldeia.

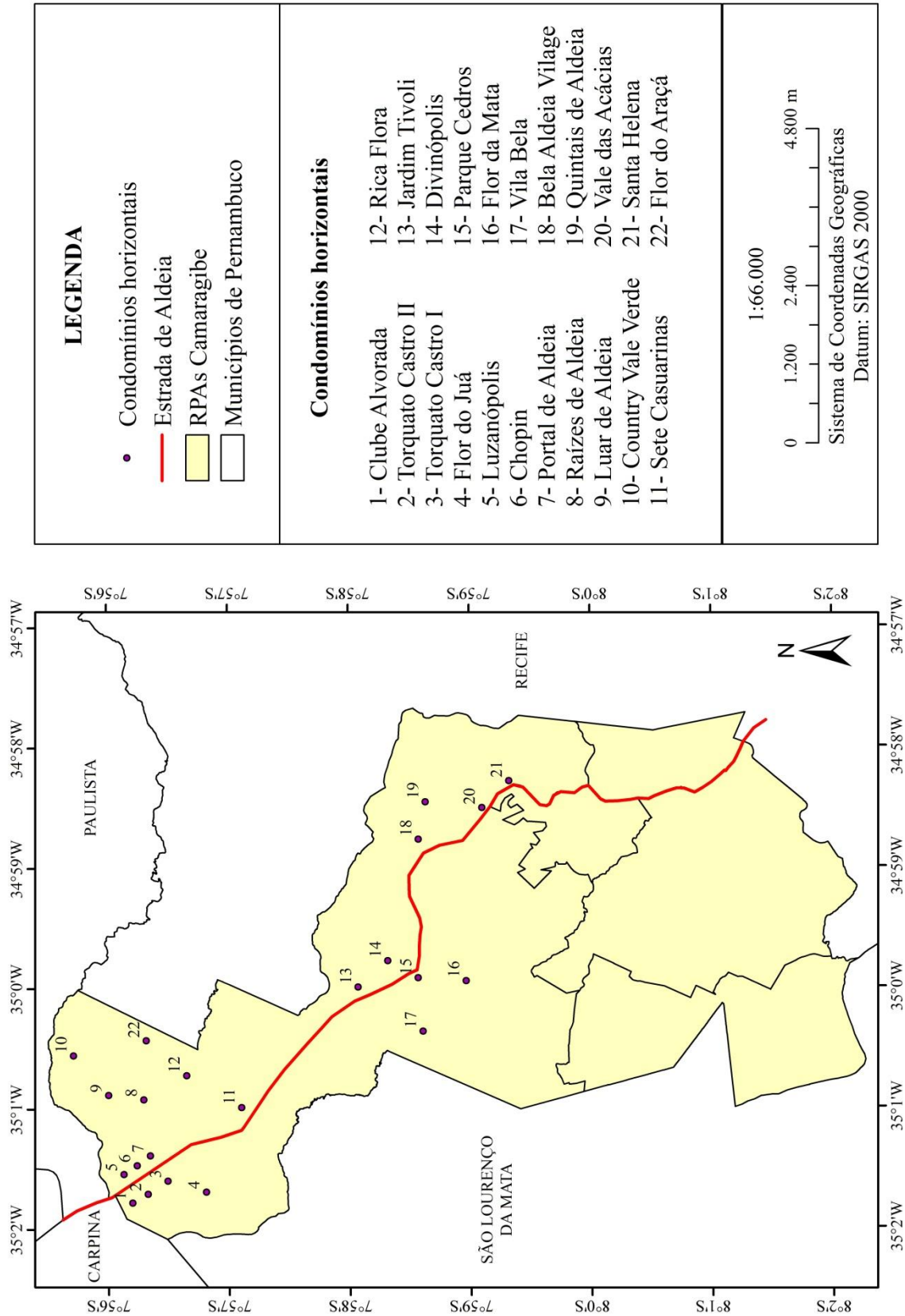
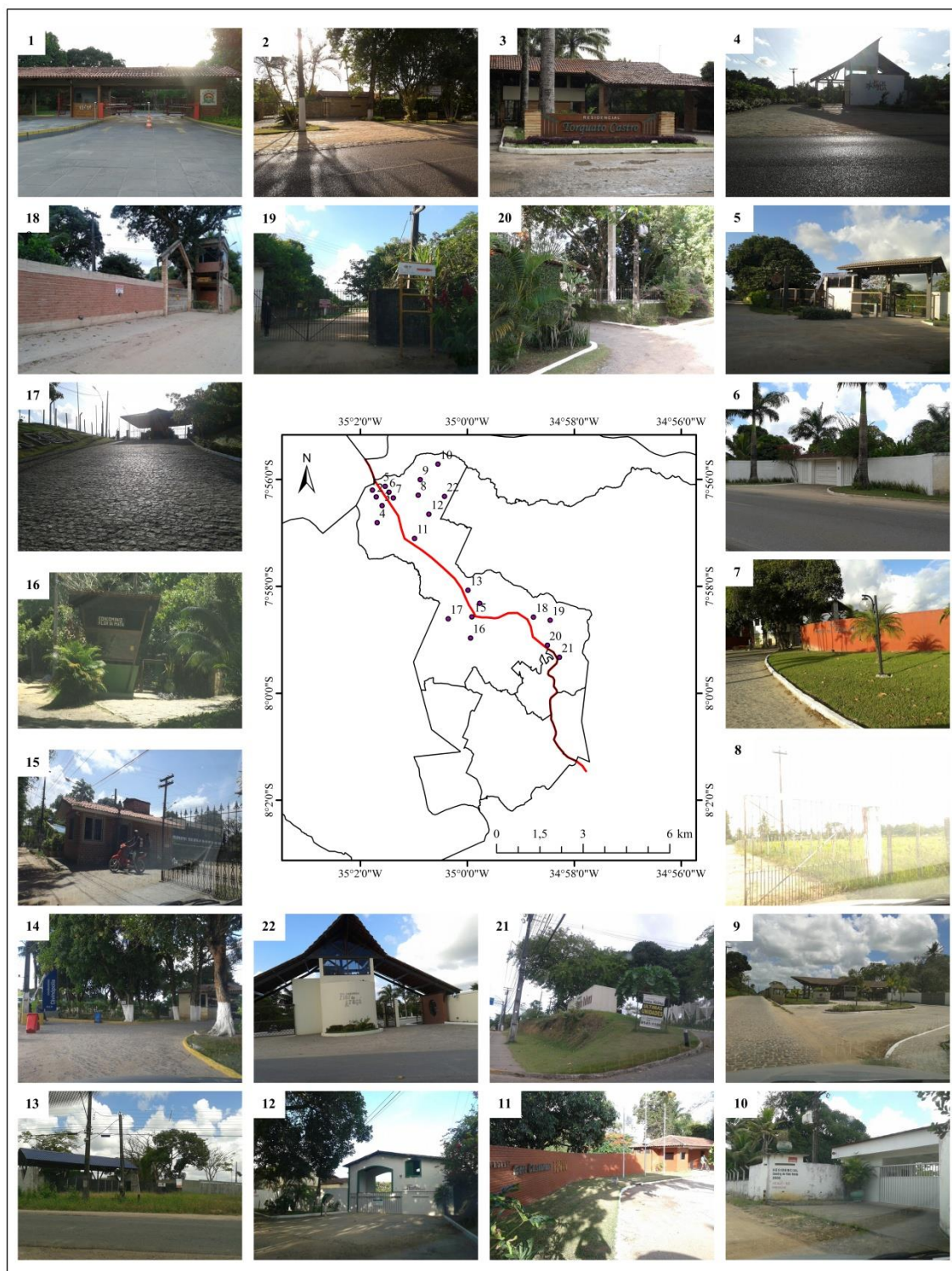


Figura 23: Imagens dos condomínios localizados em Aldeia.



Os condomínios horizontais de Aldeia reforçaram uma tendência de descentralização, periurbanização residencial e fragmentação do tecido metropolitano, ainda que permaneça no núcleo recifense uma forte tendência à verticalização.

É possível perceber uma desaceleração da produção de condomínios em Aldeia que se justifica pelos impedimentos relacionados à legislação ambiental somado ao esgotamento de terras na região. Ainda assim, a pesquisa permitiu identificar dois novos empreendimentos condominiais recentes e atualizar os dados apresentados por Andrade (2006).

- i) Condomínio Colorado do Luar apresenta uma área total de 20 ha e um conjunto de 136 lotes com dimensão de 660m² cada um. Aprovado em 2010, já se encontra totalmente vendido. Tal como diversos condomínios apresenta a seguinte infraestrutura¹¹: Área Total: 20ha, 12 Quadras, 136 Lotes, Lotes com 660m², Sistema de Água, Iluminação, Piscina, Salão de Festas, *Lounge*, Salão de jogos mobiliado, Salão *fitness* mobiliado, Espaço gourmet, Quadra poliesportiva, Quadra de tênis, Campo de futebol, Playground, 1.300m de Pista de *Cooper*, Brinquedoteca, Guarita de segurança com vidro blindado e 30.000m² de mata atlântica preservada.
- ii) Condomínio Raízes de Aldeia localizado no Km 13 da Estrada de Aldeia. Dentre sua infraestrutura interna contará com anfiteatro e praça de contemplação, 700m² de piscina, redário, bicicletário, *boulevard* principal, *playground*, área de skate, vôlei e *society*, quadra de tênis e poliesportiva, pomar e horta comunitária, *pet place*, salão de festas, área de jogo e *gourmet*, espaço *fitness*, brinquedoteca e, talvez, o mais importante dos elementos: portal de entrada com segurança 24 horas.

¹¹ As informações foram extraídas do site: <http://www.coloradoempreendimentos.com/lot.php?id=11> Empresa responsável pela comercialização do empreendimento.

Segundo informações do corretor imobiliário, o Condomínio Raízes de Aldeia não foi ainda lançado oficialmente para o mercado, mas já está aberto para novos investidores. Segundo ele os lotes para investidores apresentam valor atual de 113.000,00 e, quando de sua abertura para comercialização, será vendido a um custo de R\$ 143.000,00. Assim, afirma “o empreendimento é um excelente investimento e tem perspectiva de grande valorização em curto prazo de tempo”.

Figura 24: Obras do condomínio Raízes de Aldeia.

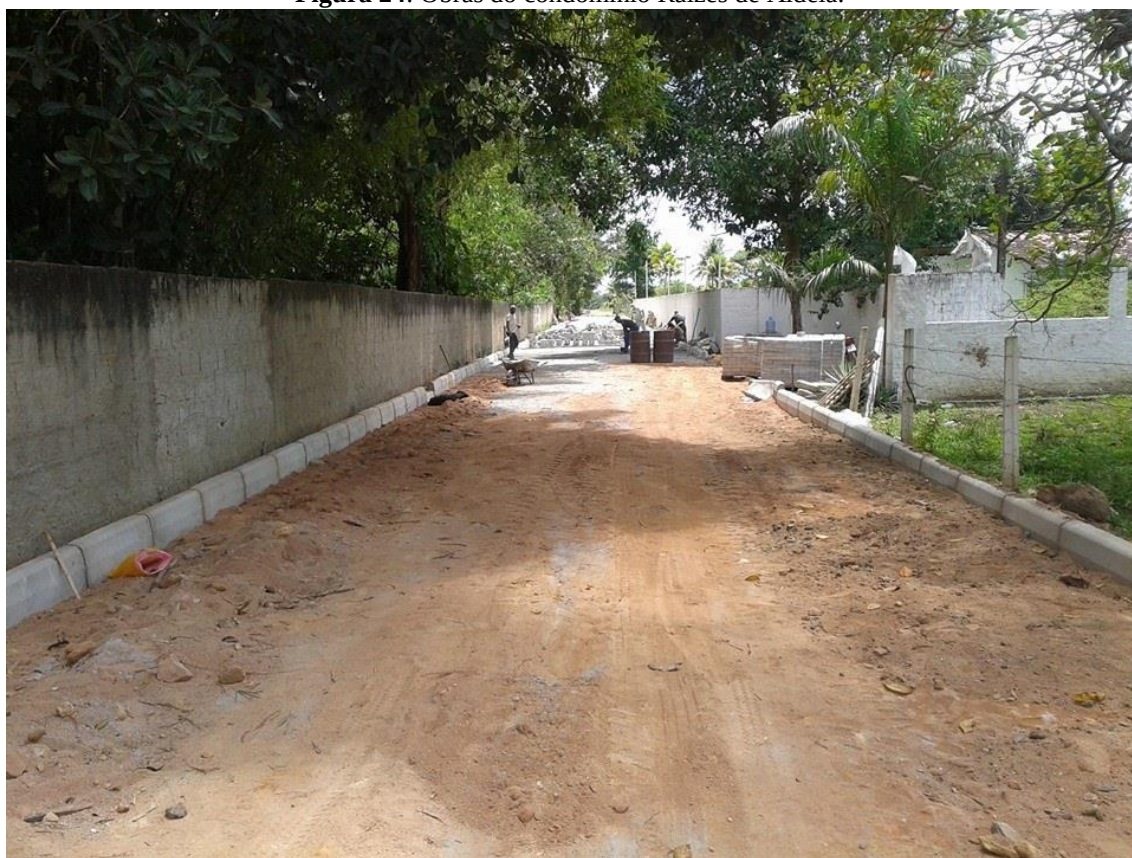


Foto: Ailson Barbosa, 2015.

Além dos condomínios horizontais oficialmente existentes em Aldeia, Andrade (2006) identificou um grupo de “conjuntos residenciais” não cadastrados na Prefeitura de Camaragibe. Segundo Andrade, muitos desses conjuntos se auto-intitulam dessa forma por temerem sanções da Lei 032/97, preferindo, pois, não se denominam condomínios. “Suas construções são anteriores a aprovação da Lei, por isso não cumprem

integralmente suas exigências” (ANDRADE, 2006, p.208). Desta forma, são os seguintes conjuntos residenciais que, apesar de não se constituir juridicamente como condomínios, apresentam funcionamento parecido com os empreendimentos oficiais: Granja Monte Alegre, Parque das Árvores, Vila Bela de Aldeia, Canaã, Parque Cedros, Park Viver, Portal de Aldeia, Clube Sete Casuarinas e Clube Alvorada.

Figura 25: Granja Monte Alegre (Estrada de Aldeia, Km 2).



Foto: Ailson Barbosa, 2015.

Se os empreendimentos de Aldeia são os primeiros exemplares do fenômeno dos condomínios horizontais na RMR, hoje podem ser encontrados em outros municípios da região e avançam para fora da metrópole.

O processo de transbordamento metropolitano tende, agora, a dar origem a uma região perimetropolitana (RANDOLF & GOMES, 2011)¹² que avança em direção à Zona da Mata pernambucana.

¹² Randolph e Gomes ao discutir o perimetropolitano fluminense propõem como sendo aquele conjunto de municípios que contornam a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e vivenciam uma forte influência da vida e dos negócios metropolitanos. Assim, propõem que o termo perimetropolitano denominaria “uma área de interface entre o metropolitano e um território urbano regional que está próximo à região metropolitana, mas que tem e mantém alguma característica própria” (p. 63). Desta forma, em função dos novos negócios que se reproduzem para além do

Essa descontinuidade da metrópole para além de sua região vem sendo influenciado pela duplicação da BR-232 e BR-408 atuando como eixos de dispersão metropolitana facilitando o deslocamento diário e a fixação residencial para além da RMR.

Dentre os novos empreendimentos condominiais metropolitanos destacam-se os *Alphavilles Brenand*, Pernambuco 1 e Pernambuco2. Mas não são os únicos. Empreendimentos como Três Lagoas (Moreno), Terra Viva (Carpina) e *West Country Residence* (Moreno) são exemplares recentes de condomínios horizontais de alto padrão localizados a Oeste da RMR e que vem contribuindo para formação de um tecido urbano disperso e fragmentado a Oeste e reforçando a tendência de produção do que temos chamado de cidade dispersa.

Figura 26: Entrada do condomínio Três Lagoas, BR 232 (Moreno) e propaganda do empreendimento destacando a possibilidade de “morar no campo ao lado da cidade”.



Foto: Ailson Barbosa. Outubro/2014.

4.3.1 O marketing e os condomínios horizontais em Aldeia

Para Kotler e Keller (2006, p.4) “o *marketing* envolve a identificação e a satisfação das necessidades humana e social. Para defini-lo de maneira bem simples, podemos dizer que ele supre necessidades lucrativamente”. Partindo dessa premissa é possível refletir como os discursos e desejos são estrategicamente elaborados pelo mercado a fim de

território da RMR, seguindo, sobretudo, os eixos rodoviários a oeste, se configura um território perimetropolitano que merece ser melhor estudado.

efetivar uma demanda a ser atendida por ele próprio. Logo, cria-se o problema e se oferece a solução.

O discurso do modo de vida associado à natureza surge como uma criação midiática do mercado que, no caso aldeense, passou a vender a região como espaço de sossego, paz, tranquilidade e onde era possível promover um reencontro com o ambiente natural.

O processo de valorização espacial aldeense, desde os anos 1990, elabora e reforça um discurso sobre a região que busca diferenciá-la daquilo que já era o Recife: caótica e problemática. Assim, destaca as qualidades da vida “rural” e do contato com a natureza como aspectos de diferenciação da região.

Aldeia se produziu sob o signo do espaço de fuga e como alternativa ao caos recifense. Logo, os discursos elaborados buscaram reafirmar Aldeia como local onde seria possível experimentar um modelo de vida integrado à natureza.

Figura 27: Propagandas de condomínios localizados em Aldeia evidenciando valores e elementos naturais.



As propagandas de *marketing* dos condomínios buscaram associar os empreendimentos a um ambiente natural que lhes agregavam qualidades quase exclusivas. Não à toa, as propagandas se apropriaram de palavras como verde, natureza, ar puro etc.

A exploração midiática destes elementos se voltaram a criar para os condomínios a ideia de qualidade de vida associada à natureza. Tal estratégia não é exclusiva de Aldeia, mas reproduzida em diferentes empreendimentos na Grande Região de Aldeia e no OM.

Figura 28: Propaganda do condomínio Terra Viva (Aldeia).



O clima, a tranquilidade, a natureza, tudo que Aldeia oferece agora em um projeto de Carlos Augusto Lira, um dos mais renomados arquitetos do Brasil.

Natureza
Cariacão por uma área de Mata Atlântica preservada, no Terra Viva você vai ter a natureza sempre por perto, para curtir o ar puro e o clima gostoso de Aldeia.

- Água abundante
- Ruas verdes
- Frutíferas, palmeiras exóticas, árvores exóticas e nativas em todo o condomínio.

Lazer e convivência
Áreas especiais para você compartilhar com os amigos e a família cada pedacinho desse verdadeiro jardim.

Parque aquático
- Bar da piscina, com salão de jogos e vestiários
- Espaços privativos com churrasqueira
- Praça Zên
- Playground
- Casa na árvore
- Espaço multifunção

Fitness
Espaço e motivação de sobra na hora de praticar atividades físicas.

- Espaço fitness com vista para mata atlântica
- Ciclismo com 2.400m
- Pista de Camper com 900m
- Piscina olímpica de natação com 500m
- Campo de futebol com 11.25m²
- Quadra de tênis com piso em saibro
- Quadra de vôlei de praia

Estrutura
O Terra Viva está dividido em 169 lotes, sendo 12 lotes de 6.250 m², 15 lotes de 6.000 m² e 162 lotes de 6.277,5 m². Todos têm orientação para o nascente, com espaçamento privilegiado entre eles. E você pode construir sua casa com até 2 pavimentos.

Localização
O Condomínio Terra Viva fica no km 14 da Estrada de Aldeia. A apenas 160 metros da praia, o empreendimento está situado numa área nobre, com ventilação deprimida a conta com fácil acesso pavimentado a padarias, farmácias, mercadinhos, escolas, restaurantes e muito mais.

“ Agora que você gostou do que viu e leu aqui, venha conhecer o Terra Viva de perto. A gente garante que você vai se apaixonar. ”

São 170 mil metros cercados de área verde para você construir a casa dos seus sonhos e morar com toda tranquilidade que você merece, sem abrir mão da comodidade de estar perto de tudo.

Para Sampaio (2003, p.26) a propaganda é “a manipulação planejada da comunicação visando, pela persuasão, promover comportamentos em benefício do anunciante que a utiliza”. Sendo assim, o que se revela a partir do caso aldeense, sobretudo dos condomínios, é uma ação consciente de agentes modeladores do espaço que buscaram elaborar um discurso ecológico a fim de gerar desejos e demandas, atrair consumidores, garantir o consumo e efetivar a lucratividade.

Fica claro, pois, que a apropriação e a produção de um fetiche da natureza são estratégias empreendidas pelos agentes privados com atuação em Aldeia. Contudo, é importante destacar os discursos elaborados pelo Estado – através de legislações, programas e projetos – que colocam Aldeia e sua região como espaço detentor de grande importância ambiental.

5. Motivações para viver em aldeia

Aldeia surge no contexto metropolitano como espaço de destino dos urbanos que buscavam fora do núcleo recifense locais de descanso e lazer associados à natureza. Se num primeiro momento Aldeia se converteu em espaço de segunda residência em períodos mais recente vem se transformando em local de residência permanente em função dos processos já descritos nos capítulos anteriores.

Às amenidades naturais da região – frente à emergência dos valores relacionados à natureza e o surgimento de um novo paradigma residencial marcado pela localização na periferia - se somaram as condições de *status*, prestígio e qualidade de vida transformando Aldeia em local de destino de parte das famílias recifenses.

Figura 29: Vegetação local, parte da exuberante vegetação de Aldeia.

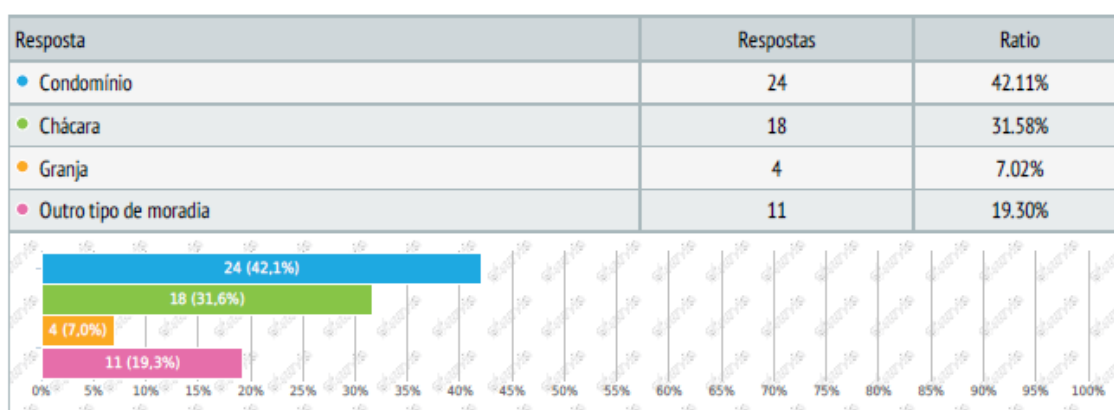


Foto: Ailson Barbosa, 2015

Aldeia aparece no contexto metropolitano como alternativa para se manter próximo ao Recife, ao mesmo tempo em que permitia viver a ruralidade local, residir num local de *status* residencial e se distanciar dos problemas urbanos.

Para compreender as motivações de escolha de Aldeia como espaço de moradia e as percepções a respeito das transformações que vêm ocorrendo na região se realizaram um conjunto de entrevistas com moradores locais. A pesquisa contou com a aplicação de 57 questionários sendo que 42% dos entrevistados afirmaram morar em condomínios; 32% em chácaras; 7% em granjas e 19% em outras formas de moradia¹³ como ilustrado na figura 30.

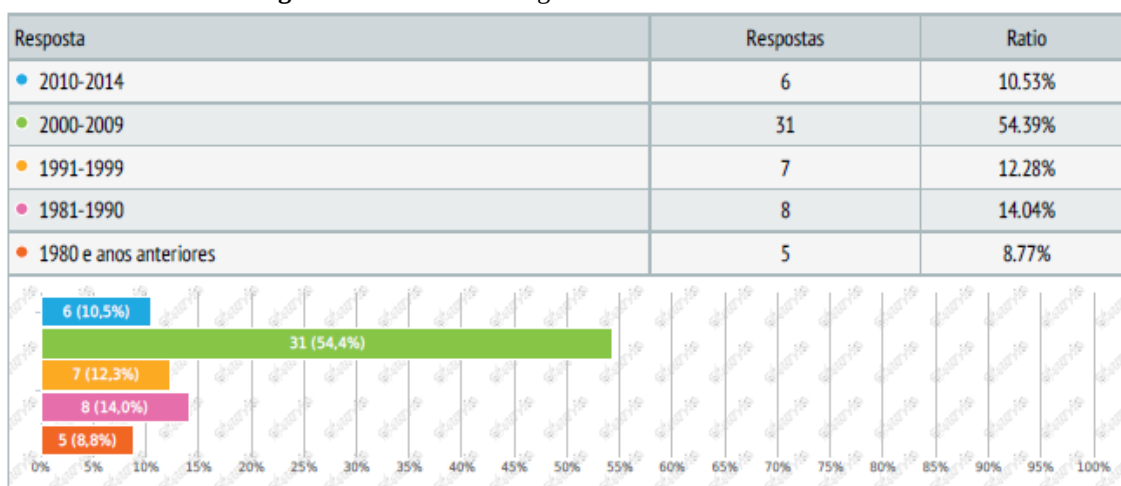
Figura 30: Tipo de moradia dos entrevistados.



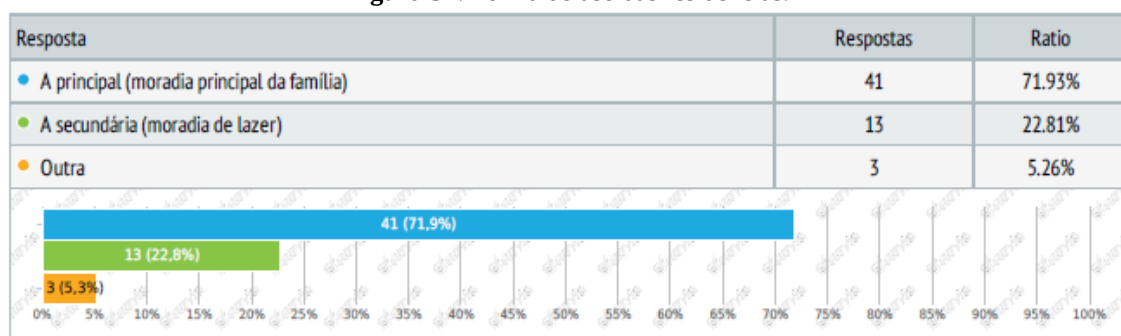
A maioria de condôminos está justificada pela mobilização de aldeenses realizada através da ACA (Associação de Condomínios de Aldeia) e pelo FSA (Fórum Socioambiental de Aldeia).

Privilegiou-se compreender o tempo de moradia em Aldeia dentre os entrevistados. Esta característica permitiu extrair detalhes que contribuíram para elucidação das questões relacionadas às motivações para escolha da moradia e as percepções quanto às mudanças locais. Assim, 54% dos entrevistados declararam que passou a residir na localidade entre 2000 e 2009; 11% passou a residir em Aldeia entre 2010-2014; 12% entre 1991-1999; 14% entre 1981-1990; 9% desde 1980 ou anos anteriores, como pode ser observado na figura 31.

¹³ O que se autodenomina “outras formas” são, em verdade, moradores de residências que não se configuram como nenhuma das variáveis colocadas.

Figura 31: Período de chegada dos entrevistados à Aldeia.

Diante de um quadro que apontava para o uso predominante das moradias locais para fins de segunda residência foi questionado qual o tipo principal de uso das moradias á época de sua aquisição. Assim, 72% dos entrevistados afirmaram que a residência aldeense era moradia permanente da família, enquanto 23% afirmaram ser segunda residência como mostrado na figura 32.

Figura 32: Forma de uso das residências.

Fica claro, pois, que dentre os entrevistados a aquisição da residência em Aldeia se realizava para fins de moradia principal. Portanto, ainda que tenha permanecido, e ainda exista, uma lógica de aquisição de imóveis para segunda residência em Aldeia, a região foi sendo crescentemente apropriada por moradores que desejavam converter seus imóveis em moradias principais.

A respeito do uso atual das moradias, 81% afirmaram que o uso de suas residências é destinado à moradia principal, enquanto 19% indicaram outros usos, dentre eles o de moradia de lazer.

Dentre os condôminos entrevistados o percentual foi de 79% (para uso de primeira residência) contra 21% (para uso de segunda residência). Os condomínios são, portanto, espaço de moradia principal para maior parte dos entrevistados e esta condição aponta para uma mudança de perspectiva sobre os condomínios tradicionalmente apontados como moradias de uso ocasional.

A afirmação de que Aldeia se tornou espaço alternativo para os recifenses em fuga é decorrente dos resultados dessa pesquisa e fruto dos depoimentos dos moradores locais. Essa realidade fica evidente quando é analisada a origem dos moradores locais, sobretudo os ex-moradores do bairro de Boa Viagem, no Recife.

Boa Viagem, por se constituir, também, como um bairro de *status* e de amenidades litorâneas, continua sendo objeto de desejo de muitos recifenses, porém, o processo de envelhecimento fictício (ABRAMO, 2001) e os problemas urbanos promoveram a desvalorização daquela localidade ao mesmo tempo em que outras localizações se tornavam atrativas, a exemplo de Aldeia.

O bairro de Boa Viagem, por ser um bairro com predominância de famílias de perfil de renda elevada se tornou foco de crimes e de violência. Assim, algumas famílias passaram a buscar espaços, não tão distantes do Recife, onde fosse possível encontrar “paz e tranquilidade”. O que ocorreu dentre as famílias que optaram pela realocização residencial foi um processo de troca de amenidades, deixando para trás as amenidades litorâneas e buscando, agora, as qualidades ambientais do OM.

Dos 57 entrevistados, ainda, 40 afirmaram residir anteriormente no Recife, 12 em municípios da RMR, 3 em cidades fora de Pernambuco, 1 no interior do estado e 1 em

cidade fora do Brasil. Quando selecionados somente os ex-moradores da RMR, o conjunto de motivações para morar em Aldeia é revelador do processo de saturação do núcleo metropolitano, sobretudo relacionado ao medo e à violência, e da expectativa de encontro com as qualidades da região de Aldeia.

A respeito das qualidades locais os entrevistados apontaram a tranquilidade, presença do verde, distância do centro, possibilidade de morar em casa térrea, contato com a natureza, distância de problemas como poluição (sonora e do ar), segurança e densidade populacional baixa. Este conjunto de respostas nos interessa em particular em função de responder a uma das questões balizadoras de nossa investigação: *quais motivações levaram as famílias a escolher Aldeia como local de moradia?*

Tais atributos funcionaram como elementos compensadores da distância em relação ao centro recifense comprovando, pois, a validade da teoria da localização residencial proposta por Abramo (2001). A possibilidade de consumo de espaço (tamanho da moradia) e outros bens compostos (segurança, exclusividade, natureza etc.) atuaram como elementos compensadores da distância em relação ao Recife.

A maioria das respostas apontou foi para o fato de que Aldeia corresponde a uma região com qualidades ambientais múltiplas e que foi sendo produzida como um contraponto do que estava se tornando o Recife ao longo das últimas décadas. Se o Recife se consolidava como espaço cinza marcado pelo concreto, Aldeia era o “paraíso natural”; enquanto o Recife tornava-se sinônimo de violência e problemas urbanos, Aldeia se transformava na esperança de reencontro com a paz, segurança e tranquilidade; enquanto o Recife era o urbano e seus problemas, Aldeia eram o rural e suas qualidades. O conjunto de depoimentos a seguir destaca os elementos positivos da região.

“Onde eu moro onde é bem arborizado e aí o que acontece, muita gente chega lá em casa e fica assustada da forma como é lá dentro. Nossas refeições, café da manhã, jantar assim como almoço, é feito no apoio onde a gente vê toda a natureza, passarinho vem pra cima da mesa comer do seu

pão, é o sagüim que vem comer a fruta próximo de você, é iguana que vira e mexe a gente vê lá assim como outros animais. Isso é muito gostoso e de certa forma isso lhe dá muita tranquilidade”.

“Distância do centro urbano e possibilidade de morar em casa (em condomínio, com mais segurança)”

“O verde, a mata, os animais e o clima”

“Ambiente longe de poluição sonora e ambiental, entre outras”

“Respirar ar puro e o contato com a natureza”

“O clima, o aspecto rural, e a tranquilidade... ainda!”

“Espaço, segurança, tranquilidade, contato com a natureza, clima ameno”

Predominou dentre os entrevistados os argumentos referentes aos aspectos naturais aldeenses (fauna, flora, clima, corpos hídricos) ou às possibilidades positivas em termos de saúde e qualidade de vida oferecida a partir delas. Desta forma, Aldeia se revela como localização que oferta um rico patrimônio natural servindo como elemento de atração de novos moradores.

Questionados a respeito das vicissitudes de Aldeia os entrevistados apontaram questões como:

“Respirar ar puro e o contato com a natureza”

“A existência de remanescentes da Mata Atlântica, um contato mais direto com a natureza. A sensação de morar numa cidade do interior onde as pessoas passam a se conhecer melhor e serem mais solidárias.”

“Viver sem grande interferência de vizinhos, automóveis, etc., além de se estar rodeado de mata verde e animais silvestres”.

“Ser relativamente próximo do Recife. Tem um clima maravilhoso e uma vegetação privilegiada”.

“Encontramos magníficos lugares naturais em Aldeia. Alguns moradores de Aldeia, os mais antigos e outros recentes, possuem hábitos de viver com mais simplicidade e integrados ao ambiente natural. Há grupos de comunidade espiritualistas, comunidades de terapias naturais, outros são naturalistas,

cultivadores de orquídeas, de plantas tropicais; outros criam cavalos. Isso faz Aldeia ser diferente. A qualidade ambiental de Aldeia com toda a sua rica biodiversidade e águas minerais em abundância, que são protegidas por Leis ambientais específicas como a Lei da Mata Atlântica e com a recente criação da APA/Aldeia/Beberibe, com mais de 30 mil hectares. Contudo, Aldeia está muito ameaçada, extremamente ameaçada!”

Instigados a apontar os fatores que os atraíram para a região os entrevistados destacaram:

“Tranquilidade de estar no campo tão perto da cidade”

“Qualidade de vida marcado pela segurança, clima, paisagem natural, tranqüilidade”

“Vida tranqüila em contato com a natureza”

“Melhor qualidade de vida”

“Interação com a natureza e ficar longe da poluição”

“Mais contato com a natureza, menos poluição sonora e do ar”

“possibilidade de residir numa casa, pois antes residia num apartamento.

Paisagem rica em beleza natural”

Chama atenção o fato de grande parte dos entrevistados indicarem a riqueza dos aspectos naturais como elemento de atração para a localidade. Referências à natureza ou elementos relacionados a ela (qualidade ambiental, clima agradável, ar puro, temperatura amena, espaços livres etc.) apareceram em 27 das 57 respostas. Diversos outros argumentos apareceram, tais como: possibilidade de morar em casa térrea, fuga da violência recifense, possibilidade de viver em espaço sem poluição sonora e do ar, relativa proximidade com o centro do Recife, nível social e fuga da vida urbana. Cada um dos argumentos apontados merece uma discussão em particular, mas comprovam a tese aqui defendida de que os aspectos naturais funcionaram como efeito imã para os novos moradores.

Apesar disso, é interessante atentar para os discursos que já apontam um movimento contrário dessa realidade. Assim, afirmaram alguns dos entrevistados:

“As qualidades estão sendo sucumbidas pelo próprio crescimento urbano e pelo descaso do poder público”

“O clima, o aspecto rural, e a tranquilidade... ainda!”

A palavra “ainda” torna-se um indicador do sentimento de que as qualidades de Aldeia estão sob ameaça. Destacando as mudanças na paisagem local, afirmou um dos entrevistados em relação ao conjunto de amenidades naturais da região: *“são bem diferentes em comparação de Aldeia de 1985, mas ainda tem tranquilidade”*

Perguntados sobre o que Aldeia tem de atraente em detrimento do Recife as respostas convergiram para fatores como tranquilidade, qualidade de vida, integração com a natureza, clima ameno, área verde, espaço, segurança, recursos naturais, mata, “fantasia de uma vida no campo”, paz e vida bucólica. Tais termos são utilizados recorrentemente no discurso dos moradores, tal como dentre os agentes do poder público e da iniciativa privada.

Outra questão abordada foi a respeito dos fatores que causavam ou causam repulsão do Recife ou da RMR para os moradores de Aldeia. Dentre os argumentos apresentados surgiram:

“Aldeia é sinônimo de paz a tranquilidade Recife, de caos e barulho”

“A agitação de Recife, principalmente no final de semana”.

“o trânsito, a violência e o estresse da vida numa grande cidade”.

“Caos urbano, ausência de áreas verdes, criminalidade”.

“aumento do custo de moradia e degradação ambiental do Recife”

“Recife tem se tornado cada vez mais opressora devido ao trânsito caótico, violência e caos urbano”.

“a repulsa de Recife se dá pelas características próprias de uma metrópole com mobilidade urbana difícil, trânsito caótico, com excesso de veículos, poluição sonora, visual, química, com violência urbana”.

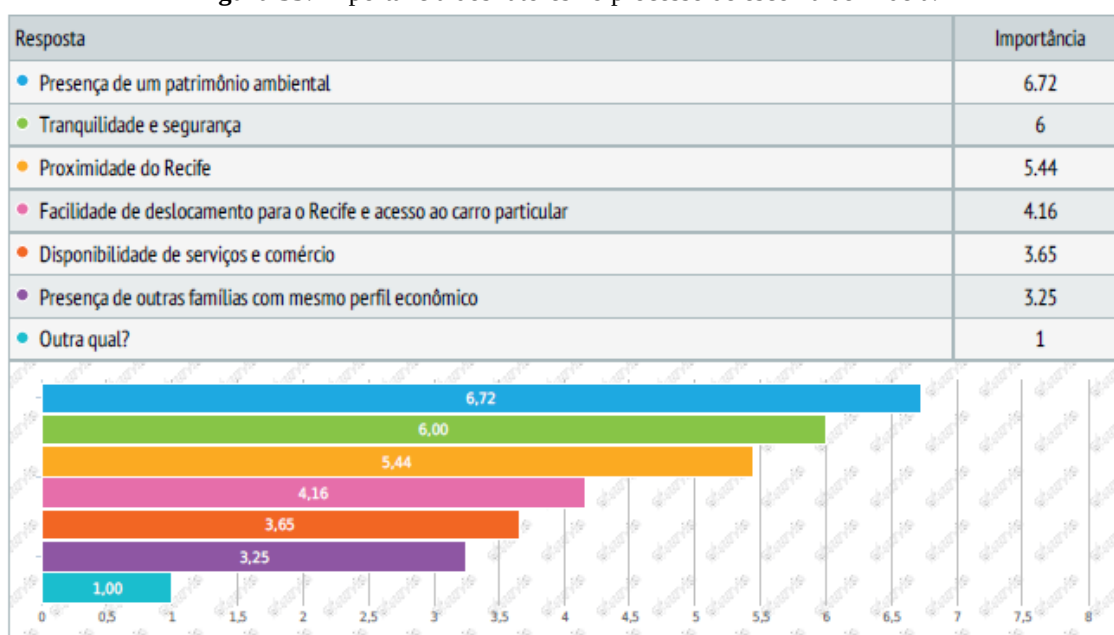
“Stress da cidade grande, trânsito caótico, super população, insegurança”.

“A atração por Aldeia tem sido hoje exatamente a possibilidade de fugir de Recife, cidade que foi pouco a pouco sendo inviabilizada por uma completa falta de planejamento urbano e, novamente, ausência de presença do estado”

“A mobilidade é o principal fator de repulsão do Recife”

O sentimento expressado pelos discursos acima é representativo do ponto de vista dos ex-moradores do Recife ou mesmo dentre aqueles que, podendo escolher, rejeitaram a capital pernambucana. Os discursos são reveladores de como a vida metropolitana, com seus problemas sociais e estruturais, se converteu em fator de rejeição do núcleo metropolitano ao mesmo tempo em que as novas periferias se tornavam atraentes.

Figura 33: Importância dos fatores no processo de escolha de Aldeia.



Solicitados a apontar os elementos mais importantes no processo de escolha de Aldeia como local de moradia foram destacados, respectivamente, a presença do patrimônio ambiental, tranquilidade e segurança e proximidade com o Recife. Como ilustrado na

figura 33, as amenidades naturais possuíram um grande simbolismo no processo de escolha da localização da moradia e o modo de vida associado a esta região se traduziu em prestígio e *status* social.

O resultado não apontou para uma importância significativa quanto à presença de famílias com o perfil de renda média e média/alta. Assim, a busca pela convenção urbana não parece ser um fator atrativo para a região tal como acreditávamos. Contudo, uma resposta vai na contramão desse resultado ao destacar:

“Muitas pessoas hoje se sentem atraídas por Aldeia, pela "pseudo" associação: morar em aldeia é ser chique, é ter algum diferencial social. Acho que poucas são as pessoas que vem morar em Aldeia, pelo simples contato com a natureza”.

Apesar de sua preservação, o patrimônio natural aldeense, sofre grandes ameaças. A expansão da urbanização, a criação de novos empreendimentos e o desrespeito à legislação ambiental afetam o meio ambiente local e vem preocupando a sociedade e os ambientalistas.

A expansão imobiliária, somada a falta de planejamento e controle tem favorecido um crescente sentimento de vulnerabilidade ambiental. É interessante perceber que os condomínios são enxergados, por parte dos entrevistados, como fator ameaçador para o futuro ambiental da região de Aldeia:

“A falta de preservação com a expansão imobiliária com a criação de novos condomínios”.

“Sim, claro! Proliferação de condomínios, mudanças de uso do solo, exploração de água mineral, excesso de veículos”.

Questionados sobre como avaliavam a afirmativa “O futuro de Aldeia é urbano. A tendência é de aumento da população e ameaça crescente ao patrimônio natural”¹⁴, os

¹⁴ Esta afirmação foi feita por um morador da região em uma reunião do Fórum Socioambiental de Aldeia. Na oportunidade inúmeros moradores repudiaram a afirmativa e condenaram a naturalização do processo de penetração da urbanização. Nesta oportunidade ficou claro, através dos discursos, que os moradores desejam manter Aldeia

entrevistados apontaram para uma tendência de urbanização, muitas das quais reforçando a necessidade de desenvolvimento de estratégias que permita um convívio entre o urbano e o rural.

“Recife já não comporta mais tanto crescimento e a "tendência natural" é que se expanda para toda a RMR, incluindo Aldeia. O que torna ainda mais urgente a elaboração de um plano para que esse crescimento não aconteça de forma tão desordenada”.

“O crescimento é inevitável. Porém acredito na preservação ambiental e do patrimônio Natural”.

“O futuro de Aldeia não é urbano. Nós moradores tentamos preservar aldeia rural”.

“Custo a acreditar, pois gosta da aldeia rural”.

Ao se referirem à Aldeia como uma área rural os entrevistados não se apegam ao critério administrativo, mas ao senso comum que estabeleceu a região como porção espacial tradicionalmente rural. Neste sentido, é preciso concordar com Jollivet (1997, p.10) quando propõe que a concepção de rural “inclui a de natureza, ainda que este termo esteja carregado de significações segundo os países”.

Assim, considerar Aldeia como espaço rural – ou de passado rural – não representa apenas uma figura de linguagem, mas o reconhecimento das características que remetem ao universo rural como já descrito.

Muitos apelos surgem no sentido de que é necessário garantir meios de preservação do patrimônio natural aldeense e muitos lamentam que esta tendência de urbanização pode ser – e já é de certa maneira – um problema para o futuro desse “mundo verde”.

“Percebo uma crescente pressão pela urbanização de Aldeia. Que pode representar uma séria ameaça ao ecossistema se não existirem instrumentos de controle eficazes e a população organizada”.

“Acho que podemos e devemos manter Aldeia como uma região predominantemente residencial. Com os condomínios preservando suas áreas de

como um espaço de fuga bem distinto do burburinho urbano do Recife e que preferem conservar as peculiaridades “rurais” da região impedindo, pois, qualquer possibilidade de aproximação com a realidade urbana do núcleo metropolitano recifense.

mata virgem, suas nascentes. Aldeia deve ser uma região apenas de casas. Nunca, jamais permitir a construção de edificações com vários andares que descaracterizem a região. E o mais importante é a preservação do verde. Além disso, seria muito importante um trabalho da própria Prefeitura no sentido do controle urbano para evitar o comércio desordenado, principalmente na via principal que é o portão principal da região”.

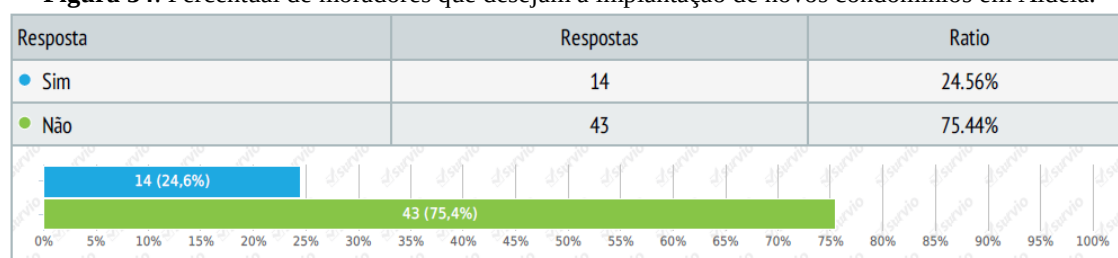
“Se medidas urgentes não forem tomadas, a tendência é a descaracterização total de Aldeia. Ela será mais uma localidade com todas as desvantagens de Recife”.

A redução da fauna local, somado aos constantes ataques à flora, sobretudo em função do desmatamento e fragmentação da mata, devem ser tema de reflexões mais amplas. A preservação do patrimônio natural é importante para o conjunto dos moradores locais, mas, também, para o futuro da RMR.

A criação da APA Aldeia-Beberibe contribuiu neste sentido, contudo ainda é necessário avançar num maior controle ambiental, na aplicação da legislação vigente e na ampliação do controle social, que já vem sendo realizado de forma importante pelo FSA. Neste sentido, tal como discutido por autores que tratam da degradação das áreas de segunda residência, a urbanização descontrolada tende a provocar crescentes danos ambientais, fato que vem se realizando em Aldeia.

Questionou-se sobre a opinião dos entrevistados em relação à instalação de novos empreendimentos imobiliários, na forma de condomínios horizontais, em Aldeia. Como pode ser observado na figura 34, o resultado foi uma manifestação de 75% contrários, enquanto que 25% se colocaram a favor.

Figura 34: Percentual de moradores que desejam a implantação de novos condomínios em Aldeia.



Os moradores locais apontaram como principais problemas: a manutenção e funcionamento da estrada (PE-27), a ineficácia dos transportes públicos, a falta de serviços essenciais, queimadas, desmatamento, tráfico de drogas, lixo, acidentes de trânsito, crescente adensamento entre outros.

O lixo apareceu, com frequência, dentre as respostas apresentadas pelos entrevistados. A este respeito um entrevistado relatou *“A falta de educação do povo, que coloca lixo em todo local, inclusive nas matas, ameaçando nosso pequeno mundo verde”*. Ainda assim, grande parte das reclamações fez menção à presença do lixo ao longo da Estrada de Aldeia sem o devido serviço de coleta.

O fato é que Aldeia passa a vivenciar uma realidade de problemas, tipicamente urbanos, que outrora se propôs solucionar. Logo, o aumento populacional vem se convertendo em elevado uso do carro particular e isto tem gerado problemas de congestionamentos, sobretudo, nos horários de pico. Somado a isto, a elevação dos índices de criminalidade – sobretudo furto à residências e tráfico de drogas - e violência vem alterando a rotina dos moradores locais modificando o sentimento de refúgio e tranquilidade que outrora imperava na região.

Figura 35: Congestionamento na Estrada de Aldeia.



Foto: Ailson Barbosa, 2015.

Furtos, brigas, uso de drogas, seqüestros e até assassinatos em Aldeia passam a fazer parte do noticiário, desconstruindo a imagem de Aldeia como local de segurança e tranqüilidade. Ainda assim, Aldeia se mantém distante dos níveis de violência urbana vivenciados no núcleo metropolitano recifense.

O crescimento da violência tem preocupado moradores locais. Para enfrentar esta problemática a sociedade local, através do FSA, tem lutado pela construção de uma delegacia na região e estabeleceu um espaço mensal de discussão com a Polícia Militar de Pernambuco para debater a temática. Neste espaço, a sociedade promove denúncias e discute alternativas para garantia da tranqüilidade dos moradores locais.

Outra questão importante se refere ao sentimento anti-urbano manifestado no discurso dos entrevistados. A negação à possibilidade de urbanização da região é algo latente na fala dos moradores locais. Quem mora em Aldeia manifesta o desejo de mantê-la como é: verde, rural e preservada. Desta forma, uma resposta chama atenção para o fato de que Aldeia foi o destino de quem tentou fugir da urbanização e seus problemas, mas já começa a sentir de perto seus tentáculos. Neste sentido, um entrevistado destacou “*A urbanização que estamos fugindo está chegando para Aldeia*”.

O sentimento expressado pelos aldeenses, a partir das entrevistas, apontam para o desejo de exclusividade de Aldeia. Ou seja, *quem comeu, comeu e quem não comeu não come não mais...* Esta condição se revela quando falam do crescimento populacional ou da criação de novos condomínios. A repulsa ao adensamento populacional e à reprodução do modelo de vida urbano do Recife parece ser um tormento para quem um dia escolheu viver nesse “universo verde”.

“Vim morar em 2002 em Aldeia, em minha rua só tinha eu de moradora hoje a rua está completa de moradores. O lixo se acumula, como a coleta é uma vez por semana jogam lixo nas ruas... As árvores estão sendo derrubadas para construção de condomínios...com isso tudo os assaltos aumentaram, a falta de segurança na PE-27 muitos acidentes com vítimas fatais”.

6. Nova periferia aldeense

Foi Raymond Willians quem identificou uma forte presença desse fenômeno no mundo contemporâneo, ao apontar o fascínio que a natureza, que a fuga para o campo, para a montanha, para a praia exerce sobre amplas camadas da população, que parecem depositar na possibilidade de dessas evasões periódicas (finais de semana, feriados, férias) a própria possibilidade de continuidade do trabalho e da vida na cidade, tomados como tormentos e sacrifícios sem fim
(*Prefácio do livro Novas Periferias Metropolitanas*).

Aldeia constitui-se numa periferia de *status* e amenidades. Resultado da escolha de variadas famílias como espaço de moradia, a região é fruto do processo de valorização e de mercantilização de seu patrimônio natural.

Em áreas como Aldeia “há uma tendência mercadológica com apelo até *ecologizado* de transformá-las, em alguns casos, em centralidades comerciais, empresariais, residenciais ou tudo isso junto – as *Edge cities*, fato que as exime do título de periferias” (RITTER & FIRKOWSKI, 2009, p.24).

Sendo um espaço periférico, geograficamente falando, e diante das transformações sociais e espaciais que ocorrem na localidade, o conceito de “nova periferia” é perfeitamente bem empregado para este caso.

Se constituindo como uma nova periferia, concentrando um importante conjunto de famílias de renda média e alta, como mostrado no quadro 6, Aldeia tem vivenciado um constante aumento populacional. Muitas famílias têm escolhido a localidade como espaço de moradia principal, ainda que resista a prática de uso das moradias locais para fins de residência ocasional.

É preciso reconhecer que além das famílias de mais alta renda, a região possui uma grande massa de trabalhadores pobres que ocupam as áreas mais precárias da região como já analisado por Silva (2011), demandando investimentos em infraestrutura, equipamentos e serviços públicos, além de serviços privados.

Bairros	Quadro 6: Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar, segundo os bairros 2010								
	Total ¹	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	Sem rendi- mento
Camaragibe	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Alberto Maia</i>	1.676	56	407	542	518	69	11	2	71
<i>Aldeia de Baixo</i>	477	32	144	147	102	10	2	-	40
<i>Aldeia dos Camarás</i>	1.927	17	344	306	351	235	271	264	139
<i>Alto da Boa Vista</i>	472	3	72	141	144	21	7	-	84
<i>Alto Santo Antonio</i>	1.603	74	361	552	456	78	20	3	59
<i>Areeiro</i>	1.320	65	337	455	386	34	3	1	39
<i>Bairro dos Estados</i>	1.766	122	435	569	496	59	6	1	78
<i>Bairro Novo do Carmelo</i>	4.531	83	771	1.179	1.629	571	134	18	146
<i>Borralho</i>	537	22	157	126	102	29	45	29	27
<i>Celeiro das Alegrias Futuras</i>	1.107	53	228	339	379	63	9	3	33
<i>Céu Azul</i>	1.192	57	250	423	365	58	5	2	32
<i>Estação Nova</i>	1.054	33	210	326	372	66	9	1	37
<i>Jardim Primavera</i>	1.728	36	313	465	612	205	37	3	57
<i>João Paulo II</i>	1.134	76	268	358	320	37	3	1	71
<i>Nazaré</i>	809	18	171	209	250	85	14	4	58
<i>Oitenta</i>	164	5	36	40	36	16	10	15	6
<i>Santa Mônica</i>	2.495	152	646	770	604	120	7	3	193
<i>Santa Tereza</i>	519	18	149	144	110	11	3	1	83
<i>Santana</i>	841	25	182	287	284	44	2	1	16
<i>São João e São Paulo</i>	1.217	53	433	445	210	4	-	-	72
<i>São Paulo</i>	335	9	81	76	84	9	1	-	75
<i>São Pedro</i>	835	79	250	250	157	10	5	-	84
<i>Tabatinga</i>	4.286	277	1.187	1.373	956	139	19	4	331
<i>Timbi</i>	4.824	98	925	1.374	1.697	417	74	10	229
<i>Vale das Pedreiras</i>	1.007	30	170	292	356	58	5	1	95
<i>Vera Cruz</i>	2.361	107	605	800	595	80	18	9	147
<i>Viana</i>	488	24	107	170	139	24	3	-	21
<i>Vila da Fábrica</i>	1.146	50	233	285	373	119	28	3	55
<i>Vila da Inabi</i>	411	5	28	76	157	98	28	8	11

Adaptado pelo autor a partir do Banco de Dados do Estado de Pernambuco/CONDEPE/FIDEM, 2010.

Por outro lado, é preciso reconhecer que a fixação de indivíduos de mais alta renda em Aldeia produz uma demanda de serviços que vem sendo, parcialmente, atendida em nível local. Desta forma, é possível encontrar, sobretudo ao longo da estrada, a oferta de

serviços como salões de beleza e estética, supermercados, postos de gasolina, escritórios, hotéis, pousadas, restaurantes, escolas, cursos de línguas etc.

Figura 36: Centro de serviços localizado no Km 4 da Estrada de Aldeia (PE-27).



Além dos serviços privados, Aldeia é servida de uma série de serviços públicos como segurança, educação e saúde.

Se as novas periferias, a exemplo de Aldeia, buscaram ser um modelo alternativo de espacialidade, sobretudo para as famílias de média e alta renda, que fugiam dos problemas urbanos metropolitanos, hoje, passa a apresentar, cada vez mais, os problemas que outrora se propôs solucionar.

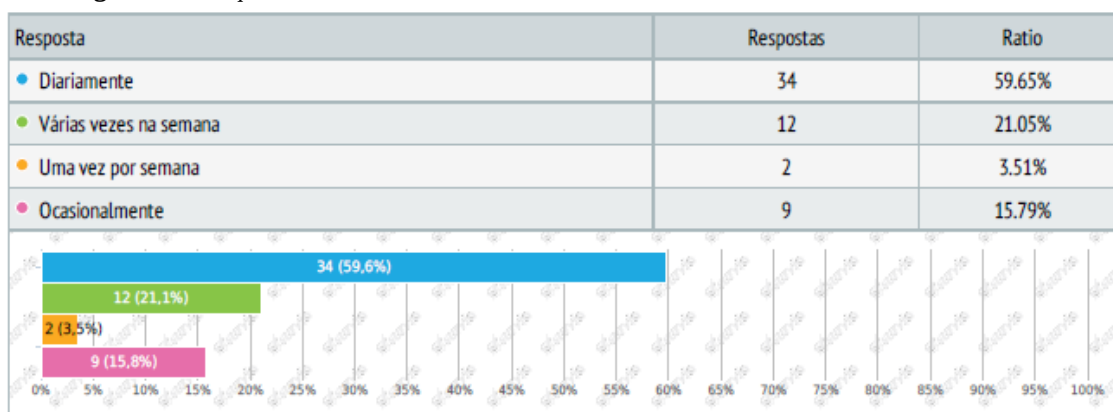
Problemas como poluição sonora, congestionamentos, acidentes de trânsito, queimadas, desmatamento, redução da fauna e desrespeito à legislação urbana e ambiental são questões que adentram a agenda de discussões da região e tem produzido novas frentes de luta e organização da sociedade civil, a exemplo do FSA.

As novas periferias são, portanto, áreas que se desenvolvem sob a influência da cidade imediata. O caso aldeense não é diferente. O processo aqui experimentado é resultado da forte ligação e dependência com o Recife que atende parte das demandas aqui

originadas. Desta forma, o processo de deslocamento diário (Aldeia-Recife) é revelador da forte dependência local em relação ao núcleo metropolitano, sobretudo em função do emprego, mas também em função de serviços especializados como saúde e educação.

Quanto à frequência de deslocamento entre Aldeia e o Recife, como mostrado na figura 37, 60% dos entrevistados apontaram uma prática diária; 21% indicaram deslocamentos variados durante a semana; 4% de uma vez por semana e 16% ocasionalmente.

Figura 37: Frequência de deslocamentos entre Aldeia e o Recife dentre os moradores locais.



Esta condição é justificada pelo fato de que no Recife está concentrada a maior parte dos postos de trabalho da RMR atraindo trabalhadores de várias partes da RM, inclusive de Aldeia. Os deslocamentos também ocorrem em função da busca por serviços obrigando o movimento para o núcleo recifense ou mesmo para o centro de Camaragibe.

Figura 38: Pessoas residentes por setor censitário em Camaragibe, 2010.

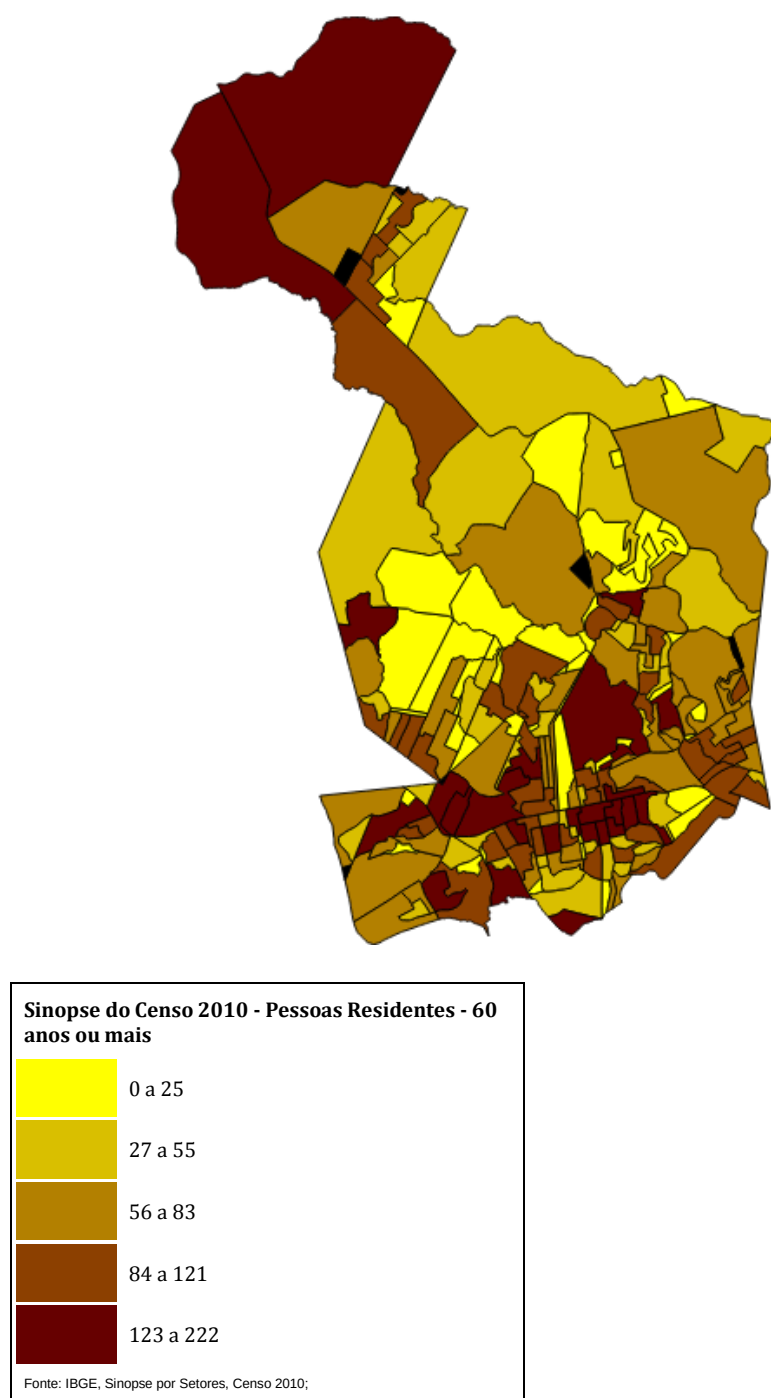
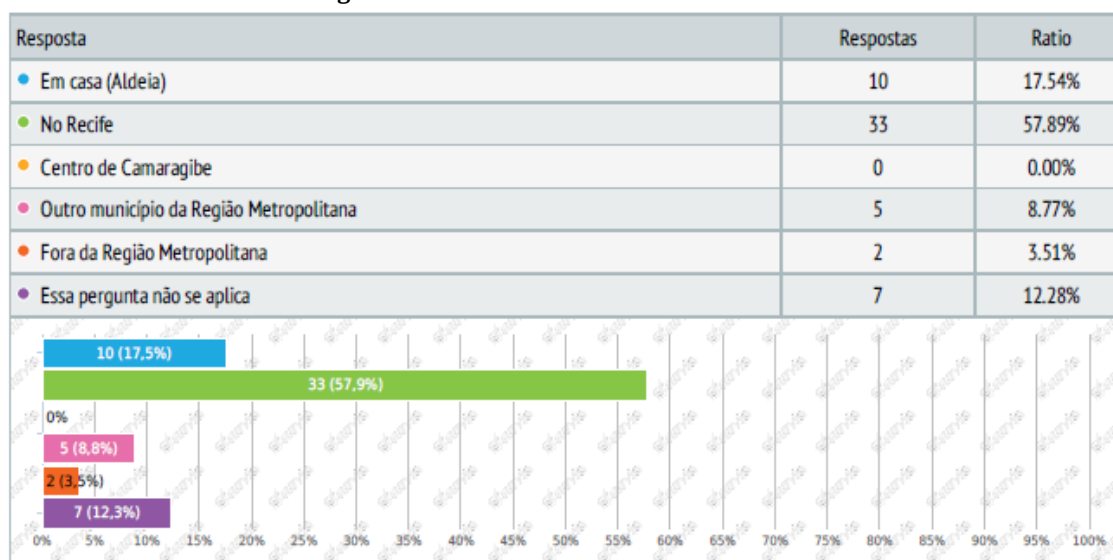
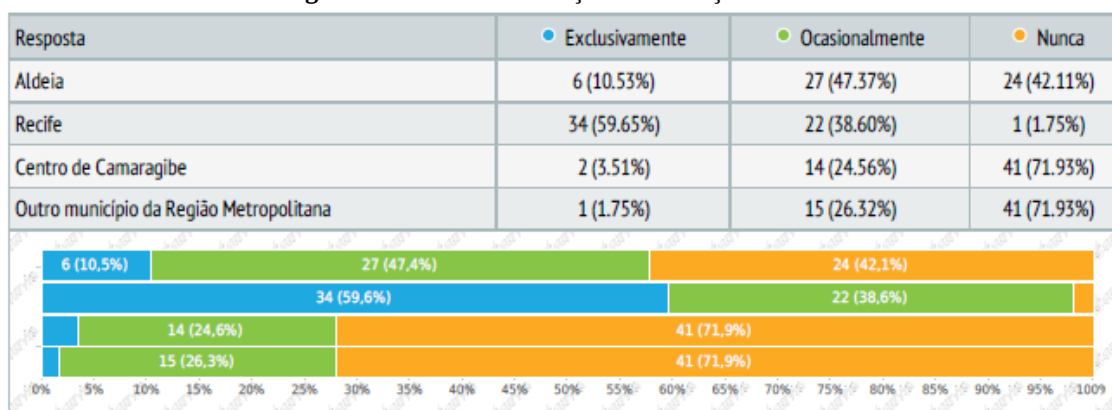


Figura 39: Local de trabalho dos entrevistados.

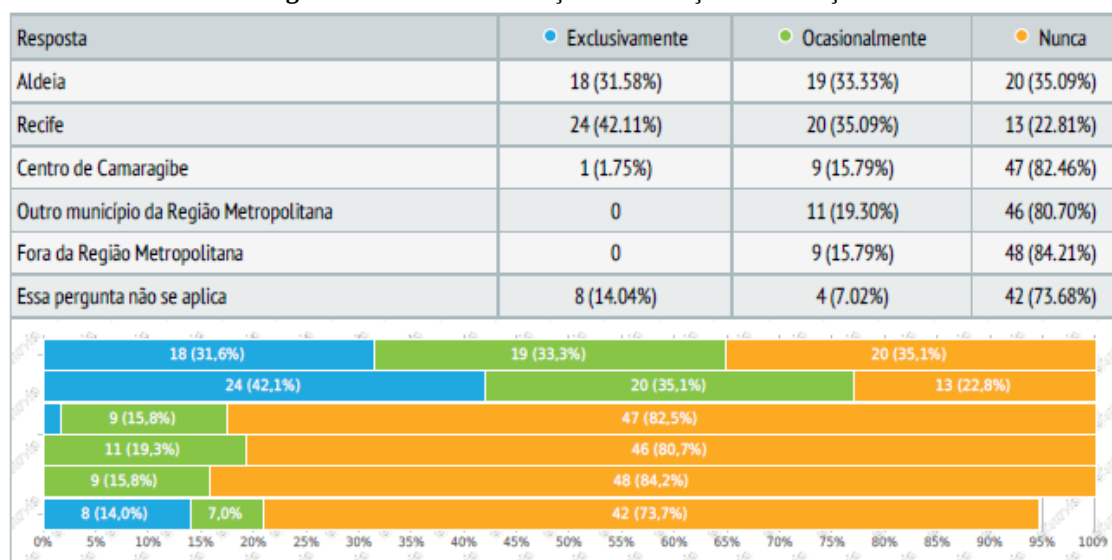
A respeito do local de trabalho do chefe da família, como ilustra a figura a seguir, 58% dos entrevistados revelaram trabalhar no Recife, 9% na RMR e 4% fora da RMR, como observado na figura 39. Um dado interessante da pesquisa foi o percentual de entrevistados que apontaram a casa como local de trabalho do chefe familiar. Assim, Aldeia por se constituir num local de vida alternativa também coloca a possibilidade de trabalho doméstico. Desta forma, existem pequenos produtores, artistas plásticos, burocratas e profissionais autônomos que trabalham a partir da residência.

A presença de idosos e aposentados justifica o percentual de 21% de entrevistados para os quais a pergunta não se aplicou.

Como mostra a figura 40, a respeito do uso de serviços de saúde buscou-se compreender o principal destino da demanda dos moradores aldeenses. Logo, como pode ser observado na figura 13, 60% dos entrevistados revelaram buscar exclusivamente no Recife os serviços necessários, enquanto Aldeia apareceu com apenas 11%. Esta condição está relacionada, também, à pouca oferta de serviços de saúde na região que, ainda que conte com certa oferta, não dá conta da necessidade do conjunto dos aldeenses, sobretudo a demanda complexa.

Figura 40: Local de utilização dos serviços de saúde.

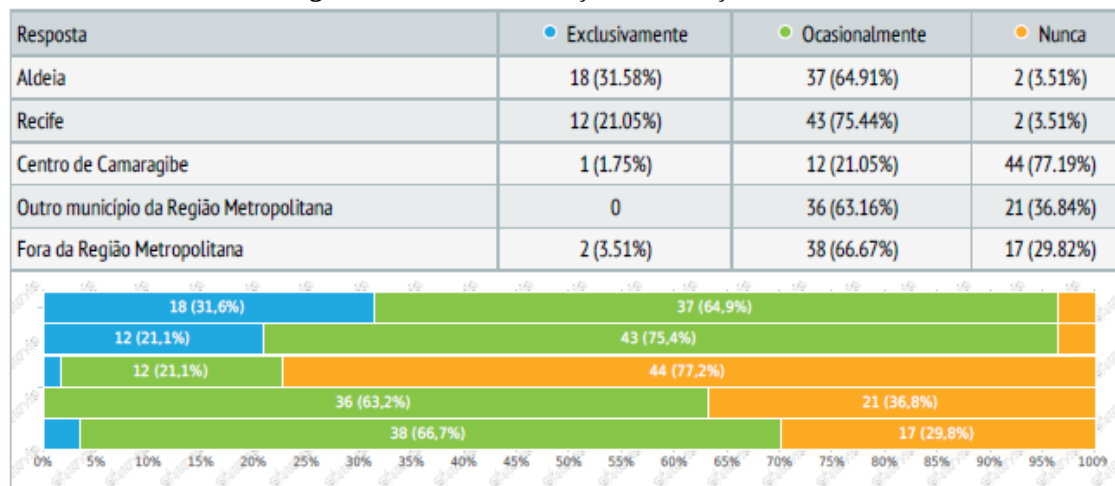
Sobre serviços educacionais os números são mais equilibrados em função da oferta de serviços na região que é atendida, em grande parte, pelos estabelecimentos locais. Neste sentido, 32% dos entrevistados declararam encontrar em Aldeia os serviços educacionais que necessitam, enquanto 42% encontram no Recife como pode ser observado na figura 41. Esta condição de dependência está relacionada, também, à inexistência de cursos superiores em Aldeia.

Figura 41: Local de utilização dos serviços de educação.

A figura 42 ilustra o conjunto de respostas a respeito do local onde os moradores aldeenses buscam espaços de lazer. É preciso registrar a ampla oferta de serviços de lazer e descanso na região. Assim, 32% dos entrevistados declararam encontrar

exclusivamente em Aldeia espaços de lazer, enquanto 21% declararam buscar no Recife esses serviços.

Figura 42: Local de utilização dos serviços de lazer.



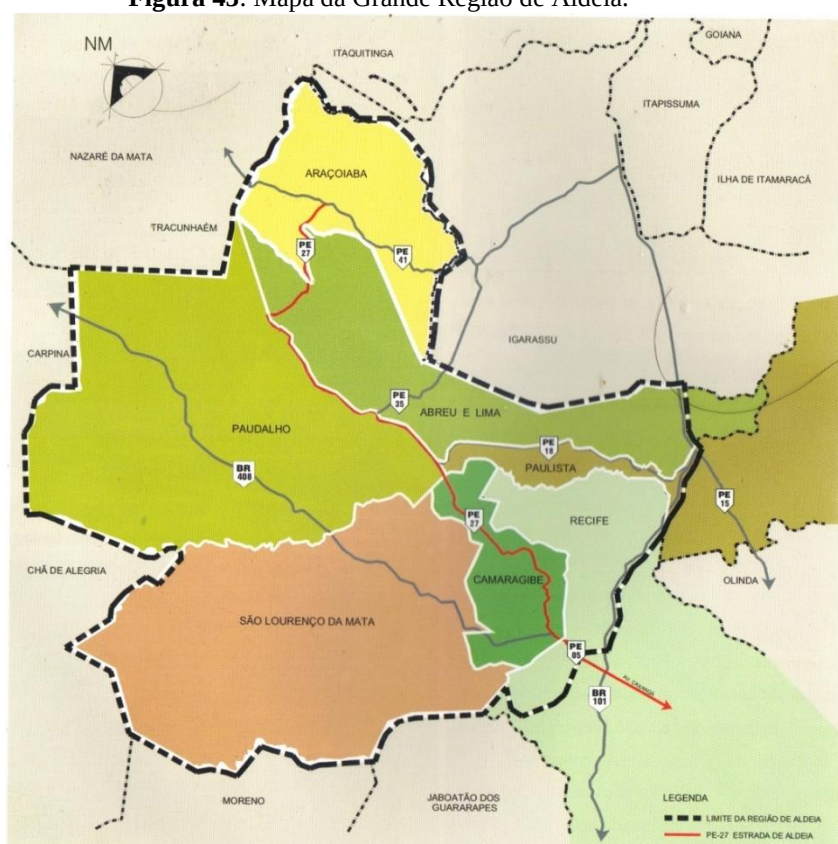
Neste sentido, o resultado desse levantamento revela um potencial para novos negócios de saúde, educação e lazer na região de Aldeia, sobretudo para os moradores locais com elevado poder de consumo.

É preciso registrar, ainda, o potencial local para negócios de serviços rurais. Assim, atividades relacionadas ao universo rural e outros serviços urbanos especializados apresentam grande potencial de viabilidade na região.

7. Fórum Socioambiental de Aldeia: das pautas às estratégias

O FSA (Fórum Socioambiental de Aldeia) é uma organização da sociedade civil criada em 2002, com o objetivo enfrentar a problemática ambiental que aumentava alarmantemente na região da Grande Aldeia¹⁵ estabelecida pela Agenda 21 da Região de Aldeia, surgida da iniciativa da prefeitura de Camaragibe, com a colaboração da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco (LOPES, 2006).

Figura 43: Mapa da Grande Região de Aldeia.



Extraído da Agenda 21 de Aldeia

Um grupo de cidadãos locais, dentre moradores permanentes e aqueles de residência temporária, reuniu-se a fim de estabelecer um diálogo permanente com o poder público a respeito das problemáticas –urbanas e ambientais – que a região começava a enfrentar, além de promover um processo de integração da comunidade local.

¹⁵ O que aqui denominamos de Grande Aldeia corresponde a uma região que extrapola os limites municipais de Camaragibe e chega a um conjunto de sete municípios. Segundo a Agenda 21 de Aldeia, a Grande Aldeia compreende a totalidade dos territórios dos municípios de Camaragibe, São Lourenço da Mata, Paudalho e Araçoiaba e parcialmente o território de Paulista, Abreu e Lima e Recife.

A organização contempla pautas políticas que vão muito além das demandas originadas no município de Camaragibe chegando ao conjunto dos municípios que compõe a Grande Aldeia. Ao longo dessa trajetória muitas lutas surgiram e muitas conquistas foram efetivadas por meio da mobilização.

Figura 44: Logotipo do Fórum Socioambiental de Aldeia.



Arquivo: Fórum Socioambiental de Aldeia

O FSA é um exemplo de mudança no paradigma dos movimentos sociais contemporâneos, rompendo com as pautas únicas e exclusivas, e avançando para um *mix* de pautas e frente de ação. Neste sentido, o FSA alia questões urbanas às pautas ambientais de nível regional.

Esta experiência se destaca pelo papel desempenhado pela classe média local que rompe com os modelos clássicos de movimentos sociais brasileiros tradicionalmente preocupados com questões como terra, habitação e bens de consumo (KOVARICK, 1986).

O FSA, ainda que pautе questões relacionadas à população mais pobres da região de Aldeia, é majoritariamente composto por indivíduos de classe média e, portanto, tem pautado, principalmente, questões que afetam esse conjunto populacional.

A escala de atuação da organização merece um destaque na análise de sua atuação. Logo, o FSA tem atuado sobre um conjunto territorial complexo que compreende parte do território de alguns municípios metropolitanos e até de fora da RMR. Desta forma, o movimento tem um desafio geográfico e organizacional no sentido de dar conta de atuar sobre um território de 891,30Km² representando 23% do território da RMR. .

Ainda assim, é importante destacar que apesar de atuar sobre o conjunto da Grande Região de Aldeia, a atuação mais forte do Fórum está localizada na porção espacial pertencente ao município de Camaragibe. Tal fato ocorre, sobretudo, porque as reuniões e a maioria dos integrantes ativos são moradores deste município.

As estratégias de mobilização são muitas (passeatas, vídeos, cartazes, faixas, panfletos, *e-mails*, *blog*, informativos e até abaixo-assinado *on line*) e buscam chegar a diferentes sujeitos de forma a estabelecer uma rede de solidariedade à luta dos aldeenses. A distribuição de adesivos para automóveis parece ser uma das principais estratégias do movimento, sobretudo buscando aliados de fora da região. Logo, é comum deparar-se com carros na RMR apresentando adesivos com a frase “Eu amo Aldeia”.

Neste sentido, a estratégia midiática empreendida pelo FSA busca exibir o sentimento de pertencimento e afetividade em relação ao conjunto da região. Tuan (1983) afirma, a este respeito, que o homem – individual ou coletivo – dota de luminosidade aquele ponto do espaço para o qual atribui significados especiais, relacionando-se com ele de maneira íntima e afetiva, processo que ele denomina de topofilia. Portanto, a expressão de afetividade com o lugar, expressada na luta e nas estratégias de defesa, demonstram como a sociedade local incorporou a noção de propriedade e afeto sobre a região tornando-a, pois, o seu lugar.

Se a preocupação inicial do FSA se baseava nas questões ambientais que, pouco a pouco, tornaram-se foco de ação e preocupação dos moradores locais, as questões

sociais passaram a se fazer presente de forma bastante freqüente. Logo, questões como a pobreza, violência, criminalidade e tráfico de drogas começaram a permear as discussões semanais da entidade. Desta forma, o FSA passou a designar ao menos uma reunião mensal para debater questões associadas à segurança.

Por se constituir como uma organização social composta por cidadãos de renda média e, como afirmou um integrante do Fórum em uma reunião, “formadores de opinião”, o FSA possui grande influência política, sobretudo, junto à Prefeitura de Camaragibe e ao governo do estado de Pernambuco. Tal influência se reflete nas visitas permanentes de órgãos do poder público às reuniões da entidade. Em diversas oportunidades autoridades municipais e estaduais se colocaram a debater as problemáticas apresentadas pela sociedade local e a busca por soluções.

Ao longo dos últimos seis anos o FSA tem atuado em diferentes frentes de lutas, sempre buscando garantir a preservação ambiental da região e enfrentar a tendência de urbanização que ameaça fortemente a Grande Aldeia.

A criação da APA Aldeia-Beberibe, através da Lei Estadual 34.692/10, reafirmou a condição de Aldeia como região de riqueza ambiental, sobretudo em função do importante patrimônio hídrico presente neste território. Dentre elas a barragem Botafogo, de fundamental importância para o abastecimento da parte norte da RMR e que precisa ser preservadas de forma a garantir a sustentabilidade ambiental do conjunto metropolitano.

Figura 45: Barragem de Botafogo (Araçoiaba)



Arquivo: Fórum Socioambiental de Aldeia.

A conquista da criação desta APA representou a conquista de um importante instrumento na luta pela preservação ambiental e contra o processo de expansão imobiliária. Ainda assim, novos empreendimentos vêm surgindo na região, muitos dos quais desrespeitando a legislação vigente.

Figura 46: Ato contra a instalação do presídio em Araçoiaba, 7 de setembro de 2014.



Arquivo: Fórum Socioambiental de Aldeia.

A criação de um presídio no município de Araçoiaba mobilizou a sociedade local que se posicionou contrariamente à sua instalação na região. O posicionamento do FSA se baseava no argumento de que a presença deste equipamento atrairia famílias pobres, sobretudo dos presidiários, para a região. Desta forma, seriam formadas comunidades pobres que afetariam o meio ambiente local.

Figura 47: Cartaz de divulgação do evento contra a instalação do presídio em Araçoiaba.



Arquivo: Fórum Socioambiental de Aldeia.

O empreendimento prisional não se concretizou, mas ficou evidente, sobretudo em função dos argumentos utilizados pelos contrários à sua instalação, uma opção classista e gananciosa do direito de viver em Aldeia.

A recusa à possibilidade de dividir a região de Aldeia com famílias pobres expressa, em verdade, o desejo daqueles que ali estão em mantê-la como uma porção espacial de *status* e prestígio ocupada por uma grande parcela de família de renda média e alta. Por outro lado, é preciso dizer que o ataque ao patrimônio ambiental aldeense não pode ser lido como exclusividade dos mais pobres, já que os mais ricos e seus empreendimentos também promovem desrespeito à legislação e às regras ambientais.

A possibilidade de ataque à tranquilidade da região era um fator fundamental para colocarem-se contrários ao empreendimento. Para os moradores locais, em médio prazo, fugitivos do presídio invadiriam suas casas e familiares desses detentos tenderiam a

atacar o meio ambiente, promover queimadas, invadir as vias locais, importunar a vizinhança e promover protesto com queimada de pneus ao longo da estrada.

A luta contra o presídio rendeu uma grande mobilização da população local e de ambientalistas com a realização de abaixo-assinado, produção de cartazes e faixas, reuniões, audiências, processos e até um grande ato na Estrada de Aldeia. Tudo isto resultou na recuada do Estado quanto à instalação da unidade prisional na região.

Outro grande enfrentamento empreendido pelo FSA foi a luta contra o Arco Viário Metropolitano. Esta autovia, planejada para contornar a RMR ligando o município de Goiana, na Mata Norte, ao Cabo de Santo Agostinho, na parte sul da RM, possibilitando a integração de dois grandes empreendimentos foi motivo para grande mobilização da entidade.

O projeto do Arco Metropolitano se propunha a desafogar a BR-101 oferecendo uma opção de deslocamento por fora da aglomeração metropolitana. Além disso, possibilitaria a articulação e expansão do Pólo de Desenvolvimento Oeste – Vitória.

Para o FSA a criação do empreendimento traria consequências negativas para o patrimônio ambiental da região. Logo, realizaram-se diversas reuniões e audiências públicas, além da proposição de rotas alternativas para o empreendimento de forma que não atingisse o território da Grande Aldeia.

Chama atenção o fato de que prefeitos dos municípios de Abreu e Lima, Paulista, Araçoiaba, Itapissuma e Igarassu - onde o projeto inicial do Arco Viário previa passar - terem se posicionado a favor da manutenção do traçado original. Para eles, a criação do empreendimento em seus territórios possibilitaria a expansão urbana, a atração de investimentos e novos negócios, além do aumento na arrecadação municipal. Como argumento, falavam de um “desenvolvimento” possibilitado pela abertura da estrada.

Figura 48: Folder contrário à criação do Arco Viário Metropolitano.



Arquivo: Fórum Socioambiental de Aldeia.

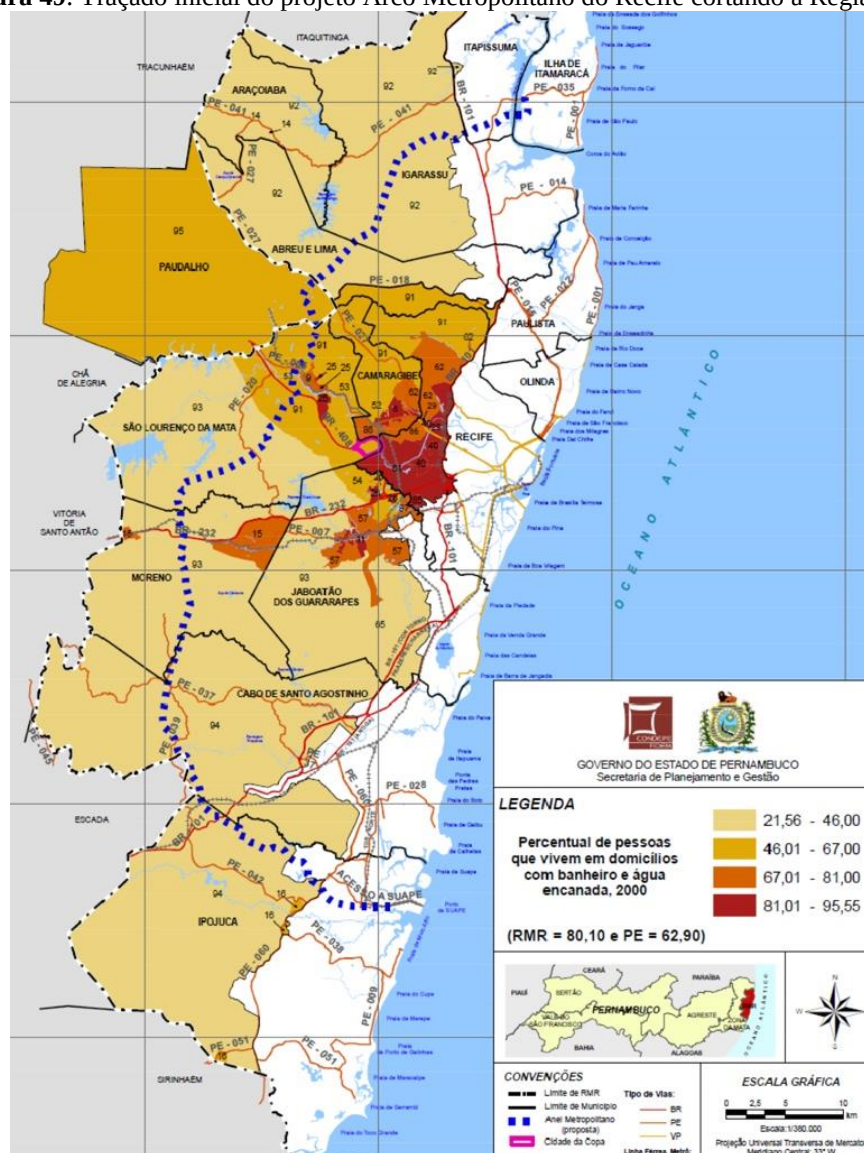
Do outro lado, o FSA e seus aliados utilizavam-se do seguinte conjunto de argumentos para se posicionar contra à criação do Arco:

- O empreendimento traria impactos ambientais irreversíveis para a região de Aldeia. Seriam mais de 30km² de devastação ambiental com impactos diretos sobre a flora.
- Os impactos relacionados à flora trariam, ainda, problemas para a fauna local que já vivencia dificuldades relacionadas aos níveis de urbanização da região. A fragmentação da vegetação e a criação de uma auto-estrada no entorno causaria uma redução drástica da população faunística da região.
- Impactaria os mananciais da região destruindo nascentes de rios que alimentavam a Barragem Botafogo.
- A possibilidade de chegada de novos empreendimentos imobiliários, na forma de condomínios horizontais, atendendo aos interesses de grupos imobiliários e contrariando os interesses ambientais da região. Este processo provocaria o que o FSA denominou de “efeito espinha de

peixe”. Ou seja, a ocupação dos interstícios da estrada e a consequente elevação demográfica.

É preciso reconhecer, ainda, outro fator que poderia trazer consequências desastrosas para a região, caso o empreendimento se concretizasse: a fragmentação da vegetação que afetaria a fauna local e produziria efeitos sob a temperatura. Logo, o Arco Viário provocaria efeitos danosos sobre a população faunística local com possibilidade de redução populacional e até desaparecimento de algumas espécies.

Figura 49: Traçado inicial do projeto Arco Metropolitano do Recife cortando a Região de Aldeia.



A mobilização local forçou uma alteração no traçado do empreendimento, mas, ainda hoje, não existe uma definição de como será executado, pelo menos o trecho norte do Arco Viário.

Outra importante pauta recente do FSA tem sido o enfrentamento à presença da Termoelétrica Pau Ferro I, localizada no município de Igarassu. Segundo informações da EBRASIL, empresa controladora desta termoelétrica, a EPESA (Centrais Elétricas de Pernambuco) é considerada a maior usina biodiesel do mundo contando com “538 unidades geradoras em uma área de mais de 17 hectares”.

Figura 50: Termoelétrica localizada na Grande Região de Aldeia.



Extraída de: <http://ebrasilenergia.com.br/epesa/>

A presença desta termoelétrica na Grande Aldeia tem produzido grandes consequências para o meio ambiente local. Elevados níveis de ruídos tem alterando as condições de paz e tranquilidade da região. A este respeito o FSA denuncia:

1. [A EPESA] A bem da verdade é a Maior Termelétrica de Óleo Diesel do Mundo em número de motores! São 576 para produzir 240mw. Encapsulados em galpões construídos com tijolos de argamassa. Deve também ser a mais ineficiente do mundo; provavelmente, a que mais polui; e, com certeza cristalina e absoluta, a que mais ruído produz em nosso planeta.

2. Ninguém soube, ou sabe, por que foi construída em surdina, ao esconderijo de todos. Não houve Estudo de Impacto Ambiental, nem Audiências Públicas para torná-las públicas: não cumpriu, portanto, as exigências legais. E está instalada (absurdo dos absurdos) dentro de uma área de preservação ambiental (APA Aldeia-Beberibe)!

Os problemas urbanos e ambientais ameaçam o futuro da região de Aldeia. Para o FSA é preciso tomar medidas urgentes no sentido de preservar a rica diversidade local e as qualidades dessa região. Assim, propõem:

“Não nos iludamos. Se continuarmos no ritmo de destruição de hoje, perderemos Aldeia. Nossa água já não brota tão fácil como antigamente. Nosso ar não é o mesmo. O trânsito pesado com o aumento da população (pela falta de controle dos grandes condomínios) afeta em cheio o meio ambiente. Os resíduos sólidos jogados na natureza sem tratamento, as queimadas, a impunidade dos desmatamentos aumentam numa proporção muito grande”.

Logo, é fundamental reconhecer o importante papel desempenhado pelo FSA no sentido de garantir uma preservação das amenidades naturais locais que outrora funcionaram como elemento de atração para esta região.

Referências

ABRAMO, Pedro. **A cidade caleidoscópica coordenação e convenção urbana. Uma perspectiva heterodoxa para a economia urbana**/Pedro Abramo. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ABRAMO, Pedro. **Mercado e ordem urbana: do caos à teoria da localização residencial**/Pedro Abramo. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 2001.

ABROMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo, In: ABROMOVAY, R. (Org). **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. P. 17-56.

ANDRADE, Ana Karina Nogueira de. **O lugar em Aldeia: significado, valores, percepções e atitudes dos moradores dos condomínios residenciais em Aldeia, Camaragibe – PE**/ Dissertação - Ana Karina Nogueira de Andrade – Recife: o autor, 2006.

ASENSIO, Pedro José Ponce. **Cambios sociales y espaciales en espacios perirurbanos del País Valenciano. Un caso particular: El Puig de Santa María**. Trabalho de fim de curso. 2001.

BARBOSA, Adauto Gomes. **Exclusivismo socioespacial da Região Metropolitana do Recife**: produção do espaço e governança do complexo imobiliário, residencial e de serviços Reserva do Paiva. (Tese de doutorado). Recife: O autor, 2014.

BARBOSA, Cristina. **Segunda residência e cidade difusa**. X Colóquio Ibérico de Geografia. Évora, 2005.

BLAKELY, E. J. e SNIDER, M. **Fortress America**. Gated Communities in the United States. Cambridge/Washington: Brooking Institution Press/Lincoln Intitution of Land Policy, 1997.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros, segregação e cidadania em São Paulo**/Teresa Pires do Rio Caldeira. São Paulo: Ed. 34; EDUSP, 2000.

CAMARAGIBE. Lei municipal nº 032/97. Lei de Uso e Ocupação do Solo do município de Camaragibe.

_____. Lei municipal nº341/07. Plano Diretor do Município.

_____. **Agenda 21 – Região de Aldeia – Plano de Ação – Relatório final.** Recife, setembro de 2002.

CAPEL, Horacio. *Agentes y estrategias em La producción Del espacio urbano español.* En FERNANDEZ, F. ALEGRE, S. **Estudios Regionales**, p. 236-252. II Reunión de Estudios Regionales, Islas Canarias, Instituto Nacional de Prospectiva e Desarrollo Economico, Madrid, 1976.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano.** São Paulo: EDUSP, 1994.

CARNEIRO, M. J. *O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais.* In: SILVA, F. C. T., SANTOS, R., COSTA, L. F. C. **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade: novas identidades em construção.** Estudos, Sociedade e Agricultura: 1998.

CAVALCANTI, Marília Soares. LEAL, Suely Maria Ribeiro. **De praias desertas à paraísos turísticos: a ação do capital imobiliário no litoral sul da RMR.** Anais do Seminário Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano. Natal: UFRN, 2010.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais de capitalismo:** limites e possibilidades. 2000. (Mestrado em administração). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

COELHO, Modesto Siebra. Uma Rurbanização nos Contafortes de Moruoca? In Revista da **Casa da Geografia de Sobral**, ano 1, n1, 1999, pp 15-28.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A periferia urbana.** Geosul, n.2, 2º sem. 1986.

_____. **O Espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Região e organização espacial.** São Paulo: Ática, 2003. 7ed.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. ET AL. **Novas periferias metropolitanas – A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades do eixo sul/** Heloisa Soares de Moura Costa. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.

COSTA, Yara Maria Marinho da. **O fenômeno do granjismo e os loteamentos em Carpina.** In Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife: FUNDAJ, 1960.

DEMATTEIS, Giuseppe. Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In MONCLUS, Francisco Javier (org). **La ciudad dispersa**. Barcelona: Centre de Cultura Contemporànea de Barcelona, 1998.

DUPUY, Gabriel. **The automobile system**: a territorial adapter. In: Flux n°21, 1995. pp. 21-36.

EGLER, Claudio A. G. **Subsídios à caracterização e tendências da rede urbana do Brasil configuração e dinâmica da rede urbana**. Petrópolis: 2001.

ENTRENA DURÁN, F. **Cidades sem limites**. In: Machado, A. S. (org.) Trabalho, economia e tecnologia: novas perspectivas para a sociedade global. São Paulo: Tendez; Bauru: Práxis, 2003. disponível em: <http://www.forumglobal.de/cursos/textos/tecnologia.pdf>> Acessado em: 10/02/2014.

FERREIRA, Rubio José. **Agricultura na cidade do Recife – PE: complementariedades rural-urbanas e dinâmica espacial** / Rubio José Ferreira. - Recife: O Autor, 2009. Tese de doutorado.

FONSECA, Maria de Lourdes. **Cidade compacta ou cidade difusa?**, 2011. Disponível em: http://ie.org.br/site/noticias/exibe/id_sessao/7/id_noticia/5243/Cidade-compacta-e-cidade-difusa- Acessado em: 10/02/2014.

FREYRE, Gilberto. **Rurbanização: que é?** – Recife: editora Massangana, 1982.

GARNIER, Beaujeu. **Geografia urbana** - 2ed.: Lisboa: Kaloustinegulbenkian, 1997

GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana**. São Paulo: Difel, 1983.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HERMANN, Bruno M. & HADDAD, Eduardo A. **Mercado Imobiliário e Amenidades Urbanas: a view through the window**. Est. econ., São Paulo, 35(2): 237-269, abr-jun 2005.

INDOVINA, F. **Algunes consideraciós sobre La ciutat difusa**, 1998.

_____. **Transformazione della città e del territorio all'inizio Del XXI secolo: L'archipelego metropolitano**. Economia e società regionale, 2003.

_____. **Ciudad difusa y archipelago metropolitano**. Cidades: comunidades e territórios, 2009.

_____. **Dispersão da urbanização no território.** Cidades –comunidades e territórios, 2010.

JOLLIVET, M. *Vers un rural postindustrie — rural et environnement dans huit pays européens.* Paris: L'Harmatan, 1997.

KELINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual.** São Paulo: EPU, 1980.

KOTLER, Philip. **Marketing de A a Z: 80 conceitos que todo profissional precisa saber.** Tradução: Afonso Celso Cunha Serra. 14ª reimpress. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2003.

KOWARICK, Lucio. **Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura.** Mimeo — São Paulo, 1986.

_____. **Escritos urbanos.** São Paulo: Ed 34, 2000.

LAGO, Luciana Correa do. A dinâmica espacial em curso nas metrópoles brasileiras: algumas questões para discussão. In **Novas periferias metropolitanas: a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades do eixo sul/Heloisa Soares de Moura ET AL.** Belo Horizonte: C/Arte, 2006.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1993.

LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Tradução: Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed: Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano.** Barcelona: Editions Antrops, 1970.

LIMONAD, Ester. **Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana?** Revista Formação, 14, volume 1. 2006.

LOPES, José Sérgio Leite. **Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação.** Horizontes Antropológicos, ano 12, n. 25, jan./jun. Porto Alegre, 2006. p. 31-64.

MARICATO, Erminia de. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade desigualdade e violência.** São Paulo: Autora, 1995.

MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. Reflexões acerca da expansão da grande cidade na atualidade e de seu papel na expulsão e recepção de população. In **Novas periferias metropolitanas: a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades do eixo sul**/Heloisa Soares de Moura ET AL. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.

MELLO, Leonardo Freire de. **Metrópole, Tecnologia, Amenidades e Riscos**. III Encontro da ANPAS. Brasília, 2006.

MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de. **Produção do espaço e planejamento em áreas de transição rural-urbana: o caso da Região Metropolitana do Recife – PE**. Tese/Livia Miranda. – Recife: O autor, 2008.

MOURA, Rosa. **O que é periferia urbana**/Rosa Moura. – São Paulo:Brasiliense, 1996.

OJIMA, R.; HOGAN, D.J. **Crescimento Urbano e Peri-Urbanização: Redistribuição Espacial da População em Novas Fronteiras da Mudança Ambiental**. In: IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, 2008, Brasília. Anais do IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade. Campinas : ANPPAS, 2008.

PALEN, J. John. **O mundo urbano**. Forense: Rio de Janeiro, 1975.

PERNAMBUCO. **Plano de manejo da APA Aldeia-Beberibe**. Governo de Pernambuco, 2012.

PERNAMBUCO. Lei Estadual 34.692/2010. Cria a APA Aldeia-Beberibe.

PEREIRA, Margarida. **As metamorfoses da cidade dispersa**. Revista GeoInova, n 10. Lisboa, 2004.

PERNAMBUCO. **Lei 8.591/1982**. Dispõe sobre a criação do município de Camaragibe e seu desmembramento do município de São Lourenço da Mata.

CAMARAGIBE. **Perfil Municipal de Camaragibe**. OLIVEIRA, Arthur A. B. de; PINTO, Cinthya D. Silva;LORENA, Henrique Barros de. Camaragibe, 2007.

PRYOR, Robin J. **Defining the Rural-Urban Fringe**.
<http://www.jstor.org/stable/2575150> Acessado em 14/05/2010.

RANDOLPH, R.; GOMES, P.H.O. **Mobilidade e Expansão da Metrópole para Áreas Peri-Metropolitanas - Investigando o Caso do Rio de Janeiro no Contexto Brasileiro**. Rio de Janeiro: Cadernos de Metrôpoles, no. 17. Rio de Janeiro, 2007.

RITTER, Carlos. FIRKOWSKI, Olga Lucia. **Novo conceitual para perspectivas urbanas**. Revista Geografar/Resumos VII Seminário Interno de Pós-graduação em geografia. Curitiba, 2009.

RODRIGUES, Maria de Lourdes Neves Baptista. Disponível em: www.engenhosdepernambuco.blogspot.com.br/ Data de acesso: 24/05/2015

ROSA, L. R.; FERREIRA, D. A. O. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum In SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (org) – **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SAMPAIO, Rafael. **Propaganda de A a Z**. Ed. Revisada e atual. Rio de Janeiro: Elseiver, 2003.

SANCHÉZ, H. Ávila. *Periurbanización y espacios rurales en la periferia de las ciudades*. *Estudios Agrarios*. 96-123. 2009.

SANTOS, Carlos Nelson dos. **Está na hora de ver a cidade como elas são de verdade**. Rio de Janeiro: IBAM, 1986.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira** – 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1995.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. Ed. – São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, A. B. **Condomínios horizontais de alto padrão: nova forma de morar em Campo Maior**. In: III Seminário Internacional Novas Territorialidades e Desenvolvimento Sustentável, 2013, Recife. Anais do III Seminário Internacional Novas Territorialidades e Desenvolvimento Sustentável. Recife: GRAPP, 2013.

SILVA, A. B. **Dinâmica de periurbanização na franja urbana-rural de Camaragibe: transformações espaciais e condição ocupacional dos moradores pobres num quadro de desigualdade social** / Dissertação - Ailson Barbosa da Silva. – Recife: O autor, 2011.

SILVA, Edna Lucia da. **Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação**/Edna Lucia da Silva. 3.ed. rev. Atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino à distância da UFSC, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial das metrópoles brasileiras**/MLS. –Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo**. *Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía-UNAM*, núm. 54, 2004, pp. 114-139

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. GOES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**/Maria Encarnação Beltrão Sposito, Eda Maria Goes. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

SUDENE. **Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste** (GTDN). 3ª edição, Recife, 1978.

TUAN, Yi Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo, DIFEL, 1980.

VALE, Ana Rute do. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)** / Ana Rute do Vale. – Rio Claro: A autora, 2005.

VALE, Ana Rute. GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. Crescimento urbano e teorias sobre o espaço periurbano: analisando o caso do município de Araraquara (SP) in **Geografia: ações e reflexões** / Lucia Helena de Oliveira Gerardi, Pompeu Figueiredo de Carvalho, organizadores. – Rio Claro : UNESP/IGCE : AGETEO, 2006.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012: os novos padrões de violência homicida no Brasil**. Instituto Sangari, 2012.

YIN, Robert k. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução: Ana Thorell. 4ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Prezado (a) aldeense, me chamo Ailson Barbosa e sou doutorando em geografia pela UFPE. Estou desenvolvendo uma pesquisa que busca identificar as motivações que têm levado os moradores a escolher Aldeia para lugar de residência. Além disso, busco identificar quais as suas percepções a respeito das transformações recentes em Aldeia e como os moradores avaliam a tendência de urbanização na localidade.

Desde já, agradeço a colaboração e espero contribuir para uma Aldeia que preserve o grande patrimônio ambiental da localidade.

Você é morador de:

Condomínio
Chácara
Granja
Outro tipo de moradia

Quando você/sua família começou a residir em Aldeia?

2010-2014
2000-2009
1991-1999
1981-1990
1980 e anos anteriores

Quando você começou a residir em Aldeia, essa residência era:

A principal (moradia principal da família)
A secundária (moradia de lazer)

Outra

Hoje é sua residência principal?

Sim

Não

Toda sua família (pais/filhos) reside em Aldeia?

Sim

Não

Antes de Aldeia você/sua família residia onde?

A rectangular text input box with a thin border. It contains no text. On the right side, there are three small square buttons with upward-pointing arrows. On the bottom left, there are two small square buttons with left-pointing arrows. On the bottom right, there is one small square button with a right-pointing arrow.

Descreva quais as motivações que fizeram você/sua família optar por residir em Aldeia:

A rectangular text input box with a thin border. It contains no text. On the right side, there are three small square buttons with upward-pointing arrows. On the bottom left, there are two small square buttons with left-pointing arrows. On the bottom right, there is one small square button with a right-pointing arrow.

Na sua opinião, quais as principais qualidades de Aldeia?

A rectangular text input box with a thin border. It contains no text. On the right side, there are three small square buttons with upward-pointing arrows. On the bottom left, there are two small square buttons with left-pointing arrows. On the bottom right, there is one small square button with a right-pointing arrow.

Na sua opinião, quais os principais problemas de Aldeia?

A rectangular text input box with a thin border. It contains no text. On the right side, there are three small square buttons with upward-pointing arrows. On the bottom left, there are two small square buttons with left-pointing arrows. On the bottom right, there is one small square button with a right-pointing arrow.

Comente sobre as transformações identificadas por você ao longo do período em que você reside em Aldeia (transformações urbanas, ambientais, populacionais etc.)

A rectangular text input box with a thin border. It contains no text. On the right side, there are three small square buttons with upward-pointing arrows. On the bottom left, there are two small square buttons with left-pointing arrows. On the bottom right, there is one small square button with a right-pointing arrow.

Você percebe alguma ameaça para o futuro ambiental de Aldeia? Em caso positivo, aponte-as!

Sobre a afirmação: "O futuro de Aldeia é urbano. A tendência é de aumento da população e ameaça crescente ao patrimônio natural" o que você nos diz? Acredita nesta tendência "natural" de urbanização em Aldeia?

Você concorda com a instalação de novos empreendimentos imobiliários (na forma de condomínios horizontais fechados) em Aldeia?

Sim
Não

Na sua opinião quais os principais fatores de atração de novas famílias para Aldeia? E quais os principais fatores de repulsão do Recife?

Com que frequência o (a) chefe da família vai ao Recife?

Diariamente
Várias vezes na semana
Uma vez por semana
Ocasionalmente

Em que local o (a) chefe da família trabalha?

Em casa (Aldeia)
No Recife
Centro de Camaragibe
Outro município da Região Metropolitana
Fora da Região Metropolitana
Essa pergunta não se aplica

Indique o local de trabalho de mais um membro da família:

Em casa (Aldeia)
No Recife
Centro de Camaragibe
Outro município da Região Metropolitana
Fora da Região Metropolitana
Essa pergunta não se aplica

Para suas necessidades de saúde você e/ou sua família residentes em Aldeia fazem atualmente uso de serviços localizados em

Exclusivamente Ocasionalmente Nunca

Aldeia
Recife
Centro de Camaragibe
Outro município da Região Metropolitana

Para suas necessidades de educação você e/ou sua família residentes em Aldeia fazem atualmente uso de serviços localizados em

Exclusivamente Ocasionalmente Nunca

Aldeia
Recife
Centro de Camaragibe
Outro município da Região Metropolitana
Fora da Região Metropolitana
Essa pergunta não se aplica

Para suas necessidades de lazer você e/ou sua família residentes em Aldeia fazem atualmente uso de serviços localizados em

Exclusivamente Ocasionalmente Nunca

Aldeia
Recife
Centro de Camaragibe
Outro município da Região Metropolitana
Fora da Região Metropolitana

Dentre os itens a seguir coloque em ordem de preferência aqueles que você acha mais importante para sua escolha de Aldeia como espaço de moradia (arraste as opções para cima ou para baixo, sendo que acima estarão os itens de sua preferência)

- 1. Presença de um patrimônio ambiental
- 2. Proximidade do Recife
- 3. Facilidade de deslocamento para o Recife e acesso ao carro particular
- 4. Disponibilidade de serviços e comércio
- 5. Tranquilidade e segurança
- 6. Presença de outras famílias com mesmo perfil econômico
- 7.

O que você acha sobre a afirmativa: "Viver em Aldeia é uma forma de fugir do caos e dos problemas urbanos do Recife".

A rectangular text input box with a thin black border. It contains no text. On the right side, there are three small square buttons stacked vertically, each with a small upward-pointing triangle. On the bottom left, there are two small square buttons side-by-side, each with a small leftward-pointing triangle. On the bottom right, there are two small square buttons side-by-side, each with a small rightward-pointing triangle.

Sobre o patrimônio ambiental de Aldeia, qual aspecto você associa como mais representativo da localidade? (exemplo: mata, fauna, corpos hídricos, clima etc.)

A rectangular text input box with a thin black border. It contains no text. On the right side, there are three small square buttons stacked vertically, each with a small upward-pointing triangle. On the bottom left, there are two small square buttons side-by-side, each with a small leftward-pointing triangle. On the bottom right, there are two small square buttons side-by-side, each with a small rightward-pointing triangle.